

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 823
4 de Outubro de 1989
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

NO PROXIMO DOMINGO

Encontro Nacional do PCP sobre eleições autárquicas

Pág. 1/Agenda

Deputados comunistas em defesa do Poder Local

Para defender o Poder Local na Assembleia da República, há que lutar por um justo Orçamento de Finanças Locais e promover a aprovação das reformas legislativas que garantam a autonomia e o aprofundamento do Poder Local e a criação das Regiões Administrativas. Os temas levantados e as conclusões da recente reunião entre deputados comunistas e autarcas da CDU - presidentes de Câmaras Municipais, outros eleitos e destacados candidatos às eleições de Dezembro

Pág. 10/Semana

PELO BOM

Urgente demitir quem não serve os interesses da empresa

Pág. 3/Semana

Em Foco

Na 44.ª Assembleia da ONU URSS propõe liquidação total das armas químicas

A destruição global das armas químicas, como uma prioridade no domínio do desarmamento - surge agora reforçada com a posição assumida pela União Soviética, quer através da intervenção de Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, na ONU, quer nos recentes encontros Baker-Chevardnadze, em Jackson Hole, nos Estados Unidos. Afirmações e encontros, que aliam simultaneamente enformam uma nova redefinição, por parte da URSS, dos vários caminhos e processos de desarmamento.

das armas químicas

Em Nova York, na sua intervenção nestes primeiros dias de 44.ª Assembleia Geral da ONU, Chevardnadze afirmou estar a União Soviética pronta - antes da conclusão de um tratado multilateral - a cessar a produção de armas químicas - o que já fizemos em relação às armas biológicas - a renunciar ao uso de armas químicas em todas as circunstâncias, a instituir verificações rigorosas sobre a fim da produção de agentes químicos destinados a armamentos. Da parte dos Estados Unidos não é o mesmo - o empenhamento, Bush fala, não de eliminação deste tipo de armas, mas da sua redução em 80%. Não há ainda declarações precisas no que respeita à paragem do fabrico, que Washington afirma ligar à adesão à convenção de todo e qualquer país que se considere capacitado para se dedicar a tal produção (e note-se que produtos destinados a armas químicas podem ser produzidos na indústria química civil). De qualquer forma, ainda em Jackson Hole, foi possível assinar uma declaração comum prevendo trocas de inspeção nas unidades de produção e de armazenamento dos dois países - memorando destinado a acelerar a adopção de uma convenção de interdição do fabrico de armas químicas. A própria reacção norte-americana ao discurso de Chevardnadze nas Nações Unidas, reflecte um quadro internacional e uma consciência colectiva, favoráveis a avanços no processo de desarmamento e no mínimo hostis a quaisquer afirmações ou práticas dos tempos de guerra-fria. Muito embora não se regista ainda uma viragem na cena política internacional. E assim, o comentário de Casa

Álvaro Cunhal em Évora

«A questão de uma alternativa democrática à política e ao Governo actual parte de todas as classes e camadas sociais em luta, parte de todas as forças e sectores democráticos»

Págs. 8 e 9/Semana



XII Conferência da Reforma Agrária

Peça fundamental para o desenvolvimento da agricultura

Págs. 1, 2 e 3/Em Foco



Encontro de Quadros do PCP mobiliza acções «Por Lisboa»

Págs. 4 e 5
Semana



Uma Conferência e duas vias na democracia portuguesa

Sob o fogo destruidor de uma impiedosa ofensiva de mais de 13 anos visando a reconstrução do latifúndio, a Reforma Agrária, experiência histórica de uma nova forma colectiva de exploração da terra, amassada da dureza de uma luta prolongada e hercúlea dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, demonstrou no último fim-de-semana com a sua 12.ª Conferência a força indestrutível das suas raízes.

Na bela capital do Alentejo — Évora — a Reforma Agrária fez de novo a prova da sua superioridade e valor como criação e conquista social mais humana do 25 de Abril e das razões profundas da sua existência, continuação e necessidade.

Num momento singular de transição para uma nova época no quadro da integração europeia e do advento em 1991/92 do Mercado Único, ela própria diante de uma exigência vital de busca de novas soluções e formas de alargamento da sua base social, a 12.ª Conferência da Reforma Agrária pôs em debate inovadoras propostas susceptíveis de um grande impacto no agro português e na própria economia nacional.

A apresentação na Conferência de uma bem fundamentada e elaborada Proposta de Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo e do Alentejo aponta caminhos novos para o avanço e progresso da agricultura portuguesa em contraste com a linha de destruição das estruturas agrícolas mais produtivas do País prosseguida numa escala sem precedentes pelo Governo PSD/Cavaco Silva sob a dinâmica da reprivatização acelerada dos sectores básicos nacionalizados da nossa economia.

«Duas vias se confrontam na resposta à nova situação em perspectiva da agricultura portuguesa nos anos vindouros imediatos:

Uma, baseada na reconstrução da grande propriedade latifundiária com o seu cortejo de incultos; de extensividade da produção agrícola de menores encargos; de parasitismo e desertificação; de desemprego e miséria;

Outra, baseada no aumento nacional da produção e da produtividade agrícola, pecuária e florestal; na crescente satisfação das necessidades agro-alimentares dos portugueses com o mínimo recurso às importações estrangeiras; baseada no bem estar das populações rurais e na cooperação entre a Reforma Agrária e as estruturas agrícolas privadas de exploração directa da terra assente no associativismo dos pequenos e médios agricultores.

Ao mesmo tempo que rasga os caminhos do futuro a 12.ª Conferência da Reforma Agrária fez o balanço das profundas destruições operadas pelo agravamento da ofensiva da direita governante capitaneada por Cavaco Silva e operacionalmente dirigida por Barreto sob a dinâmica da restauração dos latifúndios.

É um balanço impressionante: em pouco mais de 13 anos a amputação de 80% da área inicial — de 1 100 000 hectares em 1975 para 225 000 em 1989; a destruição de 60% das UCPs/Cooperativas — de cerca de 500 em 1975 restam 216 em 1989; a liquidação de 83% dos postos de trabalho — de cerca de 60 000 em 1975 para cerca de 12 000 em 1989.

Uma ofensiva impregnada de violências, de arbitrariedades e ilegalidades; de estrangulamento financeiro; de recusa total a qualquer apoio técnico do Estado, mesmo através dos Fundos comunitários a que às UCPs foi sistematicamente impedido o acesso; do feroz boicote a todos os níveis, com particular acinte pelo próprio Ministério da Agricultura.

É também uma ofensiva chamuscada pelas labaredas da corrupção e do compadrio de que o ministro Barreto tem ele próprio de responder judicialmente.

A «Lei do latifúndio», de flagrante inconstitucionalidade dá cobertura às maiores ilegalidades do MAPA.

Entretanto, ficou amplamente sublinhado na Conferência de Évora que mesmo após a indigna revisão constitucional acordada entre o PSD e o PS, a Reforma Agrária não ficou constitucionalmente proscribida, tem ainda uma base material e de garantia jurídica apta a fazer dela um sector indispensável da batalha do desenvolvimento da Agricultura portuguesa.

A Conferência — que os inimigos da Reforma Agrária esperavam redundar numa manifestação de desânimo e de falta de perspectivas — constituiu, pelo contrário, uma grande afirmação de confiança dos trabalhadores no futuro da sua histórica conquista.

Foi, além disso, uma elevada afirmação de capacitação técnica dos seus obreiros, de uma incomparável experiência de gestão e de exemplar espírito de cooperação entre as UCPs/Cooperativas.

E, como sempre, um ponto alto de solidariedade em defesa da Reforma Agrária de destacados democratas e portugueses progressistas e de meios e organizações internacionalistas.

A Conferência constituiu uma contribuição de extraordinária valia para o conhecimento da rea-

lidade da nossa agricultura e das possibilidades reais e concretas do seu desenvolvimento.

Anteontem o ministro da Indústria foi inaugurado em Évora — na Évora que na véspera foi mais uma vez local das conferências da Reforma Agrária — um «eurogabinete» de informação da CEE...

«Estamos na era da sociedade de informação» — debitou Mira Amaral no acto «solene».

Entretanto, nenhum representante oficial se deslocou até Évora para se informar cabalmente da situação e dos problemas da agricultura da zona do latifúndio abordados na Conferência. Também brilharam pela ausência órgãos de comunicação social que por exigências informativas ali deveriam estar presentes.

Teriam podido informar-se — o ministro e o Governo e os tais «grandes» órgãos de comunicação social — de que um estudo sobre os novos latifúndios e os novos «condados» reconstituídos sob o impulso da direita governante no Alentejo e no Ribatejo, feito numa amostragem de 22 freguesias representativas, sobre 146 novos latifúndios com área média de 626 hectares de terras roubadas à Reforma Agrária, a percentagem das subaproveitadas e abandonadas no terreno de sequeiro, nos de plantações agrícolas e nos de regadio é simplesmente criminoso e indicativa do regresso das velhas formas tradicionais da exploração latifundiária.

Teriam podido informar-se de que UCPs (como a Boa Esperança de Lavre expropriada de 3800 hectares e hoje cultivando apenas 2200 numa base de garantia) apresentam um activo de produção agrícola e pecuária, em exemplos de aproveitamento altamente meritórios.

Teriam podido informar-se (o Governo e os órgãos de comunicação social de grande informação que lá não estiveram presentes) da situação realista da agricultura em países como Portugal, do Sul da Europa, de integração mais recente na CEE como a Espanha e a Grécia e outros dos associados iniciais como a França, a Holanda e a Itália, abordada com objectividade por representantes autorizados dos trabalhadores e organizações específicas daqueles países.

Teriam podido informar-se de que UCPs (como a Boa Esperança de Lavre expropriada de 3800 hectares e hoje cultivando apenas 2200 numa base de garantia) apresentam um activo de produção agrícola e pecuária, em exemplos de aproveitamento altamente meritórios.

Teriam podido informar-se (o Governo e os órgãos de comunicação social de grande informação que lá não estiveram presentes) da situação realista da agricultura em países como Portugal, do Sul da Europa, de integração mais recente na CEE como a Espanha e a Grécia e outros dos associados iniciais como a França, a Holanda e a Itália, abordada com objectividade por representantes autorizados dos trabalhadores e organizações específicas daqueles países.

Paralelamente acentuam-se as tricas e divisões no seio do PSD, agravam-se nos arraiais da direita as rivalidades pessoais e de grupo.

Tal como na Agricultura, também na sociedade portuguesa duas vias para a solução dos problemas nacionais se chocam e se opõem na situação política do país: a da reacção e do retrocesso, a da reconstrução dos monopólios e dos latifúndios e a do progresso económico, social e cultural do povo português.

Está nas mãos dos democratas portugueses que nos embates imediatos, com determinação, convergência e unidade de acção, se avance com segurança no caminho de uma alternativa viável ao cavaquismo governante.

que o cavaquismo governante exalta como um positivo «aumento do investimento estrangeiro em Portugal».

Teriam finalmente podido informar-se de uma Proposta de Desenvolvimento da Agricultura no Sul do Ribatejo e do Alentejo que propõe objectivos como: aumento da produção e da produtividade agropecuária-florestal; incremento da transformação industrial de produtos agrícolas; aumento dos postos de trabalho em todos os sectores de produção e comercialização ligados à agricultura; aumento da capacidade competitiva no quadro da CEE e na perspectiva do Mercado Único; maior grau de aprovisionamento do País; travagem e inversão do processo de desequilíbrio regional acentuado, implicando pressupostos inconciliáveis com a política de reconstrução dos latifúndios do governo cavaquista.

A 12.ª Conferência da Reforma Agrária teve lugar num contexto de profunda e generalizada contestação política de massas do governo PSD/Cavaco Silva e de preparação das eleições autárquicas de 17 de Dezembro que podem constituir um teste significativo da nova armadura de forças políticas no Portugal dos dias actuais.

Nos sectores dos transportes, do professorado, da Função Pública e noutros a greve e outras importantes acções reivindicativas estão em curso ou na iminência de assumirem formas de grande combatividade.

Com desespero, vindo o terreno fugir-lhe de baixo dos pés, o cavaquismo governante multiplica-se em acções demagógicas, faz promessas sobre promessas, distribui umas migalhas sociais que estão longe de corresponder às exigências populares.

Os agricultores do Oeste projectam desfilar no domingo até Lisboa com as suas máquinas e tractores contra a política frutícola do Governo. Paralelamente acentuam-se as tricas e divisões no seio do PSD, agravam-se nos arraiais da direita as rivalidades pessoais e de grupo.

Tal como na Agricultura, também na sociedade portuguesa duas vias para a solução dos problemas nacionais se chocam e se opõem na situação política do país: a da reacção e do retrocesso, a da reconstrução dos monopólios e dos latifúndios e a do progresso económico, social e cultural do povo português.

Está nas mãos dos democratas portugueses que nos embates imediatos, com determinação, convergência e unidade de acção, se avance com segurança no caminho de uma alternativa viável ao cavaquismo governante.

Resumo

27 Quarta-feira

Em conferência de imprensa a CGTP exige um debate nacional sobre as consequências económicas e sociais da União Económica Monetária ■ Os representantes dos trabalhadores da Setenave consideram como um «autêntico escândalo» a entrega da gestão dos estaleiros a uma empresa privada ■ A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos propõe ao Governo a reabertura urgente de todos os processos negociais e manifesta-se disponível para dialogar por forma a evitar a agudização de conflitos ■ Os Guardas prisionais franceses fazem uma paralisação de 24 horas, bloqueando o aparelho judicial ao impedirem o movimento de detidos ■ O vice-presidente dos EUA inicia diligências oficiais em Manila para tentar obter a renovação do contrato de utilização das bases militares de Clark e Subic Bay, nas Filipinas ■ O deputado do PCP no Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas, adverte a Comissão da CEE para a «nova escalada de especulação» revelada pelos actuais índices bolsistas e pelo montante das transacções quotidianas sobre o mercado de câmbios ■ Portugal registou no final de Agosto a mais elevada taxa de inflação anual da CEE, segundo revelam estatísticas oficiais divulgadas em Bruxelas ■ O grupo parlamentar do PCP anuncia uma ofensiva legislativa nas áreas do Poder Local e da regionalização.

28 Quinta-feira

Realiza-se uma reunião de três horas entre delegações do PCP e do PRD em que o tema principal foram as possibilidades deste integrar a coligação «Por Lisboa» ■ José Sara-mago, afirma, durante uma visita da coligação «Por Lisboa» que efectuou aos bairros de Alfama e Mouraria, que «Lisboa precisa de ser amada não de uma forma contemplativa, mas sim através de acções concretas» ■ Os representantes dos traba-



lhadores da Petrolga admitem recorrer à Alta Autoridade Contra a Corrupção e apresentar uma queixa-crime contra a administração se o Primeiro-Ministro não demitir os gestores incapazes e não puser cobro à corrupção, ao processo de privatiza-

ção lesivo dos interesses nacionais e ao ataque contra os direitos dos trabalhadores ■ A União Soviética propõe a realização de uma cimeira europeia no segundo semestre de 1990 para assinar um acordo Leste-Oeste sobre as armas convencionais ■ A «Ordem da Vitória» com que o antigo dirigente soviético, Leonid Brejnev, fora condecorado é-lhe retirada por um decreto do Presidium do Soviete Supremo da URSS.

29 Sexta-feira

O grupo parlamentar do PCP requer a presença do Governo na reunião da Comissão Permanente da AR para fornecer informações sobre a posição governamental face ao projecto sobre a «Televisão sem Fronteiras» ■ Termina visita oficial de quatro dias que Cavaco Silva realizou à República Popular de Moçambique no âmbito da qual foram assinados vários acordos de cooperação nas áreas de pescas, finanças, militar e outras ■ Mangena Jeffrey Boesman membro do Congresso Nacional Africano é enforcado numa cadeia de Pretória, capital da África do Sul ■ O dirigente palestino recebe uma mensagem do ministro soviético dos Negócios Estrangeiros a sugerir que as negociações directas entre a OLP e Israel tenham lugar em Moscovo.

30 Sábado



Começa em Évora a 12.ª Conferência da Reforma Agrária ■ Realiza-se em Alcântara uma reunião de quadros do PCP onde são divulgados os elementos indicados pelo partido nas listas da coligação «Por Lisboa» ■ O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, afirma no termo de um encontro com Cavaco Silva, que Portugal sempre foi um país privilegiado nas relações com Angola assim como outros países que usam a língua portuguesa ■ Herminio Martinho, presidente do PRD, mostra-se disponível para encabeçar uma lista autónoma às eleições autárquicas em Lisboa ■ O Bispo de Setúbal critica os aumentos dos ordenados dos políticos e afirma que o povo «aparece-nos jogado como uma bola de trapos» ■ Cerca de 1000 manifestantes liderados pelo arcebispo anglicano e Prémio Nobel da Paz Desmond Tutu e pelo presidente das Igrejas Refor-

madoras Allan Boesak, ocupam durante horas uma praia para brancos próxima da Cidade do Cabo ■ É criado o primeiro sindicato independente da Hungria, com o nome de Sindicato Independente dos Trabalhadores Ferroviários.

1 Domingo

A CGTP-IN comemora o seu 19.º aniversário sob o lema «pela solidariedade e pela justiça social» ■ Reunião em Loures a V Conferência Nacional do MURPI reclama uma penção mínima para reformados de 21 500 escudos ■ Álvaro Cunhal afirma no comício de solidariedade com a Reforma Agrária, em Évora, que a democracia exige um sistema de poder em que o abuso e o arbítrio sejam efectivamente impedidos ■ A República Popular da China celebra o 40.º aniversário da sua fundação, proclamada a 1 de Outubro de 1949 por Mao Tse Tung ■ Miklos Nemeth, chefe do governo da Hungria, declara em entrevista que uma adesão do seu país à CEE é inimaginável ■ A Organização Jihad Islâmica difunde um comunicado onde apela aos habitantes dos territórios ocupados a intensificarem o levantamento e a observarem uma greve geral entre 6 e 12 de Outubro.

2 Segunda-feira



Numerosas personalidades independentes, candidatos e dirigentes da ID, do PEV e do PCP, entre os quais Álvaro Cunhal, reúnem-se em convívio CDU no Páteo Alfacinha, em Lisboa ■ A «Aliança Seguradora» vê o seu capital ser privatizado em 49 por cento ■ A greve na Ponte 25 de Abril é cumprida a quase 100 por cento ■ Grupo Parlamentar do PCP questiona Cavaco Silva sobre o subsídio que o ministro Cadilhe tem recebido «indevidamente» do Estado ■ Mário Soares, vindo da Hungria, chega em visita à Holanda ■ Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa decidem em plenário uma greve de 48 horas nos dias 11 e 12 do corrente ■ Soviete Supremo da União Soviética aprova diploma que visa a proibição temporária de greves ■ Administração da Peugeot, em França aceita, no fim de quatro semanas de greve, negociar com os representantes dos trabalhadores.

Privatizar é fácil?

Um Governo à margem da lei

As organizações sindicais e representativas da indústria portuguesa de construção e reparação naval acusam o Governo Cavaco Silva de agir à margem da lei quando, como recentemente na Setenave, despreza a própria Lei Fundamental do País, a Constituição.

A Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP), estrutura intermédia da CGTP de âmbito nacional, a Coordenadora da Indústria Naval — organização que integra as CTs do sector — e ainda as ORTs (organizações representativas dos trabalhadores: comissões sindicais e intersindicais e CTs, nomeadamente), ao exortarem os trabalhadores «a manterem-se unidos e mobilizados para luta que se mostrar necessária», lembram e sublinham que a Constituição revista este ano regista a possibilidade de privatizar a gestão e a exploração de uma empresa apenas depois de aprovada a lei quadro pela Assembleia da República.

É sabido que essa condição legal não foi respeitada

pelo Governo na privatização da Setenave.

Recurso aos tribunais

Os dirigentes do SIMSUL (Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, com sede no Barreiro) afirmam assim com toda a razão que, tratando-se de uma ilegalidade flagrante a entrega da Setenave à «iniciativa privada», os sindicatos e as organizações representativas dos trabalhadores, «se o Governo persistir em levar para a frente tal acto», recorrerão aos tribunais, mais exactamente neste caso, ao Supremo Tribunal Administrativo e ao Tribunal Constitucional.

Ao primeiro desses órgãos será requerida «a impugna-

ção contenciosa da decisão do Governo; ao segundo «a declaração de inconstitucionalidade».

A indignação é manifesta por parte das organizações sindicais a todos os níveis. Não foi só na Setenave que se manifestou repúdio pela decisão do Governo. As organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e da Lisnave tornaram público também o seu apelo à luta contra a decisão do Conselho de Ministros.

É generalizada e correcta a ideia de que os trabalhadores da Setenave não se sujeitaram a sacrifícios para verem agora sacrificados os seus direitos, e as suas reivindicações.

Esses sacrifícios, que incluíram a luta abnegada pela recuperação da empresa, foram decisivos para assegurar uma carteira de encomendas e sanear financeiramente os estaleiros da Mitrena, na península de Setúbal. Não o fo-



De novo em protesto contra um esbulho (foto de arquivo 9.5.89)

ram para que se cometa agora uma ilegalidade, com a chancela e a propaganda do próprio Conselho de Ministros.

Quem salvou a Setenave não foi a «iniciativa privada». Esta pode é destruí-la.

Uma coisa são as palavras

do porta-voz do Governo, outra e bem diferente é, como sublinham os dirigentes do Sindicato SIMSUL, o «autêntico escândalo» da privatização da Setenave: «uma afronta e um esbulho aos interesses nacionais».

Ao dirigirem-se à Imprensa,

em 27 do corrente, os dirigentes sindicais representativos da maioria do pessoal da Setenave concluíam o seu comunicado com um apelo à defesa da empresa, dos postos de trabalho, do sector empresarial do Estado e dos direitos dos trabalhadores.

CGTP faz anos

Integrada nas comemorações do 19.º aniversário da CGTP, que decorreram um pouco por todo o País, a comissão executiva do conselho nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional promoveu anteontem em Lisboa uma sessão comemorativa sob o lema «Pela solidariedade e pela justiça social».

Segundo o gabinete de Imprensa da União dos Sindicatos de Lisboa, além de destacadas personalidades, participaram na iniciativa centenas de activistas e dirigentes sindicais.

A mesma fonte acrescentava, ao anunciar a sessão sexta-feira passada, citando a CE do CN da CGTP-IN: a Central «considera que, na actual situação política e social, há condições para obtermos resultados positivos. Para isso, é necessário reforçarmos a nossa organização e a nossa capacidade de intervir em unidade, a

partir dos locais de trabalho e em torno dos problemas concretos».

Noutro passo, os dirigentes da Central afirmam: «É isso que a CGTP-IN está a fazer e continuará a fazer, pois entende que essa é a melhor maneira de comemorar o seu 19.º aniversário; será assim que se garantirá um futuro melhor para os trabalhadores e para Portugal», conclui o gabinete de Imprensa da USL, citando a CE da CGTP.

Espectáculo musical

Depois de referir as intervenções na sessão efectuada no Teatro Villaret, com início às 21 horas, o gabinete da USL anunciava sexta-feira passada que a segunda parte da sessão seria totalmente preenchida por um espectáculo musical com Carlos do Carmo.

Visitas a empresas

Com o objectivo explícito de «conhecer mais de perto, quer os processos de produção, quer as perspectivas de futuro nas empresas» a direcção da União dos Sindicatos de Aveiro anunciava, entretanto, visitas dos dirigentes sindicais do distrito às empresas Oliva, Quimigal, Philips, Estaleiros de S. Jacinto e Famel. As visitas, completadas por outras ao Hospital de Aveiro, e algumas previstas sexta-feira passada à Renault, Rabor, Portucel, preenchem um programa integrado nas comemorações do 19.º aniversário da fundação da CGTP-Intersindical Nacional.

Segundo o departamento de informação da USA, as visitas foram efectuadas pelos membros do conselho distrital da União, Júlio Balreira, Manuel Mendes, Joaquim Almeida, José Costa, João Pereira, Ana Clara e António Ferreira.

Congresso em Coimbra

Com data marcada para 10 e 11 de Novembro próximo, o II Congresso da União dos Sindicatos de Coimbra (USC) constituirá uma manifestação de ainda maior unidade, visto que na sua comissão organizadora estão incluídos sindicatos filiados e não filiados na CGTP-IN.

A comissão executiva (CE) da União, com sede em Coimbra, mas abrangendo o

distrito beirão, que comemorou, com um convívio domingo passado em Vale de Canas, o 19.º aniversário da CGTP, acaba de distribuir as teses para debate e que, ainda na forma de projecto, serão discutidas pelos sindicatos participantes, membros ou não da União.

Reunida quinta-feira passada, 28 de Setembro, a comissão organizadora (CO) do

II Congresso da USC/CGTP-IN afirmou publicamente que esta última iniciativa de 10 e 11 de Novembro vai discutir e tomar decisões sobre matérias e questões de extrema importância para os trabalhadores, tais como a integração na CEE, questões específicas dos quadros técnicos, «passando pela incidência das novas tecnologias no distrito», desenvolvimento da

agricultura, pesca, serviços, ensino e formação profissional, segurança social, saúde, habitação, transportes e comunicações, turismo, ambiente, juventude.

A CO do II Congresso da USC, formada por elementos de sindicatos membros e não membros daquela organização distrital intermédia da CGTP, destaca entre essas questões, a debater através

dos projectos de teses, as que se relacionam «mais de perto com o desenvolvimento e o progresso, a necessidade de mais emprego e justiça social».

Antes de exortar os sindicatos e os trabalhadores a participarem activamente na preparação do II Congresso, através da discussão e difusão dos projectos de teses, a

comissão organizadora (CO/USC) afirma que, «do ponto de vista organizativo», esses projectos «equacionam os aspectos considerados necessários para uma resposta eficaz aos problemas dos trabalhadores e para a defesa dos seus direitos, tendo em consideração os problemas novos, que já surgiram e continuarão a surgir no mercado do trabalho».

A mosca

Em 10 anos de presidência na Câmara Municipal de Lisboa o engenheiro Abecasis deu o rosto e a autorização aos mais desvairados negócios e, a coberto do seu nome, cometeram-se os maiores atentados, mutilações e depredações de que há memória em Lisboa desde o terramoto de 1755. O «buraco» do Monumental é mera ilustração duma política camarária que vendeu, comprou, permutou, cedeu, e arrasou os bens, os recursos e o património da cidade com arrogância permanente e, o que é bem pior, a mais brutal das incompetências. Dez anos depois a cidade está gravemente mutilada, o seu património defenestrado, os seus recursos esbanjados, o seu prestígio na valeta. O desastre vai tão longe que o biógrafo encomendado à pressa por Abecasis para organizar o livro-testemunho da sua «obra» tem-se visto em palpos de aranha para encontrar alguma coisa positiva, uma que seja, para amostra. É claro que nem toda a gente perdeu, nesta vertigem destruidora que brutalizou a cidade nos últimos dez anos. Por trás das megalomanias de Abecasis, na dobra dos projectos faraónicos e dos negócios realizados houve quem enriquecesse fabulosamente, quem abocanhasse patrimónios inestimáveis, quem fruisse poderes, prestígios, benesses e privilégios jamais alcançáveis noutras circunstâncias e, de todo, ilegítimos. Incensado pela direita em geral, a quem serviu empenhadamente, mimado pelo seu partido, a quem deu projecção e poder de intervenção geometricamente proporcionais à sua insignificância política, Abecasis tomou a núvem por Juno e convenceu-se que estava de pedra e cal no coração de todos os que servia com tanto empenho e bons resultados. E se não no coração, pelo menos na cabeça, que haveria de reconhecer os méritos de tão devotada serventia. Não reconheceu. Furtando-se-lhe, primeiro, em o apoiar (e nele se apoiar) para outro mandato, iludindo-o a seguir com a pseudocondução das negociações para a concretização de outra candidatura e tirando-lhe, finalmente, o tapete debaixo dos pés estatelando-o a todo o comprimento da sua solidão, o CDS mostrou o seu «pragmatismo» e meteu o engenheiro na rua sem aviso prévio nem um agradecimento, enquanto a nova candidatura da direita tentava lavar as mãos da gestão que a servira e de que se servira, enxotando-a à chibatada e fazendo de conta que nada tinha a ver com ela.

Estupefacto, Abecasis ainda começou a gritar do meio da rua que «ninguém mandava calar a voz mais potente do partido». Pois não. Bastava mandá-la embora. À voz e à vez em que um homenzinho de beicho caído e muita lábia chegou à Câmara Municipal de Lisboa para uma missão de dez anos ao serviço da direita e das suas grandes negociatas. Chamava-se a isso, então, «servir Lisboa», enquanto Lisboa ia sendo servida, de bandeja transportada por Abecasis, aos grandes especuladores, tubarões e outros peixões. Mas como o mundo é feito de mudanças, agora Abecasis já não serve, nunca prestou e o melhor é estar calado, porque a moda agora é «viver melhor em Lisboa».

Para provar isso dão-se mergulhos no Tejo e está a poluição resolvida, fazem-se umas corridinhas em Monsanto e está a coisa da ecologia arrumada, dá-se um pé de dança nos «Alunos de Apolo» e está feita a dinamização cultural da cidade, conduz-se um táxi uma tarde e temos o problema dos transportes solucionado. Como Abecasis nunca fez isso — ele era mais dado às grandes frases, do género «vamos incendiar a cidade» e «as empenas dos prédios caem para cima» — está também provado que esta nova candidatura da direita não tem nada a ver com a gestão Abecasis mais as suas incompetências, corrupção, compadrio e desastre sistematizado. Vai-se mesmo ao ponto de dizer mal dela, aflorando aqui e ali com críticas de coisas há muito denunciadas pela oposição, que a direita nunca «viu» porque estava enterrada nelas até ao pescoço mas que agora lhe convém denunciar, para delas se demarcar. Como na história do «traque que aquele senhor deu não foi ele, fui eu»...

De qualquer modo é exagerado, este desgosto de Abecasis pelo desprezo dos seus pares. Como homem de direita que é, ele sabe perfeitamente — até por experiência própria — que à direita o que interessa é que as moscas mudem e a porcaria fique na mesma. A não ser que o que lhe doa seja fazer o papel de mosca... Se é isso, deixe lá: também há o Homem Aranha e ele nunca se chateou com isso.

■ H.C.

Trabalhadores

Comemorações no Porto com intervenção do coordenador

Em nome da comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN interveio João Pacheco Gonçalves nas comemorações do 19.º aniversário da fundação da Intersindical Nacional. Efectuadas no passado fim-de-semana, na cidade do Porto, essas comemorações na cidade saíram pela primeira vez à rua, informam-nos no Porto, onde na festa-convívio de 30 de Setembro actuou a Brigada Victor Jara.

Ao referir-se na sua intervenção à política do Governo, Pacheco Gonçalves, da CE da Central afirmou, nomeadamente, que esta tem conduzido «não à modernização do aparelho produtivo... mas antes: à destruição e abandono das empresas; ao desenvolvimento da economia paralela; ao aumento das dívidas à Segurança Social; ao não cumprimento e desrespeito das leis».

Para aquele dirigente sindical, a política de Cavaco Silva assenta na mão-de-obra barata, na precariedade de emprego e na entrada acelerada de capital estrangeiro.

Mais adiante Pacheco Gonçalves lembrou que não há uma opção de progresso económico, técnico e tecnológico, aumentando as injustiças e as desigualdades sociais.

Para João Pacheco, o facto de a inflação atingir este ano valores da ordem dos 13 por cento evidencia a demagogia e a incapacidade de Cavaco Silva e da sua equipa.

Na sua intervenção mere-



Na rua pela primeira vez, no Porto, comemorando os 19 anos da CGTP (foto de arquivo: 1.º de Maio de 89)

ceram especial destaque os exemplos das lutas mais recentes, como expressão do empenhamento dos trabalhadores, permitindo alcançar algumas vitórias, principalmente no que respeita a salários e à redução do horário de trabalho.

O coordenador da USP (União dos Sindicatos do Porto), afirmou também que o Governo foge ao diálogo e incentiva o patronato ao uso de práticas ilegais, agravando a instabilidade social. Dissé ainda Pacheco Gonçalves que a política do Governo está falida, conduz ao seu isolamento e, mais tarde ou mais cedo, colocar-se-á na ordem do dia a necessidade de uma alternativa.

Durante a festa-convívio do Porto, foi aprovada uma moção opondo-se à política

do Governo e afirmando o total apoio e confiança na CGTP, na união dos trabalhadores, na luta por uma po-

lítica que garanta o progresso e o bem-estar social.

Participaram centenas de pessoas nas comemorações.

Jales Mineiros em greve

Parados por aumentos salariais, durante três dias no princípio do mês passado, os 230 mineiros do ouro de Jales, onde se exploram crianças com 14 anos, voltaram à greve com concentração, exigindo o pagamento dos quatro dias, incluindo o domingo (3 de Setembro), que «o patronato lhes descontou no salário», refere a comissão executiva da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), ao dirigir-se à imprensa.

Salientava a FSMMMP, sexta-feira passada.

Em Julho, os trabalhadores dessas minas (Vila Real) apresentaram um caderno reivindicativo. Como não obtiveram resposta, entraram em greve, por turnos, nos primeiros dias do mês de Setembro.

Negociações entre os representantes dos trabalhadores e a administração levaram a um acordo com aumentos salariais de 15 por cento a partir de Setembro.

Agora, porém, a empresa descontou quatro dias aos mineiros que paralisaram no princípio desse mês.

A direcção do Sindicato dos Mineiros do Norte reuniu-se quinta-feira passada com os administradores de Jales para se chegar a acordo na solução do caso.

Todavia, a administração das minas respondeu que pagava esses dias depois de os trabalhadores produzirem as mesmas toneladas equivalentes aos dias da paralisação.

Quinta-feira passada, os mineiros concentraram-se em frente aos escritórios da empresa, onde exigiram o pagamento daqueles dias, argumentando que sempre têm dado o melhor, e ganham pelas tabelas salariais e não pelos lucros obtidos pela empresa graças ao seu suor.

Mesmo assim, os trabalhadores garantiram que, em dois meses, restabeleceriam os níveis de produtividade.

Em atitude revanchista, a administração continuou a exigir, pelo menos até à passada sexta-feira, 29, que os mineiros aumentassem, primeiro a produtividade, e só depois é que pagaria os dias descontados.

Os mineiros continuaram parados sexta-feira passada, firmes devido à razão que lhes assiste, e revoltados pela atitude desumana de uma administração e de um patronato, instalados longe da mina, algures na grande urbe lisboeta, conclui a direcção da FSMMMP.

JORNALISTAS Revisão do CCT

A direcção do Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, tendo retomado as negociações para a revisão do CCT (Contrato Colectivo de Trabalho) com a Associação da Imprensa Não Diária (AIND), tem a próxima reunião marcada para 9 do corrente. No entanto, nenhum avanço significativo se tinha verificado até ao princípio desta semana.

Foi contudo estabelecido «o âmbito da matéria que será objecto da negociação. A direcção do SJ acrescentava, sexta-feira passada, que a AIND não se mostrara receptiva à «abertura da carreira, chegando mesmo a propor que as promoções automáticas passassem a fazer-se apenas até ao II Grupo». Recorde-se que esses Grupos são actualmente cinco.

A negociação no campo económico não principiou ainda. É possível, segundo a direcção do SJ que a matéria salarial comece a ser discutida na reunião do próximo dia 9.

Imprensa diária

Quanto à Imprensa diária, o SJ diz que as negociações com a AID, a Associação patronal, «não puderam ser retomadas». A AID «não agen-

do ainda a reunião pedida pelo Sindicato, que continua a insistir para que a marcação se faça rapidamente».

No que respeita ainda às negociações de revisão do CCT da Imprensa Não Diária, logo que a comissão negociadora do SJ conheça «a proposta salarial da AIND», a direcção sindical convocará uma reunião de delegados sindicais a fim de dar conhecimento da «posição patronal e decidir sobre a atitude a tomar».

Exploração de crianças

Sexta-feira passada, a direcção da Federação Sindical (FSMMMP), com sede em Lisboa, sublinhava que entre os 230 mineiros que trabalham nas minas de Jales, produzindo minério de ouro, algures no distrito de Vila Real, em Trás-os-Montes, se encontram «crianças com 14 anos» (número não especificado) executando «trabalhos penosos», obrigadas a «empurrar vagonetas com uma tonelada», naturalmente «um esforço brutal que prejudica — como sublinha a FSMMMP — o seu desenvolvimento físico».

É de notar que o contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV) do sector mineiro fixou em 16 anos a idade mínima para o trabalho nas minas, sublinha ainda a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

Trabalhadores

Petrogal

É urgente demitir quem não serve

Numa conferência de Imprensa a semana passada em Lisboa, a Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal, uma das maiores empresas do País, pertencente ao sector empresarial do Estado, divulgou uma série de documentos a que dedicaremos hoje apenas o excerto que se refere à **área social**, onde a actuação dos gestores justifica, por si só, uma das reclamações publicamente apresentadas pelos representantes dos trabalhadores: a demissão urgente dos que não servem os interesses da empresa e, por extensão inteiramente justificável, os interesses do País.

Depois de considerar uma «questão vital» da empresa a sua área social, entregue a Bernardo Xavier, «cuja preocupação fundamental é eliminar vários direitos e regalias dos trabalhadores», a CCT da Petrogal afirma que aquele responsável chegou mesmo a declarar formalmente que vai extinguir o acordo de empresa (AE), instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, como se sabe.

Ministro não responde

O ministro da Indústria e ex-ministro do Emprego, Mira Amaral, recusa-se a receber os representantes legalmente eleitos pelos trabalhadores. O

primeiro pedido de audiência foi feito em Junho do ano corrente. Como daí para cá as coisas se têm agravado, a CCT e as restantes organizações representativas dos trabalhadores reclamaram a intervenção do chefe do Governo, Cavaco Silva.

Os representantes dos trabalhadores da Petrogal que, antes de se dirigirem ao Primeiro-Ministro, procuraram ser ouvidos pelos gestores da empresa, afirmam que continua a não existir uma «efectiva gestão de recursos humanos», privilegiando-se, nomeadamente, como sublinham, a **política de destruição de postos de trabalho**.

Sem prejuízo de uma nova abordagem mais completa das questões próprias e do interesse nacional da Petro-



Quinta-feira passada em Lisboa

gal, como empresa nacionalizada em vias de passar para o capital privado, refira-se que a CCT acusa os gestores e, por extensão, o Governo de praticarem uma política de «pressão» para que trabalhadores deixem a empresa, designadamente através de «reformas compulsivas», mas a par do sistemático recurso a prestadores de serviços, «alguns pagos a peso de ouro».

Os compromissos assumidos com os representantes dos trabalhadores, no âmbito do **controlo** (legal, assinala-se) **de gestão**, os represen-

tantes dos trabalhadores da Petrogal consideram expressamente «escandaloso o sucessivo adiar da reorganização da direcção-geral de pessoal, que deveria estar concluída em Abril findo.

Trata-se de marginalizar organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) dentro da empresa, incluindo naturalmente a acção sindical.

A administração da empresa — afirma a CCT da Petrogal — despreza ostensivamente várias disposições contidas na Constituição e na Lei 46/79; conhecida como lei

das comissões de trabalhadores.

A CCT menciona estes exemplos:

- Suspensão das reuniões com a CCT, embora aquela lei obrigue a, pelos menos, uma por mês;

- Recusa de informação, inclusive sobre matérias claramente explicitadas pela própria lei;

- Retirada de apoios a que a lei 46/79 obriga expressamente;

- Tentativa de impedimento da realização de reuniões dos representantes dos trabalhadores;

- Tentativa de obstruir o exercício do controlo de gestão, através de medidas ilegais, visando o estrangulamento financeiro da comissão de trabalhadores.

De novo a Ponte

«Cada dia de greve custa ao Estado três mil contos», afirma o sindicato

Por continuarem sem resposta às suas reivindicações, apresentadas ao Governo há um e três anos, respectivamente no que respeita à alteração de carreiras e subsídio de risco (pintores e electricistas, nomeadamente), os trabalhadores da Ponte 25 de Abril, em Lisboa, entraram num novo período de greve a 100 por cento, cuja conclusão estava prevista para ontem às 22 horas. As paralisações, por períodos de quatro horas, impediram a cobrança das portagens e afectaram a iluminação da Ponte.

Segundo a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, o Governo dá mostras de irresponsabilidade.

Comunicado do Sindicato datado de segunda-feira. Excertos:

- O Governo, sem conseguir refutar a justeza das reivindicações formuladas, tem feito apenas promessas vagas, mas no concreto nada resolveu;

- Os montantes de portagem não cobrados no corrente ano, por motivo da luta dos trabalhadores, é mais que suficiente para satisfazer as reivindicações apresentadas (**cada dia de greve custa ao Estado 3000 contos**);

- O Governo, ao deixar protelar a resolução do problema, dá mais uma demonstração cabal da sua irresponsabilidade, preferindo deixar de cobrar receitas para os cofres do Estado a ter a «humildade» (aspas do Sindicato) de reconhecer a razão que assiste aos trabalhadores, que continuam determinadas a prosseguir com a luta.

Aumentos intercalares

Caso inédito nos Transportes

Sem expressamente porem de lado o recurso à greve, os sindicatos dos transportes e designadamente a Festru (Federação do sector) consideram «caso inédito» o facto de o Ministério competente ter recebido dentro do prazo pedido — 27 do mês passado — os dirigentes sindicais. Nas palavras da Festru, organização sindical intermédia da CGTP — «o Ministério reconheceu objectivamente a razão dos trabalhadores», quando estes exigem um «aumento intercalar, uma vez que a inflação derrapou para valores superiores aos salários aplicados no ano corrente».

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações reconheceu, por conseguinte, a **necessidade de um aumento salarial intercalar**. Não se limitou, porém, às empresas públicas que tutela. Segundo os dirigentes sindicais, o Ministério reconheceu também essa necessidade em relação às empresas privadas.

A Festru pode assim afirmar, como faz em comunicado de 27 de Setembro, que a **solução dos conflitos está nas mãos do Governo**.

Os gestores da Carris já foram aumentados

Por decisão do Governo, recorda ainda a mesma organização sindical, os gestores da Carris foram aumentados com «intercalares», em alguns casos, da ordem dos 10 por cento. O exemplo é apresentado entre outros pela Festru, acrescentando esta Federação que, pelo menos na Carris, esse aumento intercalar dos vencimentos dos

gestores já vigora desde 1 de Julho.

Entre «as situações mais gravosas», expostas pelos sindicalistas dos Transportes ao Ministério, contam-se as «ilegalidades praticadas pelo conselho de gerência do STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto), que considera faltas injustificadas os períodos de greve realizados ultimamente pelos trabalhadores».

Quanto à **Rodoviária Nacional**, que sexta-feira passada continuava com uma greve marcada para 10 e 11 do corrente, os dirigentes da Festru apresentaram ao Ministério, entre as situações mais graves que se verificam no sector, a **discussão do processo de privatização**, bem como as suas consequências para os trabalhadores e as populações servidas pela RN.

No **Metropolitano** de Lisboa deverão, segundo a Festru e com o acordo de princípio da parte do Ministério, ser resolvidas as questões pendentes, quanto ao horário de trabalho do pessoal do tráfego.

Nesta última empresa, pública como se sabe, estavam previstos sexta-feira passada dois plenários em 2 e 3 do corrente, com a **recolha de viaturas**, o mesmo se verificando na Carris, o que pode levar na prática a uma paralisação conjunta de parte substancial daqueles serviços públicos.

Evitar a agudização dos conflitos

Ao insistir na circunstância de se encontrar nas mãos do Governo a solução dos conflitos, principalmente no que respeita aos aumentos salariais intercalares, a Festru «exigiu a imediata alteração da política salarial, propondo a **reabertura urgente de todos os processos negociais nas empresas**». No entanto, e mais uma vez, os dirigentes sindicais manifestaram perante o Ministério «total disponibilidade para a negociação, por forma a evitar a agudização dos conflitos».

Pretende a Festru, considerando naturalmente os elevados prejuízos que a agudização dos conflitos no sector dos transportes traz aos trabalhadores, aos utentes em geral e às populações, que o Governo e os conselhos de gerência tomem «uma atitude positiva». Doutra modo, «os trabalhadores continuarão a desenvolver todas as acções de luta».

Recorde-se, de acordo com a Festru, que, durante a reunião de 27 do mês passa-

do no Ministério, os seus representantes não se limitaram a tomar conhecimento dos «múltiplos problemas existentes nas empresas», que faz parte das suas funções conhecer, como os conhecem os sindicatos. O Ministério comprometeu-se a «fazê-los seguir imediatamente para o ministro», sublinha a Festru.

Função Pública

«Corrida aos tachos» — diz a Federação

Com o novo estatuto do pessoal dirigente da Função Pública, afirma a Federação (FNSFP), é favorecida a «**corrida aos tachos**», visto que a publicação do DL 323/89, em 26 de Setembro findo, sem consulta aos sindicatos, põe nas mãos do Governo, «qualquer que ele seja», a nomeação e demissão dos dirigentes de «institutos, direcções-gerais» e restantes serviços públicos.

Depois de sublinhar que o novo diploma introduz «novos factores de perturbação e de arbitrariedade na Administração Pública portuguesa», a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, com sede em Lisboa, afirma que o Decreto-Lei não só favorece aquela «**corrida**»,

como também estimula «o clientelismo a que temos assistido, quando muda um ministro ou todo o Governo».

Em causa direitos dos técnicos

Segundo a FNSFP são atingidos os direitos gerais dos técnicos ao serviço do Estado. Na verdade, o diploma do Governo estabelece a «**regalia**» de os dirigentes poderem atingir «o topo da carreira técnica superior, à margem de todas as regras estabelecidas» para a respectiva progressão.

A Federação considera «grave» essa mesma «regalia», na qual mete aspás, pre-

cisamente por não se tratar de uma regalia, mas de um favor, um privilégio que um determinado Governo pode prestar.

A FNSFP, que vai solicitar à Assembleia da República a alteração do referido diploma, por considerar que o mesmo é um «atentado ao direito à carreira dos técnicos superiores da Função Pública», revela que o artigo 18.º desse Decreto-Lei 323/89 permite que «um técnico superior de primeira classe, com 13 anos na categoria, que precisaria de, no mínimo, mais 12 anos para atingir o topo da carreira, apenas necessita de exercer funções de chefia durante um mês (!) para ter automaticamente direito a esse lugar de topo».

PCP

Divulgando os nomes dos seus candidatos

Encontro de quadros do PCP mobiliza acções «Por Lisboa»

No passado sábado, na Junta de Freguesia de Alcântara, realizou-se um Encontro de Quadros do PCP na Cidade de Lisboa com dois objectivos centrais — a mobilização e unificação da acção das organizações do Partido para a vitória eleitoral em Lisboa e a definição da intervenção eleitoral e o estilo da campanha dirigida aos moradores e trabalhadores da cidade. Foram igualmente divulgados os nomes dos elementos indicados pelo PCP nas listas da Coligação «Por Lisboa» e os cabeças de lista do PCP às Juntas de Freguesia da capital, faltando apenas os que ainda não foram decididos pelas respectivas organizações, dada a morosidade que a ampla discussão dos problemas por vezes implica.

Durante o Encontro, em que participaram cerca de 200 militantes do PCP, eleitos autárquicos, candidatos ou activistas nesta frente de trabalho, foram produzidas dezenas de intervenções apesar da escassez de tempo (a tarde de sábado), abordando de forma viva um numeroso conjunto de questões, equacionadas a partir de uma «listagem» temática sugerida apenas como ponto de partida e que transcrevemos:

As formas concretas de mobilizar as organizações do Partido, quer nas Freguesias, quer nas empresas; a compatibilização das campanhas CDU e da Coligação «Por Lisboa»; a campanha autónoma do PCP; a actividade eleitoral nas empresas e nos bairros; as questões do Município e a campanha voltada para esta vitória; a campanha dirigida às diferentes camadas; os temas e assuntos a privilegiar no trabalho de massas; o relacionamento e cooperação eficaz com os militantes dos outros Partidos integrantes da Coligação;

ideias a considerar na propaganda e estilo da campanha; a organização dos apoios e adesões à Coligação; o financiamento da campanha — a necessidade de uma muito ampla e diversificada campanha; a participação dos candidatos.

No intervalo do encontro realizou-se uma breve conferência de Imprensa (onde mais uma vez a RTP — entre outros — primou pela ausência, dado que as duas centenas de pessoas ali reunidas, apesar da proximidade do Tejo, preferiram discutir os problemas da cidade a mergulhar nas águas poluídas...). Lá se informou que foi apresentado no início dos trabalhos o conjunto de candidatos do PCP que já obtiveram acordo ou cujos nomes estão em discussão nas organizações do Partido (ao lado damos conta dos nomes já decididos, que constituem a quase totalidade), realçando-se igualmente que este encontro constitui a primeira contribuição de grande fôlego realizada pelo PCP para a conclusão das listas que a



Coligação «Por Lisboa» vai apresentar a escrutínio na capital em Dezembro próximo.

Conferência de Imprensa

Na breve conferência de Imprensa realizada no intervalo dos trabalhos as questões tratadas com os jornalistas foram principalmente respondidas ou equacionadas por António Abreu, do CC do PCP (que dirigiu a sessão) e pelos candidatos Rui Godinho e José Saramago.

Uma nota saliente na conferência de Imprensa foi o desmontar mais ou menos sistemático da demagogia da candidatura da direita protagonizada por Marcelo Rebelo de Sousa, onde se evidenciam dois aspectos: a tentativa da apropriação das propostas dos democratas para Lisboa ao longo dos anos, sobretudo apresentadas pelo PCP nos órgãos autárquicos da capital, e o despudor com que a candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa se tem manifestado na pré-campanha, não hesitando perante o ridículo permanente e, sobretudo,

inconsequente do ponto de vista da formulação de propostas concretas que se esperam duma candidatura autárquica desta responsabilidade. José Saramago classificaria mesmo tal campanha de «impudor demagógico», citando a propósito o final da «Relíquia» de Eça de Queirós, onde o Raposo afirma que «a mim faltou-me a descarada coragem de me afirmar». Para o autor da «História do Cerco de Lisboa» Rebelo de Sousa terá uma coragem «que eu não diria descarada, mas é necessário ser muito corajoso para assumir com tal despudor a demago-

gia». Também Rui Godinho se pronunciou no mesmo sentido, comparando a actualização do candidato da direita com os cucos, que põem os ovos em ninhos alheios.

Enquanto acusavam a candidatura de direita da procura do efeito fácil na sua campanha eleitoral, os comunistas presentes na conferência de Imprensa reconheceram igualmente que a campanha da Coligação «Por Lisboa» carece de formas imaginativas de intervenção, que serão procuradas mas sempre sem ceder à demagogia, «pirotécnica» ou não.



Lisboa bem precisa de quem a ame e respeite. É o que se propõe a Coligação «Por Lisboa», libertando finalmente a capital da catastrófica gestão da direita

PCP



Pormenor da mesa que presidiu aos trabalhos do Encontro e uma vista geral da assistência

Resolução do Encontro

É a seguinte, a Resolução do Encontro de Quadros das Organizações de Lisboa do PCP:

«Lisboa, capital política do país, importante centro económico e cultural, teve nos últimos 10 anos uma gestão desastrosa que a descaracterizou profundamente, aviltando a sua identidade cultural, degradando o património edificado, os equipamentos, os espaços verdes, o ambiente urbano, persistindo inadmissíveis chagas de miséria.

«Uma gestão que tem desprezado o planeamento, que não aproveita e desbarata os seus recursos, nomeadamente o solo urbano, que não programa os investimentos, que não controla a sua execução, condena inevitavelmente a cidade aos interesses dos especuladores.

«É esta realidade que exige uma alternativa política à actual gestão da Câmara. Os comunistas estão conscientes que a situação criada com a constituição da Coligação «Por Lisboa» requer uma resposta eficaz, uma intervenção criadora, um esclarecimento activo junto dos moradores e trabalhadores da cidade. Só uma forte mobilização de massas para o voto na coligação, garantirá a vitória que o povo de Lisboa necessita e merece».

O Encontro de Quadros das organizações do PCP na Cidade de Lisboa, decide:

1. No plano de direcção:

a) «Criar colectivos que garantam a direcção da

campanha eleitoral nas freguesias, nos bairros e nas empresas que mobilizem e unifiquem a intervenção das organizações do Partido;

b) «Criar condições para disponibilização de quadros que acompanhem a campanha eleitoral nas freguesias e nos sectores».

2. Campanha autónoma do PCP

a) «Esclarecer os militantes do Partido, marcando nas primeiras semanas de Outubro um largo conjunto de plenários e reuniões específicas do Partido;

b) «Esclarecer o nosso eleitorado através de sessões, de acções de porta-a-porta, secretária a secretária e bancada a bancada, privilegiando sempre o contacto directo;

c) «Realizar durante o mês de Novembro uma grande iniciativa autónoma com características a definir;

d) «Ligar o esclarecimento da situação do concelho à situação mais geral do país e à política de direita praticada pelo PSD».

3. Campanha eleitoral da CDU

«Contribuir para o reforço da CDU no Distrito divulgando o novo símbolo, dando a conhecer e valorizando o muito que foi feito pelos eleitos CDU nos concelhos em que a CDU é maioritária, tendo particularmente em conta a campanha dirigida aos trabalhadores das empresas da cidade que residem nos concelhos limítrofes».

4. Participação eleitoral do PCP na coligação «Por Lisboa»

a) «Contribuir de forma activa para que as comissões inter-partidárias tenham um papel essencial na dinamização e no esclarecimento do eleitorado;

b) «Contribuir para o êxito das grandes iniciativas já programadas para Outubro acompanhando com especial cuidado a preparação do Comício de dia 14 e à Convenção Programática de 20 e 21 de Outubro;

c) «Acompanhar a elaboração e concretização, em conjunto com as comissões inter-partidárias, de planos de iniciativas que tenham em vista o contacto com as populações e o apelo ao voto na Coligação;

d) «Contribuir para que as Listas e os Programas dos diversos órgãos autárquicos, constituam elementos que garantam a resposta adequada aos problemas que se colocam».

5. No plano da propaganda

a) «Cada sector profissional e de zona, assuma o compromisso da cobertura dos eixos centrais da cidade que lhes irão ser destinados, por forma a haver uma forte presença da coligação;

b) «Elaborar e difundir propaganda que considere os aspectos particulares e diferenciados, correctamente dirigida aos diversos sectores e camadas da população, destacando a garantia do cumprimento dos compromissos assumidos».

Os nomes dos candidatos

Rui Godinho, engenheiro, professor universitário, vereador da CML desde 1983, encabeça a lista dos elementos do PCP para a Coligação «Por Lisboa», a que se seguem os seguintes nomes:

Anselmo Aníbal, licenciado em filosofia, director de empresa, professor universitário, vereador da CML desde 1976; Vítor Costa, Advogado, consultor da AIL, vereador da CML desde 1983; Rego Mendes, engenheiro técnico, vereador da CML desde 1986; Caleia Rodrigues, bancário; Jorge Cordeiro, funcionário político, membro do CC do PCP, membro da A. Municipal desde 1983; António Gonçalves, engenheiro, dirigente da ID, membro da A. Municipal desde 1976; F. Silva Dias, arquitecto, dirigente das Ass. Arquitectos Portugueses, membro da A. Municipal de 1983/1985; Fátima Garcia, funcionária política, representante do PCP na Comissão da Condição Feminina; Jorge Alves, trabalhador da administração local, vereador substituto da CML, eleito na AF. dos Olivais, dirigente da JCP.

O escritor José Saramago encabeça a lista para a Assembleia Municipal, seguindo-se os seguintes nomes:

João Amaral, advogado, deputado do PCP; Manuel Lopes, dirigente da CGTP, presidente da AG da V. Operário, foi deputado na AR; Helena Bastos, engenheira, professora universitária, dirigente do MDM, vereadora da CML entre 1983/1985, mem-

bro da Assembleia Municipal; António Andrez, funcionário político, membro do CC do PCP; Pedro Maia, estudante, dirigente da JCP; Blasco Hugo Fernandes, investigador, dirigente da ID; UDP (a indicar); PSR (a indicar); José Tavares; funcionário político; Graça Mexia; psicóloga, membro da A. Municipal desde 1979; Modesto Navarro, escritor, membro dos corpos sociais da V. Operário, membro da A. Municipal; J. António Araújo, director de serviços, membro da Assembleia de Freguesia de Benfica; António Torrado, trabalhador do comércio, dirigente da U. Sindicatos de Lisboa; Salvador Sampaio, pedagogo, dirigente da ID, acessor da CGTP e Sind. Professores para questões da educação; Maria das Dores Bastos, funcionária pública.

As freguesias

Outros nomes anunciados no Encontro foram os dos cabeças de lista do PCP às Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, que transcrevemos igualmente;

Ajuda, António Brás, bancário, actual presidente da Junta de Freguesia; Alcântara, José Godinho, bancário, actual presidente da Junta de Freguesia; Alvalade, Rogério Fernandes, professor universitário, actual eleito na Assembleia de Freguesia; Ameixoeira, Jaime Relvas, de delegado de propaganda médica, actual presidente da Junta de Freguesia; Charneca, Germi-

na, professora, actual presidente da Junta de Freguesia; Lapa, Júlio Castro, empregado na C. Municipal de Loures, actual eleito na Assembleia de Freguesia; Madalena, Luís Pereira de Sousa, farmacêutico, actual eleito da Assembleia de Freguesia; Mártires, Rui Delgado, operário; Pena, Carlos Vicente,

engenheiro; St.ª Engrácia, Carlos Pereira, experimentador no LNEC; St.ª Justa, Rosalinda Pinho, empregada, eleita na Assembleia de Freguesia; Santiago, José Mendonça, operário, actual presidente da Junta de Freguesia; St.ª Estevão, João Constantino, operário, actual presidente da Junta de Freguesia;

São D. Benfica, Ana Sousa Dias, secretária, actual eleita na Assembleia de Freguesia; S. Miguel, Florinda Engrácia António, funcionária pública, actual presidente da Junta de Freguesia; S. Vicente, Portela Santos, engenheiro, actual presidente da Junta de Freguesia; Alto Pina, Graça Aníbal, professor; Santo Con-

destável, Rodrigues da Silva, empregado da indústria farmacêutica; Beato, António Augusto Pereira, operário, actual presidente da Junta de Freguesia; Carmide, Maria Vilar, técnica dos CTT, actual presidente da Junta de Freguesia; Marvila, Romão Martins, operário, actual presidente da Junta de Freguesia.



Apesar da importância da iniciativa, a RTP não pôs lá os pés. Talvez porque as cerca de 200 pessoas presentes preferiram discutir os problemas da cidade, em vez de mergulharem no Tejo poluído, que de resto estava ali mesmo ao lado do local onde decorreu o Encontro

Poder Local**ALENTEJO****Situação social grave enquadra autárquicas**

O Executivo da DORA apreciou o andamento dos trabalhos preparatórios das próximas eleições autárquicas no Alentejo, contratando-se com o bom andamento de formação das listas nos três distritos do Alentejo «e saúde fraternalmente as centenas e centenas de democratas independentes ou identificados com outras forças partidárias que, conscientes da obra notável realizada pelos comunistas e outros democratas da CDU e identificados com o seu projecto de futuro ao serviço do progresso e bem-estar das populações do Alentejo, aceitaram pela primeira vez integrar as listas da CDU contribuindo com a sua presença para o aprofundamento da unidade dos democratas e para o reforço da força mais consequente na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo».

O Executivo da DORA considerou ainda muito importante o facto de estarem já decididos os cabeças de lista em 42 dos 43 municípios do Alentejo, chamando no entanto a atenção para a necessidade de completar rapidamente as equipas «por forma a permitir tanto quanto possível a auscultação das populações sobre as mesmas».

Beja

Entretanto a Comissão Distrital de Beja do PCP esteve reunida, salientando em comunicado final a importância das eleições de 17 de Dezembro, principal batalha político-eleitoral que se coloca, no imediato, a todos os comunistas de Beja.

Lembrando o facto de a CDU-Coligação Democrática

Unitária ter já nomeados todos os cabeças de lista para as câmaras municipais do distrito de Beja, a Comissão Distrital de Beja do PCP decidiu iniciar uma campanha de fundos CDU na região.

A «falência social» do Governo PSD, a «queda do poder de compra dos salários e pensões de reforma», a «aflictiva situação dos reformados» do distrito, o desemprego, subemprego, trabalho sazonal, contratos a prazo, outras formas de trabalho precário, a emigração, a destruição das UCP's e Cooperativas agrícolas, a estagnação dos projectos do Alqueva e das metalurgias de cobre e do estanho de Neves Corvo e Aljustrel, a inexistência de uma indústria transformadora de cortiça, o encerramento de empresas como a Têxtil Fabripax, subsidiada pela CEE e Fundo Social Europeu; foram alguns dos exem-

plos que o comunicado do PCP de Beja salientou como forma de caracterizar a situação económica-social vivida no Distrito.

Saudando a iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu de apresentação de uma resolução sobre o problema da desertificação do Alentejo, a Comissão Distrital saudou ainda a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República em que se exige a publicação do inquérito às fraudes ao Fundo Social Europeu, de que esta região terá sido uma das principais vítimas.

Uma saudação à 12.ª Conferência da Reforma Agrária e a todos os que lutam «por uma vida melhor e pelo desenvolvimento do distrito de Beja, do Alentejo, do País», concluem o comunicado final da reunião da Comissão Distrital de Beja do PCP.

Matosinhos**Os desafios do presente, as propostas da CDU**

No passado sábado, dia 30 de Setembro, realizou-se um debate, promovido pela Coligação Democrática Unitária/PCP-PEV de Matosinhos, subordinado ao tema «Os Desafios do Presente, As Propostas da CDU», coordenada por Olívia Ferreira, candidata à presidência da Câmara, Valdemar Madureira, da mesma lista, e Artur Ribeiro, actual vereador da CDU no município de Matosinhos. Participou igualmente no debate o camarada Luís Sá membro da Comissão Política do CC do PCP.

Estiveram presentes dezenas de participantes, a título individual ou como representantes de estruturas populares do concelho.

A situação grave em que vive a população de Matosinhos, designadamente em sectores que mais têm a ver com a sua qualidade de vida, como sejam a habitação, saneamento, regularidade e qualidade do abastecimento de água, limpeza, meio ambiente e política para e com a juventude, foi tema amplamente discutido no decorrer do debate. Do mesmo modo, foi salientado que a Câmara se tem fechado em si mesma, mais propriamente na força maioritária, o Partido Socialista, subjugada por Narciso Miranda, fugindo à participação da população, reduzindo ao mínimo as sessões públicas e desprezando

as Juntas de Freguesia. A Câmara de Matosinhos, na opinião da CDU, dispôs neste mandato de recursos financeiros que lhe permitiriam resolver ou atenuar problemas fundamentais, mas não o fez porque ou não foi capaz de os aplicar, transitando como saldos de conta de gerência, ou esbanjou-os em obras secundárias, propaganda, etc.

Conclui o debate que a realidade de Matosinhos é, infelizmente, antagónica da imagem vendida pela máquina de propaganda da Câmara, baseada na demagogia, ilusão e populismo. Outra conclusão: o reforço das posições da CDU e a retirada da maioria absoluta ao Partido Socialista abririam reais perspectivas a uma nova política que, de uma vez por todas, resolvesse problemas que não faz sentido que existam treze anos após as primeiras eleições para o Poder Local Democrático.

No final do debate realizou-se um jantar com cerca de duas centenas de apoiantes da CDU, entre os quais personalidades de várias tendências políticas e quadrantes sociais.

Foi o culminar de uma jornada em que, além do equacionamento dos problemas do concelho, foi patente a crescente adesão às propostas da CDU e a confiança nos resultados das próximas eleições autárquicas.

São João da Madeira**Escolas sem água, dívidas à EDP e despedimentos na Câmara**

Dívidas à EDP, faltas no abastecimento de água, ausência de tratamento na água fornecida e problemas relativos à apressada desmunicipalização dos Serviços de Água e Saneamento, são algumas das principais questões a preocupar neste momento a Comissão Coordenadora de São João da Madeira da CDU – Coligação Democrática Unitária, levando a que os seus representantes, na última sessão da Assembleia Municipal, levantassem a suas dívidas à Câmara sobre estas situações vividas no concelho.

Entretanto, num comunicado esta semana divulgado, a CDU de São João da Madeira afirma que o «inacreditável» aconteceu, já que não foram tomadas as medidas necessárias para evitar a falta de água, sentida desde o início do Verão, criando situações como a das Escolas Secundárias do concelho, cujo número de alunos é de largas centenas, havendo uma que ultrapassa o milhar.

«Como pode a Câmara pensar que estas Escolas poderiam funcionar sem água?», interroga-se a Comissão Coordenadora da CDU, que adianta: «se se sabia que iria faltar a água porque não se instalaram depósitos nas Escolas de modo a permitir que as mesmas pudessem funcionar com o mínimo de condições?»

Acusando a Câmara de não ter sabido sair da rotina dos gabinetes para resolver o problema, a CDU de São João da Madeira lembra que na última sessão da Assembleia Municipal levantara já esta e outras questões, sem obter por parte do presidente da edilidade respostas satisfatórias.

Depois de informações a dar conta do facto de a água fornecida pelos serviços municipais proveniente do furo do Roupal não estar a ser tratada, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal interrogaram o presidente da Câmara sobre a razão que motivava tal acontecimento, sem receber qualquer resposta, apesar de estar em risco a saúde dos municípios abastecidos por esse furo.

Problemas estão também

a surgir com a recente desmunicipalização dos Serviços de Água e Saneamento, à qual a CDU levantara em devido tempo as suas reservas, sobretudo pela pressa com que a Câmara a desejava fazer. Argumentou na altura o presidente da Câmara que os Serviços melhorariam a sua eficiência, comprometendo-se a não fazer despedimentos.

«Infelizmente verifica-se terem razão de ser as dívidas então apresentadas pela CDU» refere o comunicado da Comissão Coordenadora da Coligação, dúvidas «que levaram a que os nossos eleitos não votassem a favor» dessa proposta da Câmara, viabilizada pelas outras forças políticas.

«Os Serviços em nada melhoraram e ainda por cima há neste momento conflitos com os trabalhadores como nunca se tinham verificado». Por outro lado, num facto que a Coligação Democrática Unitária considera ser de particular gravidade, a Câmara faz despedimentos de trabalhadores, não cumprindo o presidente o compromisso de «não despedir mais ninguém», assumido publicamente na Assembleia Municipal.

Dívida à EDP: um milhão e 800 mil contos

Outra questão grave levantada na última sessão da Assembleia Municipal de São João da Madeira pelos eleitos da CDU, refere-se à dívida da Câmara à EDP: desde 1979 a CDU vinha propondo que se negociasse com a EDP o pagamento dessa dívida. Os sucessivos executivos camarários foram adiantando a resolução do problema. Agora, como a CDU de São João da Madeira previra, «a dívida está a ser descontada na verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro anualmente transferido para aquele concelho».

«Assim, em vez de termos começa a pagar 40 mil contos em 1979, começamos agora a pagar, ao que parece, um milhão e 800 mil contos», denuncia a Comissão Coordenadora de São João da Madeira da Coligação Democrática Unitária, que conclui: «fica assim seriamente comprometido o futuro de muitos empreendimentos necessários à cidade.»

Mulheres do Porto com a CDU

No bonito cenário do M.º de Sto António em Afife (Viana do Castelo), reuniram-se este domingo sete centenas de mulheres da CDU do Porto que se deslocaram em catorze autocarros, levando consigo também o candidato da CDU à presidência do Porto – eng.º Luiz Oliveira Dias.

Num ambiente de grande descontração e alegria comeu-se bem, dançou-se e cantou-se muito e falou-se da candidatura da CDU, da sua força, resultado da experiência adquirida ao longo de muitos anos de prática e dedicação à cidade.

Numa breve intervenção, Oliveira Dias fez referência às outras candidaturas, classificando o candidato do PSD, Carlos Brito, como «um mandatário do governo» que o Porto rejeita. Fernando Go-

mes como o candidato importado que desconhece a cidade do Porto «quando se quer lembrar do nome de uma rua do Porto, sai-lhe o nome de uma em Bruxelas...».

Afirmou «que a sua candidatura, pelos apoios políticos e de numerosas personalidades que dispõe, se apresenta com condições de vencer as eleições», e «como única alternativa capaz de inverter de facto os destinos (maus) da cidade, de transformar efectivamente o Porto numa cidade ao nível das grandes cidades europeias, onde a par da melhoria das infra-estruturas se verifique a melhoria das condições e qualidade de vida dos portuenses».

Momento de grande animação foi aquele em que um grupo de mulheres pertencentes à comissão organizadora entoou o hino por elas elaborado, elegendo-o como o hino da campanha a realizar pela Comissão de Mulheres da CDU do Porto.

Problemas do Mundo Contemporâneo

N. N. Iakovlev

OS HOMENS DA CASA BRANCA DE TRUMAN A REAGAN



Poder Local

Odete Santos e Marques Júnior candidatos da «Desenvolver Setúbal»

— acordo
PCP, «Verdes»,
PRD
em Almada

«Desenvolver Setúbal» é o nome da Coligação constituída pelo PCP, Partido Ecologista «Os Verdes», PRD e membros da Associação Intervenção Democrática, cuja documentação foi entregue a semana passada no Tribunal Constitucional, e que concorrerá às próximas eleições autárquicas naquele Concelho.

Odete Santos, deputada do PCP e candidata à presidência da Câmara, afirmou aos jornalistas presentes na formalização da candidatura, que «o mais importante significado desta coligação é ela representar a unidade democrática. A sua plataforma política irá permitir trabalharmos no sentido do desenvolvimento integrado de Setúbal».

Marques Júnior, do PRD, será o candidato da «Desenvolver Setúbal» à presidência da Assembleia Municipal, estando o seu partido representado, na formalização oficial da candidatura, por Máximo Rosado, que afirmou que o objectivo do PRD «é conseguir uma gestão que tenha em conta os desafios e os

consensos possíveis» para garantir em Setúbal «um desenvolvimento que tenha em conta a qualidade de vida das populações».

Acordo PCP, «Verdes» e PRD também em Almada

A Sessão Pública de assinatura do Acordo com vista às eleições autárquicas em Almada entre o PCP, PRD e o Partido Ecologista «Os Verdes» estava, à hora do fecho desta edição, prevista para ontem, na pastelaria/restaurante «A Gabriela», em Almada.

Maria Emília Sousa, candidata à presidência da Câmara de Almada, Domingos

Abrantes pelo PCP e António Feu, pelo PRD, foram os dirigentes regionais do PCP e dos renovadores democráticos presentes nesta sessão pública, realizada no âmbito do acordo para o Distrito de Setúbal entre estas forças políticas.

Candidatos no Montijo

José Garcia e Sérgio Pinto são os cabeças de lista da CDU - Coligação Democrática Unitária, à Câmara e Assembleia Municipal do Montijo, segundo informou a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, que aproveitou para saudar o acordo para o Distrito de Setúbal assinado entre o PCP, «Verdes» e PRD.

Aquela Comissão Concelhia anunciou entretanto os candidatos da CDU à presidência de Juntas, das Freguesias de Alto Estanqueiro-Jardia, Canha, Santo Isidro de Pegões, Afonsoeiro, Atalaia, Montijo, Pegões e Sari-

lhos Grandes, respectivamente Anabela Ascenso, dactilógrafa; António Carrasco, comerciante; Joaquim Gordão, chefe de posto dos CTT; José António das Neves, perito em contabilidade; Agostinho Jacinto Guerreiro, fiscal da RN; Antero Lúcio Brotas, enfermeiro; Manuel Dias Lucrécio, serralheiro civil e Maria Helena Serafim Rocha, empregada de escritório.

O mandatário da CDU - Coligação Democrática Unitária no Montijo será Acácio Artur Soeiro Doreis, técnico de Relações Humanas.

Suicultores preocupados

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP anotou ainda, sobre a 4.ª feira do Porco e 2.ª da Salsicharia, recentemente organizada naquele Concelho, que a postura dos suicultores e empresários de reconhecida competência e implantação, se traduz na afirmação de que «a competitividade espanhola oferece alguma preocupação», sendo a actual situação «difícil e a curto prazo inquietante», nomeadamente pelo facto de nada garantir a erradicação da peste suína africana, ao contrário do que prometera o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, que em Setembro do ano passado prometera no Montijo dar «a solene garantia de que esses problemas vão ser resolvidos a muito curto prazo, talvez mesmo durante as próximas semanas».

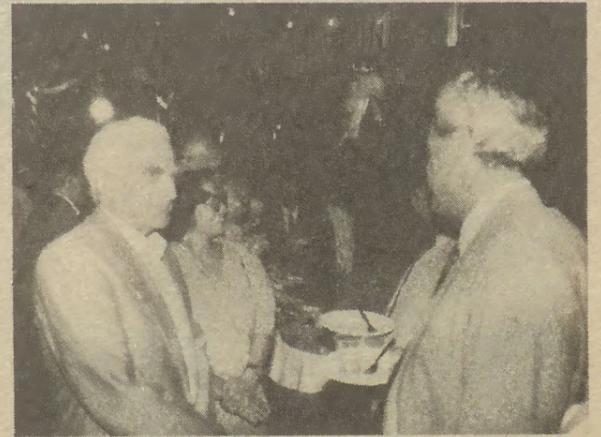
Para os empresários e suicultores do Montijo, é precisamente «nas áreas que compete ao Governo dar resposta» que as preocupações e receios quanto ao futuro se avolumam.

«Por Lisboa» inaugura sede

A sede da candidatura da Coligação «Por Lisboa» vai ser amanhã oficialmente inaugurada, com a presença do candidato à Câmara Municipal, Jorge Sampaio, e do cabeça de lista à Assembleia Municipal, José Sarago.

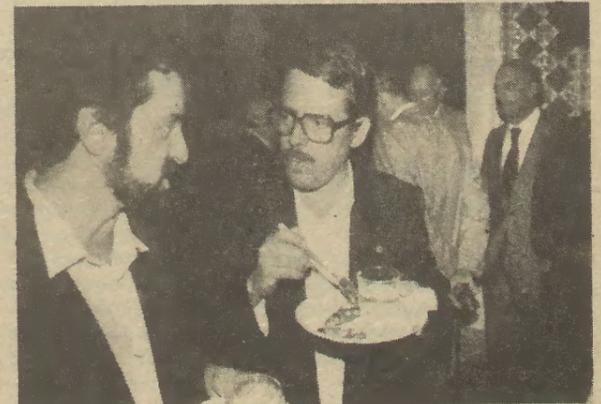
Presente ao acto de inauguração da sede de candidatura da «Por Lisboa» estará também o mandatário Gomes Mota. A sede da «Por Lisboa» será na Avenida Augusto de Aguiar, junto à saída do Metropolitano em São Sebastião, no número 134.

O grupo Terra Viva animará o beberete de inauguração.



Convívio CDU em Lisboa

Numerosas personalidades independentes, dirigentes do PCP, de «Os Verdes» e da Intervenção Democrática e candidatos da CDU pelo distrito de Lisboa, reuniram-se anteontem no Pátio Alfacinha. O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participou no convívio



PCP e PRD discutiram autárquicas

Um encontro entre as direcções do Partido Comunista Português e do Partido Renovador Democrático decorreu na sede dos renovadores, na passada quinta-feira. Álvaro Cunhal, Carlos Brito, José Casanova e Luís Sá foram os elementos da delegação comunista, enquanto da parte do PRD estiveram presentes Hermínio Martinho, Marques Júnior, António Feu e Feliciano David. As próximas eleições autárquicas e a forma como os dois partidos se apresentarão a essas eleições nas diversas regiões do País foram o tema das conversações

PCP

Mais um CT no Porto

Depois das obras realizadas, com o apoio decisivo de militantes do Partido, está pronto a ser inaugurado formalmente mais um Centro de Trabalho do Partido, no Porto, na populosa freguesia de Lordelo do Ouro.

Pago integralmente com as contribuições de militantes e amigos do Partido - e aqui cabe salientar a autêntica «maré» de solidariedade de

outras organizações de freguesia que deram contribuições significativas para a campanha de fundos - o novo Centro de Trabalho de Lordelo do Ouro vem corresponder a uma aspiração há muito sentida pelos seus militantes. Lordelo do Ouro é um dos mais antigos centros industriais do Porto, nela se situam alguns dos maiores bairros camarários e popula-

res. Na opinião da organização de freguesia, a existência ali de um Centro irá contribuir e dar um novo impulso ao trabalho do Partido.

É com entusiasmo que se avançam os preparativos para o próximo dia 14 de Outubro, pelas 15.30 horas. A seguir ao hastear da bandeira e descerramento de uma lápide comemorativa, haverá festa, junto ao Bairro de Lor-

delo. Na altura, intervirão Oliveira Dias, candidato da CDU a presidente da CM do Porto, e Nuno Teixeira, candidato da Coligação a presidente da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro. À noite, pelas 20 horas, realizar-se-á um jantar/convívio, no Centro de Trabalho da Boavista, durante o qual está previsto intervir Edgar Correia, membro da CP do CC do PCP.

«Televisão sem fronteiras»

O Grupo Parlamentar do PCP requereu para hoje a presença do Governo na reunião da comissão permanente da AR para fornecer informações sobre a posição governamental face ao projecto da directiva da CEE sobre a «televisão sem fronteiras».

Vários sectores, designadamente o Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos, têm levantado o assunto. Aquela estrutura sindical, em carta endereçada aos órgãos de soberania, chama a atenção para o facto de o debate no Conselho de Ministros da CEE ocorrer

já depois de amanhã (sexta-feira).

Em questão está a defesa da produção portuguesa e seus agentes, num projecto da maior incidência para o futuro do audiovisual no nosso país e na Europa.

O Secretariado da bancada comunista em S. Bento recorda que o Governo está vinculado à prestação de informação sobre a matéria por força da Lei n.º 111/89 (acompanhamento pela Assembleia da República das várias matérias relativas à participação portuguesa na CEE).

PROGRAMA

PCP

ESTATUTOS

Aprovados
no XII Congresso
realizado
de 1 a 4 de Dezembro de 1988

À VENDA

a diferença de uma visão
científica do mundo

edições
Avante!

CD a distribuição

140 pp./150\$00

PCP

Discurso de Álvaro Cunhal no encerramento da 12.ª Conferência da Reforma Agrária

A força do Governo PSD/Cavaco Silva está fortemente abalada

12.ª Conferência da Reforma Agrária

COM A REFORMA AGRÁRIA
APROFUNDAR A DEMOCRACIA
DESARROLVAR A AGRICULTURA
ENTRETER
O MESMO UNIDO



ÉVORA, 30 Setembro/1 Outubro 89

Camaradas:

A 12.ª Conferência da Reforma Agrária que acaba de realizar-se tem uma importância e um significado na vida nacional que é necessário sublinhar e levar ao conhecimento de todo o povo português.

Uma grandiosa realização de valor histórico

A 12.ª Conferência da Reforma Agrária confirmou de maneira irrefutável que, alterando a estrutura agrária, alterando as relações de produção e corrigindo mostruosas injustiças sociais, a Reforma Agrária constituiu no quadro da revolução de Abril, uma grandiosa realização de carácter económico e social.

Nas mais complexas condições resultantes das brutais ofensivas contra a Reforma Agrária, os trabalhadores mostraram ser inteiramente capazes de dirigir a agricultura, de aproveitar as potencialidades agrícolas dos campos condenados pelos agrários a cultura extensiva, de assegurar dezenas de milhares de postos de trabalho, quando com a agricultura dos latifúndios e o poder dos latifundiários os trabalhadores eram condenados ao desemprego e à miséria.

As criminosas ofensivas para a restauração dos latifúndios

A 12.ª Conferência da Reforma Agrária confirmou também de maneira irrefutável que as ofensivas contra a Reforma Agrária desencadeadas desde 1975 por sucessivos governos não têm a justificável nenhuma razão relativa ao desenvolvimento agrícola, à economia nacional, a soluções de problemas sociais. O seu único real objectivo foi e é destruir esta grandiosa realização da revolução de Abril, «a mais bela conquista da revolução» e restaurar os latifúndios e o poder e exploração pelos latifundiários da população trabalhadora do Alentejo e Ribatejo.

Centenas de milhares de hectares que os trabalhadores desbravaram e cultivaram encontram-se de novo abandonados. De novo se assiste à emigração em massa de trabalhadores para as cidades e para o estrangeiro, à procura de trabalho e de pão, que a Reforma Agrária durante alguns anos assegurou e que a restauração dos latifúndios lhes tem roubado e continua roubando.

Uma componente essencial da democracia portuguesa

A 12.ª Conferência da Reforma Agrária confirmou também de maneira irrefutável que a Reforma Agrária correspondeu de tal forma às necessidades objectivas do desenvolvimento agrícola na zona do latifúndio, mostrou de tal forma a capacidade

de resolver os mais graves problemas sociais anteriormente existentes, traduziu com tal rigor as aspirações mais profundas dos trabalhadores e das massas populares alentejanas e ribatejanas, que, após 12 anos de ofensivas brutais de destruição, visando a sua liquidação, embora radicalmente diminuída e seriamente ameaçada, continua resistindo, produzindo, provando a superioridade das soluções económicas e sociais que encontrou em comparação com a agricultura dos latifundiários, procurando saída para os novos problemas e apoiada pela vontade, a determinação, a força, a consciência de classe e a confiança no futuro dos trabalhadores e das populações do Alentejo e Ribatejo.

A extraordinária vitalidade da Reforma Agrária e a sua capacidade de resistência ao longo de 12 anos contra as ofensivas que a partir dos governos visam a sua destruição é a melhor prova de que a Reforma Agrária corresponde por um lado a necessidades objectivas do desenvolvimento agrícola e de solução dos problemas sociais e corresponde por outro lado às necessidades, aspirações e vontade dos trabalhadores e das populações.

Por isso a 12.ª Conferência da Reforma Agrária se realizou, não apenas para fazer o balanço das perdas e da situação, não apenas para denunciar e condenar os crimes cometidos e que o Governo do PSD e Cavaco Silva continuam a cometer contra a Reforma Agrária, mas para defender as terras, as máquinas, as instalações, os gados, as colheitas das UCP's-

/Cooperativas, para encontrar soluções capazes de ultrapassar as dificuldades actuais.

A Reforma Agrária na zona do latifúndio continua a ser um imperativo do desenvolvimento agrícola, da solução do desemprego e demais problemas sociais, do melhoramento das condições de vida do povo. A Reforma Agrária continua a ser uma componente essencial da democracia portuguesa. Por isso em defesa da Reforma Agrária, a luta continua!

Problemas a resolver — tarefas concretas

Entretanto, o avanço da ofensiva de destruição criou novas e mais graves situações que exigem formas diversas de soluções dos problemas e de luta que permitam ultrapassá-las.

A 12.ª Conferência dedicou grande atenção a estas questões.

É fundamental que as estruturas e os trabalhadores da Reforma Agrária procurem em cada caso as melhores soluções com vistas a defender as UCP's/Cooperativas, os seus bens, os investimentos, os frutos pendentes, os postos de trabalho. É igualmente importante defender os interesses de todos os trabalhadores — os que ficam nas UCP's/Cooperativas e os que passam a trabalhar no privado — quando não seja possível manter os mesmos postos de trabalho.

A difícil situação criada às UCP's/Cooperativas pelo avanço da ofensiva contra a Reforma Agrária exige que, a par de orientações gerais e comuns, se considere sempre cada situação concreta e, para cada situação concreta, os trabalhadores com o apoio das estruturas da Reforma Agrária encontrem as melhores soluções.

Ao mesmo tempo que é indispensável prosseguir a resistência à ofensiva, a luta de massas, o recurso aos tribunais e outras formas de acção jurídica, a informação mais persistente à opinião pública, a uma mais activa solidariedade para com a Reforma Agrária, ao mesmo tempo que é indispensável continuar corajosamente os trabalhos agrícolas a fim de assegurar uma boa produção e mesmo melhores rendimentos unitários, é não só de admitir como de estimular em numerosos casos na situação actualmente existente o recurso a novas formas que assegurem às UCP's/Cooperativas o uso da terra indispensável à sua sobrevivência (compra, arrendamento e outras formas).

Isto não significa camaradas que o objectivo fundamental da Reforma Agrária seja alterado. A luta continua não apenas para a defesa do que existe mas sempre com a perspectiva da realização ulterior da Reforma Agrária, ou seja, da liquidação e expropriação dos latifúndios que agora estão a ser criminosamente restaurados e com a entrega da terra a quem a trabalha.

Uma valiosa proposta de desenvolvimento

Ponto alto dos trabalhos da 12.ª Conferência foi a apreciação da «Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo e do Alentejo».

É um valioso documento que, a partir de uma análise cuidadosa dos problemas existentes na agricultura da região, propõe uma política concreta e medidas concretas de desenvolvimento agrícola.

A política do Governo é uma política de destruição, de retrocesso, mesmo de desertificação do Alentejo. Com a sua proposta de desenvolvimento agrícola, os trabalhadores confirmam o seu papel pioneiro e determinante na solução dos grandes problemas nacionais.

Como o camarada Manuel Vitorino largamente referiu, a proposta aprovada na 12.ª Conferência visa o aumento substancial da produção agrícola e florestal na região, a transformação industrial dos produtos agrícolas, o aumento e estabilidade dos postos de trabalho, a diminuição das importações de produtos agrícolas, a atenuação do desequilíbrio da balança agro-alimentar, o melhoramento da capacidade competitiva da agricultura no quadro da adesão à CEE.

São objectivos inteiramente realistas. A proposta indica objectivos concretos e as medidas necessárias.

Uma coisa é porém certa. Esses grandes objectivos de interesse nacional exigem apoio às UCP's/Cooperativas, assim como às pequenas e médias explorações agrícolas, o apoio técnico e financeiro do Estado, um correcto ordenamento cultural e o aproveitamento dos recursos hídricos, ou seja, a realização da Reforma Agrária que a 12.ª Conferência uma vez mais confirma que continua na ordem do dia como reforma essencial que se impõe realizar e que acabará por ser realizada.

A 12.ª Conferência é em si mesma uma vigorosa afirmação de que a Reforma Agrária, apesar de profundamente atingida, diminuída, ferida e espoliada, continua viva, de pé, produzindo e lutando, procurando soluções para os graves problemas que presentemente defronta, preparando-se

para os embates futuros conscientes da sua importância para o povo, para o País, para a democracia e mantendo inabalável confiança no futuro.

A democracia que o povo quer e de que Portugal necessita

O Governo e os partidos que o compõem falam muito em democracia, dizem ser eles os verdadeiros democratas e acusam os democratas de o não serem.

Mas uma democracia caracterizada pelos atropelos antidemocráticos da política de direita não é a democracia que o povo quer ou de que Portugal necessita.

A democracia, tal como a entende a direita e o seu Governo PSD de Cavaco Silva, não é a democracia a que o povo português tem direito e que corresponda aos seus interesses vitais e às suas mais profundas aspirações.

A democracia tem de ser simultaneamente política, económica, social e cultural

A democracia exige um sistema de poder em que o abuso, o arbitrio e a conexão sejam efectivamente impedidos. Em que as liberdades e direitos dos cidadãos sejam respeitados sem discriminações. Em que a comunicação social não seja manipulada pelo Governo e pelos interesses e objectivos inconfessáveis do grande capital. Em que a economia portuguesa não seja dominada pelos interesses dos países desenvolvidos da CEE e pelas multinacionais. Em que os sectores básicos da economia estejam ao serviço do País e não dos interesses egoístas de alguns grandes capitalistas. Em que seja assegurada a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e o respeito pelos seus direitos, pensões de reforma suficientes para uma vida digna, o termo das discriminações relativas às mulheres e uma política que assegure a realização das aspirações da juventude e o seu futuro.

E finalmente, um sistema em que (e essa é uma característica necessária e indispensável da democracia evidenciada na Conferência que acaba de realizar-se), os pequenos e médios agricultores tenham finalmente os merecidos apoios do Estado e em que se leve por diante, se realize e se consolide a Reforma Agrária, a Reforma Agrária da revolução de Abril.

Perspectivas de evolução da situação política

As perspectivas futuras da realização da Reforma Agrária não podem considerar-se separadamente das perspectivas da evolução da situação política.

Está no poder um Governo de direita, inimigo feroz da Reforma Agrária, que se apronta a desferir novos golpes contra a Reforma Agrária. E esse Governo dispõe de maioria de deputados na Assembleia da República.



Entretanto, camaradas, apesar desta perigosa situação, a força do Governo PSD Cavaco Silva está fortemente abalada.

Centenas de milhares de portugueses e portuguesas que iludidos votaram em 1987 no PSD e em Cavaco Silva levantam-se actualmente contra a política do Governo numa grande movimentação social em que participam, não apenas os trabalhadores, mas as mais diversas e vastas classes e camadas sociais.

Incapaz de resolver os problemas nacionais, atolado num pântano de irregularidades e corrupção, responsável pela estagnação do aparelho produtivo, pelo agravamento da situação social, pelo desemprego, a precariedade do trabalho, a situação de miséria dos reformados e deficientes, as cada vez mais injustas discriminações das mulheres, e o abandono efectivo da solução dos reais problemas da juventude, pela cada vez mais humilhante submissão da política portuguesa a interesses estrangeiros, o Governo PSD de Cavaco Silva está cada vez mais isolado e a terra foge-lhe debaixo dos pés.

As condições não estão ainda maduras para que possamos colocar no imediato a demissão do Governo com possibilidade de alcançarmos também no imediato tal objectivo. Mas, não estando ainda maduras as condições para a demissão do Governo, estão manifestamente a amadurecer.

A questão de uma alternativa democrática à política e ao Governo actual não parte apenas de uma ou outra força política. Parte de todas as classes e camadas sociais em luta, parte de todas as forças e sectores democráticos.

O mandato dos deputados à Assembleia da República só acaba em 1991. Mas a luta popular, e a acção das forças democráticas podem determinar que o Governo PSD de Cavaco Silva não chegue ao fim do mandato dos seus deputados.

As eleições autárquicas

Neste contexto, na evolução da situação política nacional um acontecimento maior predominará nos três últimos meses do ano corrente: as eleições autárquicas que se realizarão no dia 17 de Dezembro.

É um acontecimento maior para o Poder Local democrático.

E aqui, na cidade de Évora, saudando aqueles que, à frente dos destinos do município, dão alto exemplo de trabalho, honestidade e competência ao serviço da população e da cidade, é inteiramente justo dizer que, por isso mesmo, o povo alentejano já sabe em quem votar nas próximas eleições autárquicas.

As eleições autárquicas não serão, porém, apenas um acontecimento maior para o Poder Local democrático. Pelos resultados eleitorais terão sem qualquer dúvida profundas repercussões na vida nacional.

Uma grande derrota da direita nas eleições autárquicas constituirá um sério golpe na força do Governo PSD de Cavaco Silva e na sua política. E uma grande derrota da direita será um novo factor para apressar o momento em que entrará na ordem do dia a demissão do Governo e a formação de um governo democrático.

É mais uma razão para que não falte no dia das eleições nem um só voto daqueles que entendem ser necessária uma alternativa democrática.

Por esta razão e também pelo que o Poder Local democrático tem significado para a Reforma Agrária, é oportuno neste comício conclusivo da 12.ª Conferência da Reforma Agrária dizer ainda mais algumas palavras acerca das eleições autárquicas de Dezembro.

A Reforma Agrária tem recebido um justo e importante apoio do Poder Local democrático. Mais concretamente (e esta verdade necessita de ser aqui dita e não ser esquecida) tem recebido um justo e importante apoio das autarquias onde a maioria e a gestão municipal é assegurada (tal como sucede aqui em Évora) por forças democráticas que sempre estiveram, estão e dão inteira certeza de que sempre estarão, ao lado dos trabalhadores, na luta pela realização e em defesa da Reforma Agrária.

Justifica-se inteiramente que neste comício de encerramento da 12.ª Conferência da Reforma Agrária seja afirmado que, tal como para defesa dos interesses dos trabalhadores, das populações, da juventude, da democracia, assim também para defesa da Reforma Agrária, é impenoso que os trabalhadores e as populações se não deixem enganar pelas forças de direita, nem pelo Governo, nem pelas medidas demagógicas que certamente anunciará para ganhar votos, nem por aqueles que tudo prometem nos períodos eleitorais e que depois nada cumprem do que prometem, e que nas eleições autárquicas de Dezembro votem naqueles que estão e estarão como sempre estiveram ao lado dos trabalhadores na luta pela Reforma Agrária.

Camaradas e amigos
O caminho da Reforma Agrária tem numerosos e sérios obstáculos por diante. Mas a Reforma Agrária continua sendo um dos objectivos centrais e fundamentais de qualquer política verdadeiramente democrática.

A Reforma Agrária é uma das componentes essenciais da democracia portuguesa. Fazendo a história do passado e examinando a situação e os problemas do presente é com os olhos confiantes postos no futuro que aqui nos encontramos. A política portuguesa dará ainda muitas voltas, mas a Reforma Agrária acabará por vencer.

Viva a unidade e a solidariedade de todos os trabalhadores!
Viva a Reforma Agrária!



Assembleia da República

Defender o Poder Local na AR

5 prioridades de trabalho para a política legislativa e orçamental

Os temas abordados e as conclusões duma importante reunião entre deputados do PCP e presidentes das CMs e outros eleitos da CDU

Para defender o Poder Local na Assembleia da República há que lutar por um justo Orçamento de Finanças Locais, promover a aprovação das reformas legislativas que garantam a autonomia e o aprofundamento do Poder Local e a criação das Regiões Administrativas. A conclusão surgiu da reunião de trabalho entre os deputados do Partido Comunista Português e eleitos autárquicos da CDU, iniciativa proposta pelas recentes Jornadas Parlamentares do Partido. Uma significativa presença de responsáveis máximos de Câmaras e de destacados candidatos às eleições de Dezembro assinalou esta reunião, que correspondeu ao estilo de trabalho que o PCP imprime à sua actuação na Assembleia da República, como sublinha o texto de conclusões daquele encontro. «As propostas do PCP na AR», destaca aquele documento, «fundam-se no debate com os interessados e com especialistas, e procuram exprimir na vida parlamentar as aspirações, as reclamações, os protestos concretos, tal como são formulados por quem vive os problemas». Vejamos no essencial, os temas levantados e as conclusões a que chegaram deputados e responsáveis do Poder Local democrático, e especialmente o conjunto de cinco prioridades para o trabalho nos planos da política legislativa e da política orçamental.

Da parte do Grupo Parlamentar, foi particularmente referido o bloqueio efectivado pelo PSD à acção legislativa em torno das questões do Poder Local (de que são exemplos particularmente sugestivos os casos da regionalização e do regime de permanência das Juntas de Freguesia). O Grupo Parlamentar do PCP, depois de fazer um balanço das iniciativas legislativas que tem apresentadas na Assembleia da República e que estão pendentes (e que constam da lista anexa), referiu as dificuldades no funcionamento da Comissão Parlamentar do Poder Local, impostas pela acção do PSD, que enquista o trabalho da Comissão, dificulta o seu relacionamento com as autarquias e muitas vezes impede o desenvolvimento da iniciativa de resposta e apoio ao Poder Local.

Da parte dos autarcas presentes, foram referidas dificuldades significativas com que se debate o Poder Local como resultado da acção hostil e centralizadora do Governo Cavaco Silva. Foram particularmente salientados os seguintes aspectos: as ingerências das CCR's, cada vez interferindo mais abusivamente nas competências das autarquias; dificuldades financeiras, resultantes das transferências de competências sem os meios financeiros adequados e a imposição de novos encargos, que anulam completamente os aumentos do FEF operados nos dois últimos anos; as expropriações de competências (eucalptização, desenvolvimento e ordenamento, licenciamento de hipermercados, empreendimentos turísticos); as manipulações e abusos feitos sob o pretexto de uma tutela partidária e instrumentada; a falta de regulamentação das empresas municipais.

Mudar de rumo

Tendo presente a obra notável, de serviço das populações, que as Câmaras CDU têm vindo a realizar, a reunião considerou que os ataques ao Poder Local desferidos pelo Governo Cavaco Silva se traduzem no desrespeito e ofensa dos interesses e direitos da população e das regiões.

A reunião considerou que era essencial mudar de rumo na política para o Poder Local.

Neste quadro, a reunião considerou um grupo de 5 prioridades para o trabalho, nos planos da política legislativa e da política orçamental.

Concretamente, essas prioridades são as seguintes:

1.ª

Correcção extraordinária do montante do FEF de 1989

Desde o Orçamento do Estado para 1988 (o primeiro Orçamento do Estado aprovado após o PSD ter obtido a maioria absoluta) que o valor do FEF tem diminuído em termos reais.

Em 1988, através da qual subavaliou o valor do IVA, o Governo defraudou as autarquias em milhões de contos.

Em 1989, o FEU aumentou, nominalmente 18% aparente-

mente tal como resultava da Lei de Finanças Locais (que reporta à variação anual das previsões do IVA), mas a previsão das receitas do IVA foi manifestamente subavaliada como já o tinha sido em 1988, como sempre o PCP denunciou e a evolução das cobranças comprova.

Esse aumento nominal, não só foi consumido na sua maior parte pela inflação, como o pouco que restava foi rapado pela imposição de novos encargos, de que por vezes é beneficiária a própria Administração Central (que assim em vez de transferir verbas para os Municípios, arranhou maneira de inverter a situação, pondo as autarquias a financiar a Administração Central).

Esses encargos são nomeadamente os resultantes do pagamento de impostos pelos TFP's (impostos que são recebidos pela Administração Central) e os novos encargos com a Segurança Social. Nestes termos a reunião concluiu que deveria ser corrigido o valor de FEF para 1989, fazendo-lhe crescer a verba correspondente aos novos encargos com o IRS e a segurança social.

2.ª

Valor do FEF para 1990 igual à previsão séria de aumento dos valores de cobrança do IVA

Considerando o valor já conhecido da cobrança do IVA de 1989 (valores de Agosto, que permitem esperar uma cobrança este ano de 460 milhões, superior em 41 milhões à prevista no Orçamento do Estado) ao anunciar um aumento de 20% para 1990, Cavaco e Silva aponta para um valor de variação inferior àquele que naturalmente resultará de uma previsão séria de cobrança do IVA. Acresce que, para além disso, Cavaco Silva fundamentalmente sonega que entretanto transferiu encargos e impôs despesas que reduzem substancialmente esse aumento de 20%.

3.ª

Avançar, com prioridade, com o processo de aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas até Dezembro próximo

A reunião analisou as implicações da revisão constitucional no processo de regionalização, concluindo que efectivamente se goraram as expectativas dos que pretenderam e propuseram (como fez o PCP) uma simplificação do processo de criação das regiões, mas que, clarificado como ficou o desenho constitucional das regiões administrativas, cessou o alibi dos que afirmavam ser necessário esperar pela revisão constitucional para avançar com o processo. Hoje, nenhuma razão existe para paralisar o avanço do processo: estão aprovados na generalidade os Projectos, foi feito o debate público, foi feito um seminário na Assembleia, está concluída a revisão constitucional; agora, há que fazer a votação na especialidade da lei quadro e aprová-la!

A reunião tomou conhecimento dos passos já dados pelo Grupo Parlamentar do PCP nas suas jornadas parlamentares ao aprovar as alterações ao seu projecto de lei por forma a adequá-lo à Constituição revista.

Por essa forma, o PCP tomou a iniciativa, criando as condições indispensáveis ao prosseguimento do processo.

Os presentes consideraram o processo de elaboração da lei quadro das regiões administrativas como um processo absolutamente prioritário. A reunião considera que a lei deve ser aprovada pela Assembleia da República até Dezembro deste ano. Em sequência, o Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar um projecto de calendário de trabalhos da Assembleia, com vista a um novo impulso no processo de regionalização que permita a aprovação da lei até Dezembro.

Os autarcas presentes entendem urgente que os órgãos autárquicos expressem de forma clara o seu empenhamento no processo de regionalização, reclamando a aprovação da lei-quadro até Dezembro próximo.

4.ª

Revogar a Lei da Tutela Administrativa e substituí-la por uma lei democrática, não governamentalizada e que garanta a transparência

A reunião rejeitou o conteúdo da Lei da Tutela provada pelo PSD sozinho, com o voto contra de todos os partidos políticos (PS, PCP, PRD, CDS e Verdes). Lamentando a promulgação da Lei pelo Presidente da República, a reunião chama a atenção

para o facto de ela não visar objectivos de moralização e transparência; pelo contrário: colocando nas mãos do seu Governo o poder discricionário de dissolver Câmaras, o PSD cria as condições para a manipulação partidária de um instituto, como a tutela, que, ao contrário, deveria estar acima de toda a suspeita. Defendendo a instituição de um regime de tutela que defenda a legalidade e a moralização da vida autárquica, a reunião sublinha que isso só sucederá se forem órgãos constitucionalmente independentes, os tribunais, a julgar e aplicar sanções.

A reunião considerou o lançamento de um movimento de revogação da lei PSD da Tutela Administrativa, e da sua substituição por uma lei justa.

Com esse objectivo, o Grupo Parlamentar do PCP vai denunciar na Assembleia da República o processo legislativo de revogação da Lei 87/89, de 9 de Setembro, através da apresentação de um projecto de lei que entregue ao Poder Judicial a competência, que constitucionalmente lhe cabe, de julgar as infracções à lei e de aplicar sanções aos infractores.

5.ª

Resolver a questão da instituição do regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesia

Foi feito o ponto da situação do processo legislativo relativo à instituição do regime de tempo inteiro para os eleitos (designadamente para os presidentes) das Juntas de Freguesia. A reunião constatou que já correram 16 meses desde a data em que o PCP agendou a discussão do projecto de lei sobre a matéria (ao termo da qual o PSD rejeitou o projecto do PCP), que previa o regime de permanência para as freguesias com mais de 500 eleitores, e aprovou na generalidade o seu próprio projecto, restrito às freguesias com mais de 20 000 eleitores. Nesses 16 meses, o PSD bloqueou já por duas vezes a aprovação final da lei (isto, ao mesmo tempo que apresentava uma proposta de substituição do seu projecto, alargando às freguesias de 10 000 eleitores o âmbito da sua aplicação).

A reunião considerou que as forças políticas representadas na Assembleia da República têm o estrito dever de clarificar rapidamente a situação. Impõe-se que já no começo dos trabalhos fique definido a que freguesias se vai aplicar o nove regime.

É imprescindível que essa definição preceda as eleições, devendo ser feita no mais curto espaço de tempo (até para permitir a sua entrada em vigor em Janeiro, com os novos órgãos autárquicos e no quadro dos Orçamentos de 1990).

O Grupo Parlamentar do PCP vai requerer o agendamento da matéria, tal como impõe o Regimento da Assembleia.

A reunião sublinhou, entretanto, a importância das reclamações da ANAFRE e da movimentação da generalidade das freguesias para a obtenção do resultado pretendido — a aprovação de uma lei, em tempo útil, e que consagre o regime de permanência de forma alargada, a um número significativo de freguesias.

Plano de Desenvolvimento Regional

A reunião abordou também as questões do PDR.

Os autarcas foram particularmente críticos face à indefinição do quadro de apoio (que continua a constituir segredo do Governo e seus apaniguados), face às indefinições que subsistem sobre os programas financiados, face ao peso que têm nos orçamentos camarários a execução nos ritmos pedidos dos cofinanciamentos impostos ao poder local, e face à inexistência de linhas de crédito suficientes e significativamente bonificadas.

A reunião denuncia o secretismo com que o Governo envolve os cortes que estão a ser feitos, secretismo só explicável por razões eleitoralistas do PSD.

Por outro lado, a reunião questionou a democraticidade dos processos que envolvem o PDR. Relembrando as críticas fundas feitas ao processo governamentalizado da sua aprovação (com a marginalização das autarquias), a reunião pôs em evidência o que se passa com a definição dos organismos de gestão dos OI's e das subvenções globais, sublinhando que é escandalosa a composição desses organismos de gestão, já que o Governo, se arroga o direito que não tem de definir a sua composição, afasta deles as autarquias que não sejam geridas pelo PSD.

O Grupo Parlamentar do PCP vai:

- Exercer o seu direito à informação sobre toda a matéria do PDR, nomeadamente quanto ao quadro comunitário de apoio, cortes, programas que vão ser executados, apoios financeiros;

- Apresentar um projecto de lei que defina quais são e como se formam os organismos de desenvolvimento regional com competência para gestão das Operações Integradas de Desenvolvimento e para as subvenções globais.

A reunião apreciou ainda outras questões como o regime do planeamento municipal, a necessidade de aprovar projectos do PCP relativos às empresas públicas municipais e ao regime de delimitação da competência das freguesias.

PCP

Açores Projectos do PCP na Assembleia Regional

A criação do «Conselho Consultivo Regional da Juventude — CCRJ», organismo consultivo e representativo destinado a analisar e dar pareceres sobre questões que digam respeito à juventude, é uma das propostas que a representação parlamentar do PCP na Assembleia Regional dos Açores entregou recentemente na Mesa do plenário.

Como foi referido em conferência de Imprensa, o deputado comunista Paulo Valadão avançou, no âmbito da sua intensa actividade parlamentar, um conjunto de cinco projectos de decreto legislativo regional, dando assim resposta a necessidades sentidas por diversos sectores e camadas da população daquele arquipélago e a compromissos anteriormente assumidos.

Vejamos as outras quatro propostas levadas à Assembleia Regional pela representação do PCP:

- A criação do «Instituto para o Estudo da Doença do Ma-

chado (IDM)», instituto de utilidade pública que tem como objectivos, entre outros, promover e incentivar estudos sobre a «doença do Machado» e promover o seu rastreio e diagnóstico;

- A criação de subsídios e garantias a atribuir aos doentes que sofram da «doença do Machado», instituindo, nomeadamente, uma pensão para os portadores dessa doença que sofram de uma incapacidade funcional igual ou superior a 70%;

- A adaptação à especificidade regional da lei n.º 11/82 de 2 de Junho, propondo

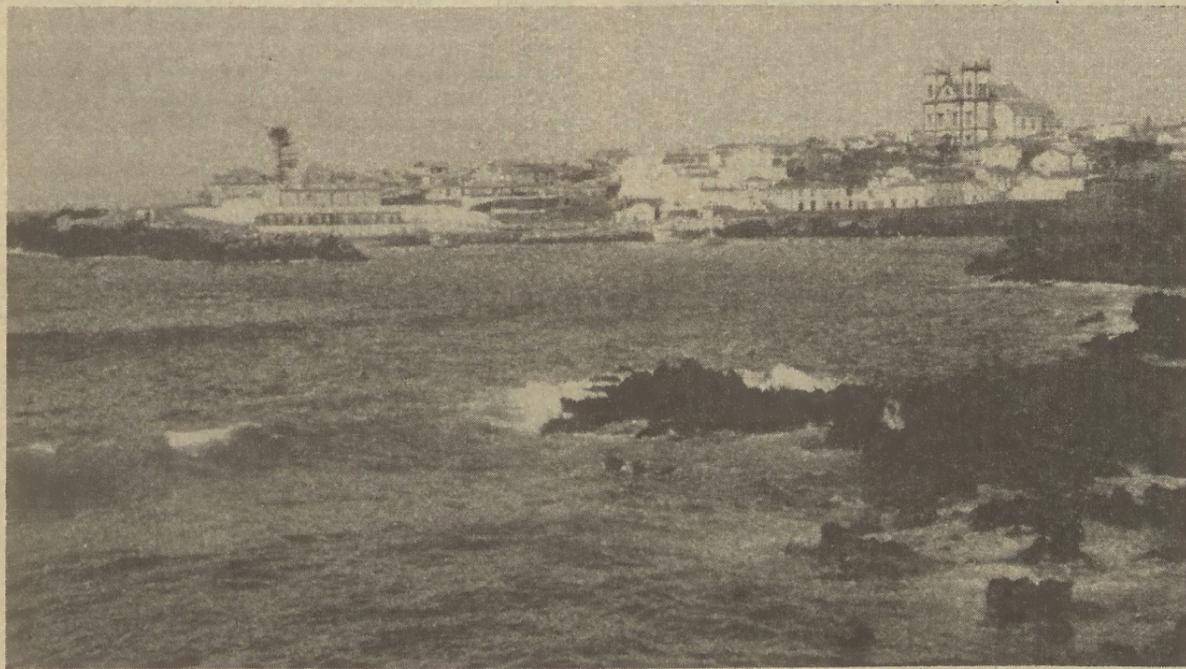


«critérios para a criação de novas freguesias»;

- A elevação a freguesia do lugar da Fazenda D'Além da Ribeira, no concelho de Sta. Cruz das Flores.

Estatuto da Região

O deputado regional Paulo Valadão, que na conferência de Imprensa se encontrava acompanhado dos membros da comissão de apoio à representação parlamentar do PCP, Artur Afonso, Maria do Céu Decq Mota, António Freitas e Dora Câmara, anunciou ainda estar em fase de elaboração uma proposta do PCP de revisão do Estatuto da Região Autónoma dos Açores, proposta essa que adaptará o Estatuto às normas constitucionais alteradas e que proporá inovações de grande importância, nomeadamente respeitantes ao funcionamento da Assembleia Legislativa, ao sistema eleitoral regional, ao regime de discussão e aprovação do orçamento, entre outras questões.



A 6.ª Bienal da Festa do «Avante!» no Palácio de Cristal do Porto

Patente desde a sexta-feira passada na nave do Palácio de Cristal, a 6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» tem sido muito visitada, correspondendo aos objectivos enunciados pelos organizadores deste Espaço/Cultura no Porto, «prolongar a um público ainda mais vas-

to a possibilidade de fruição e confrontação de obras multifacetadas, enviadas por uma pluralidade de artistas à bienal».

«A deslocação da 6.ª Bienal ao Porto é, simultaneamente, o reconhecimento e perspectivação da crescente

importância do Porto, dos seus artistas plásticos, dos seus intelectuais, da sua vida cultural no contexto da cultura e da arte em Portugal», afirma em comunicado de imprensa a DORP do PCP. Mais adiante deseja que a actual realização «constitua de facto um ponto de encontro e de diálogo para os artistas entre si, nas suas diferentes correntes, expressões e técnicas, mas sobretudo um encontro da população e da juventude do Porto com a arte, de algum modo um contributo para o cimentar dos valores mais profundos da Humanidade e do nosso tempo — a Paz, a Democracia, a Solidariedade».

Ao conjunto de obras já expostas na Festa do «Avante!» associa-se, no Porto, em espaço próprio no Palácio de Cristal, um conjunto de mais vinte obras diversificadas do espólio de Abel Salazar, mais um acto a juntar «à Homenagem do Artista, ao Cientista e ao insigne Cidadão e Democrata de quem está a ser co-

memorado o 1.º centenário do nascimento».

Durante a permanência da Exposição, considerada a maior exposição de artes plásticas desde sempre realizada na cidade do Porto, está em funcionamento uma oficina de produção de múltiplos de quatro artistas da cidade, a exibição de um ciclo de vídeo de autor e um sector ligado a feira de Galerias e outras zonas de convívio.

No Auditório, que para o efeito foi montado dentro do Palácio de Cristal realizar-se-ão dois colóquios — um, sobre questões de urbanismo e habitação, com a participação dos arquitectos Siza Vieira, Alcino Soutinho e Ricardo Figueiredo e do Eng.º Oliveira Dias, candidato da CDU à Presidência da C.M. Porto; outro, subordinado ao tema «A descoberta das Artes, as Artes à Descoberta», que decorre hoje, pelas 21.30 h, com a participação, entre outros, do Prof. Óscar Lopes, do Maestro Álvaro Salazar e de Araújo Moreira.

Reestruturação da economia soviética

Delegação na URSS

A convite do Comité Central do PCUS, deslocou-se à URSS uma delegação do PCP a fim de se informar e tomar contacto directo com o desenvolvimento do processo de reestruturação da economia soviética.

Esta delegação é composta por Carlos Carvalhas, membro suplente da Comissão Política, deputado do PCP ao Parlamento Europeu e vice-presidente do Conselho Nacional do Plano, e Octávio Teixeira, membro suplente do Comité Central do PCP e da Comissão para os Assuntos Económicos, deputado à Assembleia da República e membro da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Esta visita tem lugar no quadro das fraternais relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PCUS.

Bom acolhimento à campanha dos 150 mil

... a Festa brilhará como nunca no terreno que é nosso. De que não mais receberemos «ordem de despejo» — lê-se na carta que vai ser enviada ainda esta semana a militantes do Partido e principalmente a democratas e amigos, pela comissão coordenadora da campanha dos 150 mil contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!»

Como aqui já referimos nas colunas do «Avante!», é em torno dos títulos de comparticipação que a campanha, no essencial, recolhe os seus donativos, registando-se desde já um bom acolhimento, que, estamos certos, crescerá à medida que as organizações do Partido dinamizem a distribuição e divulgação dos títulos.

Entretanto, o êxito da campanha está intimamente ligado ao espírito de iniciativa das organizações e militantes, nomeadamente através da constituição de comissões e grupos que, nas diferentes regiões e localidades do País, divulguem os objectivos desta campanha de fundos de grande envergadura, verdadeiro desafio à capacidade, ao espírito criador e às potencialidades dos comunistas.

Títulos para todas as bolsas

Como também já referimos anteriormente, os títulos de comparticipação vão dos 1000 aos 100 000 escudos, passando por rubricas de 5000, 10 000, 25 000 e 50 000. Regista-se grande procura dos títulos de 1000 mas é também de assinalar que vários camaradas e amigos adquiriram já títulos de 100 000 escudos.

Incentivar a campanha dos 150 mil contos é tarefa que está na ordem do dia. Será, pois, da máxima conveniência aproveitar as realizações da pré-campanha para as autárquicas de Dezembro no sentido da divulgação desta importante iniciativa junto da opinião pública e dos democratas portugueses.

Entretanto, têm chegado à comissão coordenadora diversas dúvidas e perguntas colcadas por camaradas e amigos. Para uma das questões levantadas podemos aqui deixar, desde já, o esclarecimento adequado: é possível adquirir títulos de comparticipação com pagamentos faseados; assim, em relação a cada «prestação» será passado um recibo correspondente; depois de liquidado o valor total, o subscritor terá o seu título.

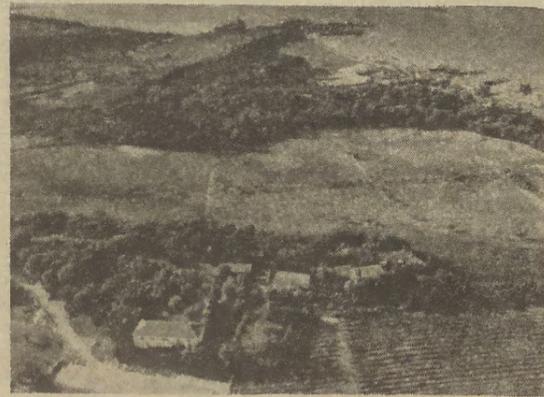
Como refere a carta que vai ser enviada esta semana, os títulos de comparticipação (oferta) poderão ser adquiridos através das organizações do PCP. Mas, se o desejar, poderá enviar as suas contribuições para a Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1, 1699 Lisboa Codex, em troca dos quais enviaremos os correspondentes títulos.

Também poderá utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

Ao encontro dum sonho

Se entender colaborar de outra forma que não em dinheiro, designadamente em artigos ou objectos de variado tipo e valor, estará igualmente a contribuir para a campanha, lembra a comissão coordenadora.

Brevemente passaremos a divulgar os números da evolução semanal da campanha e naturalmente as iniciativas e acções inseridas na dinamização desta tarefa, cuja concretização irá ao encontro dum sonho e duma necessidade. Falando aos democratas, aos comunistas, aos amigos da Festa, a coordenadora da campanha sublinha: «É com o vosso reconhecido amor à Festa do «Avante!», ao seu insubstituível papel nas grandes manifestações culturais, artísticas, desportivas, naturalmente também políticas, no seu avanço, que contamos convosco.»



Nacional

Pesca portuguesa preocupa CDU de Aveiro e Ílhavo

A propósito da decisão da Comissão Europeia de estabelecer a cota zero para a pesca de bacalhau na zona 3M, sobre a qual os deputados ao PE, Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda, já tomaram posição no Parlamento Europeu, os cabeças de lista da CDU às Câmaras Municipais de Aveiro e Ílhavo assinaram uma declaração conjunta onde manifestam a sua «profunda inquietação» ao tomarem conhecimento desta decisão da Comissão da CEE.

Tal inquietação é justificada pelo facto de a zona 3M ser uma das preferencialmente utilizadas pelas embarcações de muitas empresas sediadas em Aveiro e Ílhavo, onde fazem importantes capturas de bacalhau e «red-fish». Para os candidatos da CDU «ao ser agora interrompida, sem qualquer alternativa, a pesca portuguesa na zona 3M cria-se uma situação que segundo os armadores representa a ameaça de falência da frota bacalhadeira nacional».

Para a CDU, o sector das pescas tem sido vítima, nos

últimos anos, de inúmeros problemas e dificuldades, significativamente acrescidos após a adesão de Portugal à CEE.

José Manuel Amaro, candidato à Presidência da Câmara de Aveiro e Francisco Meneses, candidato à Presidência da Câmara de Ílhavo, afirma, no comunicado conjunto, acreditar «ser possível alterar esta realidade e fazer deste ramo de actividade um importante pólo de desenvolvimento», declarando publicamente, certos de interpretar o sentir dos trabalhadores do sector e os interesses das

populações dos dois concelhos, «a exigência de que os órgãos autárquicos de Aveiro e de Ílhavo assumam as suas responsabilidades e não fiquem calados perante a gravidade da situação e intervenham junto do Governo e da Comissão da CEE advogando a revogação da decisão tomada e para que, de uma vez por todas, se criem condições favoráveis ao necessário desenvolvimento das pescas portuguesas».

PCP interpela Cavaco Silva Dívidas de Cadilhe ao Estado Português

O Primeiro-Ministro foi questionado na segunda-feira pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre a reposição de dois mil contos que o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, deve fazer ao Estado, já que recebeu esta verba de forma ilegal.

O ministro das Finanças, como foi tomado público, recebeu desde a sua tomada de posse, um subsídio mensal de alojamento como se tivesse a sua residência habitual no Porto, quando se sabe que já nessa altura do ministro tinha residência em Lisboa.

Em duas reuniões da Comissão Permanente da Assembleia da República, nos dias 27 de Julho e 7 de Setembro, havia sido solicitada uma explicação sobre os eventuais fundamentos sobre a entrega desse dinheiro a Miguel Cadilhe.

Dois meses decorridos sobre esse pedido de esclarecimento, e sem que qualquer resposta tenha sido dada, os deputados do PCP, Octávio Teixeira e João Amaral, interpelaram directamente o Primeiro-Ministro sobre a devolução do dinheiro em dívida.

III Encontro Nacional da Juventude Uma fraude governamental?

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) considerou, a semana passada, serem preocupantes os indícios de manipulação governamental do III Encontro Nacional da Juventude que, entre quinta-feira e domingo, decorrerá em Tróia. As críticas da JCP referem-se, nomeadamente, à forma como foram definidos os directores dos seminários, os oradores convidados, o afastamento de algumas expressões do Movimento Juvenil, bem como ao facto de na Sessão de Encerramento somente ser dada a palavra a órgãos de soberania, registar-se um grande atraso na definição de espaços físicos de participação das Organizações Juvenis (favorecendo algumas das organizações que estão por dentro do processo) e ser pouco transparente a distribuição dos jovens inscritos pelos diferentes Seminários, sem garantias de completa isenção.

«A JCP alerta o Movimento Juvenil para esta situação, com uma responsabilidade maior porque, estando no CNJ (Conselho Nacional da Juventude) e na sua Direcção, não quer encontrar-se responsabilizada por esta situação», lê-se no comunicado distribuído à imprensa pelo Secretariado desta Organização Juvenil.

A JCP afirma que a definição dos directores de seminários e dos oradores convidados surgiram «directamen-

te de uma linha partidarizada de convites» e «de uma componente de convidados ligados ao Governo». Deste processo foram afastadas as outras expressões do Movimento Juvenil, assim ausente da definição do conteúdo e orientação global dos Seminários, o que irá certamente repercutir-se nas conclusões finais do próprio Encontro.

«Não reflectindo sequer a própria pluralidade do CNJ», as intervenções da sessão de encerramento deste Encontro

prevêm somente intervenções do Governo e do CNJ, «afastando do uso da palavra outras expressões do Movimento Juvenil (Associações Locais, Associações de Estudantes do Secundário e Associações de Estudantes do Superior)».

Para a JCP, por outro lado, é necessário «assegurar que as conclusões do Encontro reflectam realmente as conclusões dos jovens» o que irá exigir de cada dirigente associativo, de cada jovem presente, a maior atenção e vigilância no sentido de assegurar, num Plenário curto e com pouco espaço de intervenção do Movimento Juvenil, a genuinidade dessas conclusões.

«A confirmação de algumas preocupações já há algum tempo levantadas vem dar razão à JCP, quando alertava para o significado que poderá ter o afastamento de algumas das mais importantes expressões do Movimento Juvenil (Movimento Associativo do Secundário, do Superior e do Local) da organização do III Encontro», apenas a cargo do CNJ.

A este propósito a JCP lembra que no I Encontro «o Movimento Associativo Juvenil reagiu às tentativas de manipulação governamental. No II Encontro procurou-se uma maior autonomia e independência na sua organização, na definição do seu conteúdo e na elaboração das conclusões», tendo o Movimento Juvenil pronunciado-se a favor da realização de futuros Encontros, envolvendo as principais expressões do Movimento Associativo.

Por forma a impedir desenvolvimentos «ainda mais negativos» do III Encontro, os jovens comunistas assumem com esta denúncia a convicção de estar a interpretar o sentir do Movimento Associativo e de todo o Movimento Juvenil, contribuindo assim para o êxito do III Encontro Nacional da Juventude, numa altura em que a acção deste Movimento Juvenil tem objectivamente chocado com a política do Governo em matérias como o emprego, escola, habitação e condições de vida.



Federação Democrática Internacional de Mulheres: — responder a um mundo em mudança

«Próximas do ano dois mil, ainda existem no mundo milhões de analfabetos, milhões de pessoas com fome, milhões de pessoas a viverem em situação de pobreza, enquanto milhões de dólares são gastos no armamento». Afirmção de Freda Brown, presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) que reuniu o seu conselho no Palácio Nacional da Cultura em Sofia, Bulgária, no passado mês de Setembro, onde a FDIM apresentou uma proposta sob o título: «Responder aos desafios de um mundo em mudança». Ali estiveram representadas 114 organizações nacionais de 98 países, entre as quais a delegação de Portugal, do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

O direito da mulher ao trabalho foi um dos principais problemas que mereceu a maior atenção das organizações nacionais presentes. O desemprego que afecta

particularmente as mulheres jovens e algumas das suas causas, como os despedimentos massivos, o encerramento de indústrias e a eliminação de postos de trabalho,

têm estado no centro da atenção das organizações de mulheres da Europa Ocidental e América do Norte.

Problemas como o trabalho a prazo, o trabalho ao domicílio e horário flexível juntamente com as campanhas ideológicas para o retorno das mulheres ao lar, foram algumas das preocupações levantadas por organizações da Áustria, Países Baixos, Grécia, Portugal, entre outras.

Estes alguns dos problemas abordados durante a reunião do Conselho da FDIM, que aprovou o seu Plano de Acção até 1991, de onde se destaca «a intensificação das acções pela igualdade da mulher e dos direitos das crianças e a promoção

do progresso económico e social para toda a humanidade» e o «encontro de organizações femininas dos países da CEE e posteriores encontros com membros do Parlamento Europeu, a realizar em Outubro de 1989 em Estrasburgo, promovido pela União de Mulheres Francesas com a participação de várias organizações dos países membros da Comunidade Europeia».

Solidariedade internacional

Do Plano de Actividades da FDIM, referência ainda para a realização em Dezembro de um Encontro Consulti-

vo Regional em Praga, a assinalar o 10.º aniversário da Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; um Seminário Internacional na RFA que comemorará em Março de 1990 o 5.º aniversário da adopção das Estratégias de Nairobi e a comemoração do 45.º aniversário da FDIM e o 80.º do Dia Internacional da Mulher, no ano de 1990.

Outras actividades da FDIM para os próximos anos serão: intensificação das acções de solidariedade com o Líbano, territórios árabes ocupados, Namíbia, países da Linha da Frente, Afeganistão, Camboja, Panamá, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Chile. De-

envolvimento de acções em favor da proibição e eliminação de armas nucleares e outras de destruição massiva. Cooperar mais estreitamente com os diferentes organismos da ONU e outras estruturas das organizações não governamentais.

O Conselho da FDIM aprovou ainda a filiação de doze novas organizações e realçou o facto de, depois do seu último Congresso em 1987, se terem «gerado novas tendências no mundo inteiro» que «criaram novas perspectivas para o fortalecimento das organizações nacionais» filiadas nesta federação.

Refira-se que o MDM tem uma vice-presidente eleita na FDIM e é membro do «Bureau» desta organização.

Parlamento Europeu

Comunidade perde o pé na indústria do calçado

A indústria do calçado dos países da CEE perdeu, nos primeiros sete meses do ano em curso, 239 unidades de produção e 13 200 empregos, de acordo com os dados da Confederação Europeia de Indústria do Calçado e do Comité dos Têxteis, do Vestuário e do Couro.

Preocupados com esta situação, os deputados do PCP no Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas e Barros Moura, apresentaram à Comissão Europeia uma pergunta escrita sobre que medidas se propõe tomar aquele organismo para evitar a degradação de um sector que desempenha um papel importante na economia de alguns países da Comunidade, como é o caso de Portugal.

Acontece, como a propósito referem os deputados comunistas, que ao mesmo tempo que se acentua a crise daquela indústria nos países comunitários, tem vindo a aumentar o volume das importações de calçado proveniente de países terceiros.

Os números são significativos: as importações cresceram de 27 por cento em 1986 para 35 por cento em 1987 e 41,7 por cento em 1988, com 180,7 milhões de pares provenientes de Taiwan e Coreia do Sul e 1,4 milhões oriundos da China, Tailândia, Indonésia e Malásia, para onde aqueles dois primeiros países deslocaram unidades de produção.

Na questão colocada à Comissão, os deputados comunistas pretendem saber se o executivo «tenciona propor medidas de salvaguarda não limitadas a Taiwan e à Coreia do Sul», bem como se a Comissão «concorda com a perspectiva global defendida pela CEE e com a garantia de livre acesso do calçado CEE aos mercados de Taiwan, Coreia do Sul, China, Índia e Brasil, acabando-se com os obstáculos que estes países impõem».

Em causa está a defesa do emprego nesta indústria, que tal como muitas outras poderá vir ainda a ser mais afectada com a concretização do mercado único.

Cabe recordar, a propósito, que no relatório apresentado pela Comissão, em Novembro do ano passado, sobre a realização do mercado interno, se afirmava expres-

samente que o mesmo «será benéfico tanto para as empresas europeias como para as não comunitárias, que deixarão de ter de enfrentar as fronteiras físicas e técnicas nacionais a serem abolidas».

No mesmo texto acrescentava-se ainda que «o crescimento económico previsto com a realização do mercado interno terá consequências económicas favoráveis, quer para a Comunidade quer para os seus parceiros comerciais...»

A escassos dois anos do objectivo apontado, a situação está longe de se poder considerar animadora, mesmo em termos de perspectivas. Se se tiver em linha de conta que a capacidade competitiva dos países terceiros referidos assenta, quase ex-

clusivamente, na sobre-exploração da mão-de-obra, na inexistência de benefícios sociais, no trabalho infantil, que para além de lesiva dos interesses dos trabalhadores dos respectivos países constitui uma ameaça para os trabalhadores do países comunitários, forçoso se torna concluir da necessidade de medidas urgentes para enfrentar tal concorrência, duplamente desleal.

Tendo isto em consideração, os deputados comunistas questionam ainda a Comissão sobre «como encara a proposta do Comité Sindical de uma cláusula social no comércio internacional garantindo a existência de sindicatos, proibindo o trabalho infantil, limitando a semana de trabalho a 48 horas e assegurando condições dignas de trabalho nos países exportadores não comunitários».

Motivos para desconfiar

Embora se desconheça ainda qual vai ser a resposta da Comissão a estas questões, é legítimo esperar que não venham contribuir para a resolução do problema em causa. E isto porque, em Julho último, numa comunicação sobre a «perspectiva

económica de curto prazo e políticas orçamentais 1989/90», a Comissão defendia em relação a Portugal e à Grécia «a moderação dos salários» como meio para «restaurar a competitividade internacional e manter, por intermédio de exportações elevadas, um nível aceitável de actividade».

Ou seja, a própria Comissão defende a manutenção da mão-de-obra barata como forma de competitividade!

Esta posição levou, de resto, o deputado Carlos Carvalhas a perguntar à Comissão (tendo em conta que a quota de trabalho assalariado no Rendimento Nacional, em Portugal, voltou a descer em 1988, situando-se em 51,8 por cento, contra 52,2 por cento em 1987 e sabendo-se ainda que o custo real da mão-de-obra tem diminuído), se considera ou não que não é através da evolução dos salários verificados no nosso país em relação à produtividade que se pode encontrar a causa da pressão inflacionista, como se afirma no citado documento. E também, naturalmente, que não é através da moderação de salários que se pode «restaurar a competitividade internacional».

Também esta questão aguarda resposta.



Do trabalho artesanal à indústria do calçado, Portugal tem neste sector uma das suas fontes de divisas a exigir protecção

Barros Moura em Versalhes

Para que a concretização do mercado único não acentue as diferenças Norte/Sul já existentes, torna-se necessário que a Comunidade Económica Europeia se empenhe na resolução do problema da dívida externa dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e aprove novos apoios financeiros àqueles países no âmbito da próxima convenção Lomé IV. Esta a posição defendida pelo camarada Barros Moura em Versalhes, na passada quinta-feira, ao intervir na Assembleia Paritária ACP-/CEE durante o debate sobre as consequências do mercado único naqueles países.

Segundo aquele deputado, «1992 não deverá retirar à ACP as possibilidades de que já dispõe no acesso ao mercado europeu», mas antes pelo contrário traduzir-se em novas oportunidades comerciais.

Esta posição, salientou, não deverá no entanto prejudicar o tratamento a que têm direito os países membros da Comunidade menos desenvolvidos, como é o caso de Portugal.

Ao contrário do Comissário da CEE para o Desenvolvimento, Manuel Marin, para quem os riscos de 1992 serão compensados pelos benefícios e pelas garantias comerciais que a nova Convenção dará à ACP, a generalidade destes países manifestou sérias reservas aos efeitos do mercado único.

Carlos Carvalhas alerta para escalada especulativa

Carlos Carvalhas alertou a Comissão das Comunidades para a «nova escalada de especulação» revelada pelos índices bolsistas e pelo «montante das transacções quotidianas sobre o mercado de câmbios» que «tem batido todos os recordes».

Tais níveis de crescimento, segundo aquele deputado, não têm correspondência nem no andamento da economia dita real, nem no ritmo de crescimento das trocas mundiais.

Numa pergunta dirigida à Comissão, o camarada Carlos Carvalhas, que considera «avisada» a «intervenção do Parlamento Europeu ao sublinhar o carácter especulativo nas vésperas do último «krash» bolsista», interroga se o executivo entende ou não que «nos encontramos numa nova escalada de especulação com efeitos nefastos no crescimento e no emprego».

Salientando que tal «ritmo de crescimento põe em causa a eficácia das intervenções dos bancos centrais», o deputado Carlos Carvalhas interroga a Comissão se «tal casino financeiro» não pode «desembocar em nova crise».

As verbas do Feder

A Comissão não tomou ainda as decisões finais sobre as novas iniciativas comunitárias a financiar dos 15 por cento do Feder que não estão sujeitos a uma atribuição indicativa aos Estados-membros. A informação foi dada pelo próprio executivo comunitário, em resposta a uma pergunta de Carlos Carvalhas sobre a «necessidade do reforço das verbas do Feder para atingir a efectiva duplicação dos fundos estruturais até 1992», considerada de grande importância para Portugal.

Na sua pergunta, Carvalhas salientava que o atraso na repartição daqueles fundos estava a afectar vários Estados-membros, designadamente Portugal.

Ao responder, a Comissão informa que as negociações com Portugal relativas ao Quadro Comunitário de Apoio para o período de 1989/93 se encontram na fase final, admitindo-se mesmo a sua conclusão até ao final de Setembro. Acrescenta-se, por outro lado, que «o Governo português foi informado de que o financiamento para o referido período atinge os 6958 milhões de ecus».

Nestas negociações, refere a resposta da Comissão, estão incluídas também «as propostas contidas no Plano de Desenvolvimento Português relativo às regiões insulares e fronteiriças e os projectos para o gasoduto».

Tanta pressa teve o Governo na apresentação do PDR — que nem ouviu quem de direito se devia pronunciar — afinal para nada!

Telecomunicações

O mesmo deputado, juntamente com Philippe Herzog, do PCF, apresentou em nome do grupo Coligação de Esquerda, uma pergunta à Comissão sobre a abertura à concorrência dos mercados dos serviços de telecomunicações.

Fazendo notar que a Comissão adoptou aquela directiva em 28 de Junho último, «numa data e segundo um processo que excluiu na prática qualquer controlo parlamentar», perguntam os deputados «quais são as consequências sociais e industriais de uma tal decisão», «qual o parecer das organizações sindicais» e «quais as consequências de uma tal decisão para as empresas extra-comunitárias operando no sector».

Pesca do bacalhau congelada pela CEE

A frota bacalhoeira nacional corre o risco de «encostar os barcos e ir à falência» se a Comissão das Comunidades não alterar a sua decisão de estabelecer a quota zero de bacalhau para 1989/90 na zona contígua à Zona Económica Exclusiva do Canadá (3M).

Quem o afirma é a Associação de Armadores de Pesca Industriais e o problema levou já os deputados do PCP no Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda, a alertar a Comissão para a gravidade da situação.

Numa pergunta escrita ao executivo comunitário, aqueles deputados interrogam se

a Comissão «tem noção dos prejuízos que a manutenção da sua decisão causará às 23 empresas armadoras que representam a totalidade da frota do largo portuguesa operando na área NAFO (North Atlantic Fishing Organization)», e se «está disposta a rever a sua posição e a tomar uma decisão mais flexível face às reivindicações e protestos dos armadores portugueses».

Os deputados fazem notar que apesar de Portugal ter contribuído para a CEE «com a maior Zona Exclusiva de pesca, com uma produção avaliada oficialmente em 400 mil toneladas anuais», o sector não obteve qualquer contrapartida significativa disso,

«devido a uma má negociação de integração».

A atribuição da quota zero de bacalhau para 1989/90 na zona 3M baseia-se no facto de os cientistas da NAFO considerarem que «o stock de bacalhau está em perigo, pelo que é preciso parar de pescar naquela zona internacional».

Os armadores portugueses contestam esta opinião, afirmando que «não há falta de bacalhau na zona 3M, mas sim uma falta de informação correcta dos stocks», e exigem do Governo uma intervenção imediata junto da CEE para que seja revista a posição tomada.

Em declarações à imprensa,

o responsável pela Secretaria de Estado das Pescas afirmou «estar de acordo com os pescadores portugueses quando estes reclamam que andam a poupar recursos para outros pescarem», acrescentando no entanto que «de qualquer modo não podemos fazer pirataria».

A decisão final sobre as quotas só será tomada em Dezembro, durante o Conselho de Ministros das Pescas da CEE, mas os armadores não estão dispostos a esperar até lá, dizendo-se na intenção, caso o Governo não tome posição, de reiniciar a pesca «com todas as consequências que isso possa implicar».

Internacional

CAMBODJA

A exigência de paz e o não a Pol Pot

No passado dia 26, as tropas vietnamitas procederam ao fim da sua retirada total de terras do Cambojá.

A parte vietnamita cumpre assim o acordo nos encontros informais de Julho de 88 e de Fevereiro de 89, na capital indonésia, em presença de representantes do conjunto dos países da região, e com a participação das forças cambodjanas, também da oposição.

Então se tinha concluído por um processo simultâneo de retirada das tropas vietnamitas e de suspensão de qualquer auxílio externo às partes em conflito. Foi ainda proclamada a recusa de uma qualquer forma de regresso ao poder dos «khmeres vermelhos». Assim se criavam condições para a paz, ao longo de todos estes anos negada a um povo que, apesar disso, conseguiu avanços significativos no plano do desenvolvimento e da recuperação nacional.

A 15 de Setembro, em Siem Reap, Hun Sen, primeiro-ministro cambodjano, lembrou, que estava excluído um regresso ao poder dos responsáveis do genocídio.

Outras parecem ser entretanto as pretensões dos mesmos grupos (e seus apoiantes), que tantos sofrimentos causaram já ao povo cambodjano.

No termo da retirada das tropas vietnamitas do Cambojá, uma declaração do ministério dos Negócios Estrangeiros soviético afirmava ser «extremamente importante impedir a escalada das operações militares» e a «eclosão de uma guerra civil». E apela a que se impeça o regresso dos «khmeres vermelhos» ao poder — aliás uma condição, dos acordos de Ja-

carta, para a saída das tropas estrangeiras do Cambojá.

Factos muito concretos justificam este alerta.

Na conferência internacional de Paris, os homens de Pol Pot bloquearam qualquer possibilidade de chegar a um acordo global, reservando-se para desencadear uma ofensiva militar depois da saída dos soldados vietnamitas. De facto Pequim deu então cobertura a este bloqueio. E a 11 de Setembro os Estados Unidos anunciavam que continuarão a fornecer armas aos bandos de Pol Pot.

Negociações e vontade de paz

Os perigos existem, mas importa não escamotear que

este processo de paz tem a sua própria lógica e pés para andar.

Antes do mais, porque o caminho foi-lhe aberto pelo apoio popular à política de reconstrução desenvolvida pelo governo de Phnom Penh, dirigido por Hun Sen, e pelas vitórias, também no domínio militar, contra as forças das três facções dirigidas pelo príncipe Norodom Sihanouk, de que os «khmeres vermelhos» são a componente mais perigosa.

Por outro lado, os caminhos de paz correspondem a uma sentida exigência dos povos da região. Não é por acaso a participação activa de diferentes governos dos países da zona (com uma política por vezes mesmo abertamente anti-popular) nas conversações.

O processo de paz teve um primeiro impulso, com as propostas de Gorbachov, em Vladivostok, em Julho de 1986. No Verão seguinte, a Indonésia e o Vietnã tomavam a iniciativa no sentido de aproximar posições na região, no que se refere ao problema cambodjano. O Vietnã dá um contributo fundamental, com as sucessivas retiradas das suas tropas e a garantia da partida definitiva dos soldados.

A Tailândia também participa neste processo, com vários encontros com o primei-



A vida voltou a Phnom Penh

ro-ministro cambodjano, e a aposta na transformação da península indonésia de «campo de batalha em mercado».

Na sequência da segunda reunião de Jakarta, e do encontro, em Maio último, entre o príncipe Sihanouk, antigo monarca que unifica as três facções de oposição cambodjana, e Hun Sen, a China afirmava a sua disposição de cessar os fornecimentos de armas aos «khmeres vermelhos», após a partida dos vietnamitas.

No encontro de Paris, registou-se um recuo visível. Os «Khmeres vermelhos» vão ainda manter os seus apoios, apesar do pretexto da presença das tropas vietnamitas já não existir.

Esta a problemática realidade de hoje.

A que entretanto se opõem os mesmos factores que abriram caminho ao processo de paz.

O não decidido do povo Khmer ao regresso ao poder

dos bandos de Pol Pot, tem razões de fundo, razões — diríamos mesmo — de vida ou de morte.

E caberá aqui lembrar como e porquê as tropas vietnamitas apareceram em território cambodjano. Que o mesmo é lembrar a tragédia do genocídio do povo Khmer.

O reinado de Pol Pot e a reconstrução

Em 1975, a guerra terminava na península, com a derrota militar e política infligida pelos vietnamitas aos Estados Unidos. Mas para o povo do Cambojá, a uma situação de domínio, seguiu-se outra, ainda mais terrível. Lon Nol, o fantoche local dos americanos, é substituído no poder pelos «khmeres vermelhos», aliados ao príncipe Sihanouk.

O movimento dos «khmeres vermelhos» é encabeçado por um grupo que, em nome de um igualitarismo

completamente desumano e desumanizante, impõe um regime de quase indescritível terror a todo o país. À cabeça deste bando, Pol Pot.

As consequências são dificilmente imagináveis. Calcula-se em cerca de três milhões os mortos — assassinados, torturados, morte de fome e de falta de tratamento. Centenas de milhares de casas foram destruídas, assim como 2 mil templos budistas, todas as construções cristãs e muçulmanas, 6 mil escolas, 800 hospitais. A cidade de Phnom Penh, capital do Cambojá, foi totalmente esvaziada dos seus habitantes. No início de 79, quando da libertação, não passava de uma cidade fantasma.

Simultaneamente ao genocídio do seu próprio povo, as tropas de Pol Pot dirigem ataques sistemáticos ao longo da fronteira vietnamita. Entre 75 e 78, os incidentes não só prosseguem como se agravam. Houve milhares de mortos.

Em fins de 78, início de 79, quando a Frente cambodjana contra os «khmeres vermelhos» se formou, o Vietnã decidiu intervir. O seu exército desferiu golpes decisivos contra as tropas de Pol Pot, e abriu caminho, em conjugação com a luta da Frente anti-Pol Pot, ao fim da ditadura.

Também depois os vietnamitas estiveram presentes, na defesa contra os bandos, como na ajuda na reconstrução nacional.

Põe-se justamente dizer que em 79 não se partia do zero, mas de uma realidade de tão profunda destruição, que a situação de partida era — abaixo de zero. Aos mortos, juntava-se a situação cruel das famílias desarticuladas, espalhadas pelo país, sem casa. A organização produtiva desmantelada. Médicos — nove em cada dez estavam mortos ou desaparecidos. Professores — algumas centenas em todo o país. Praticamente nenhum engenheiro. Aliás, praticamente nenhuma máquina.

Dez anos depois, Phnom Penh é uma cidade bem viva. Após anos de fome, a auto-suficiência em arroz, base da alimentação popular, foi finalmente atingida.

No plano económico são promovidas diferentes formas de propriedade e no plano político, uma prática de reconciliação nacional.

O país já nada parece ter a ver com o fantasma de si próprio, em 79. Por isso mesmo ninguém quer voltar ao passado. E a maior exigência, hoje, é a paz. Sem Pol Pot. Porque é de vida que se trata.

AFRICA DO SUL

Execução de patriota condenada internacionalmente

O enforcamento do patriota negro Mangena Jeffrey Boesman, na passada sexta-feira, na África do Sul, provocou a indignação da comunidade internacional e abalou as esperanças depositadas nas promessas reformistas do governo do presidente Frederik de Klerk.

Boesman, de 36 anos, era

membro do Congresso Nacional Africano (ANC) e fora condenado à morte sob a acusação de ter participado no linchamento de uma professora negra de Sterkstroom, nos arredores da cidade do Cabo. A professora, de 51 anos, era informadora da polícia e tentou «furar» o boicote das escolas em 1985, ten-

do sido morta por uma multidão que a condenou à tortura do «colar», método extremista usado na altura para castigar os traidores à causa da maioria negra.

No mesmo dia de Boesman foi enforcado Jacobus Freeman, um mestiço de 30 anos, prisioneiro de delito comum.

O presidente De Klerk mostrou-se completamente insensível aos apelos de clemência feitos pelas mais diversas organizações anti-apartheid, quer nacionais quer internacionais.

A própria Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida em Nova Iorque, aprovou um apelo de clemência, adoptado por 148 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções (Estados Unidos e Grã-Bretanha).

No seu apelo, a Assembleia Geral da ONU instava o governo sul-africano a acabar com as execuções políticas, como forma de criar condições para a resolução pacífica dos problemas do país.

No mesmo sentido se pronunciou a assembleia ACP-CEE, reunida em Versalhes (França), que em mensagem a De Klerk afirmava que a comutação das penas de morte poderiam «ser uma das últimas oportunidades de evitar um banho de sangue» no país.

Já após as execuções, o presidente francês, François Mitterrand, discursando naquela assembleia, qualificou a actuação de Pretória como «uma verdadeira negação dos direitos do homem» e su-

blinou o desprezo do governo sul-africano pelos apelos «das mais altas instâncias internacionais».

Também o comissário europeu para a cooperação, Manuel Marín, tornou pública a sua indignação contra as autoridades sul-africanas num documento divulgado em Bruxelas. Com este acto violento, afirma, o governo da África do Sul recusou-se a dar ao mundo inteiro «uma prova da sua vontade de abolir o apartheid e de contribuir para o processo de paz na África Austral».

As organizações sul-africanas anti-apartheid, por seu turno, condenaram firmemente este acto do governo, considerando-o em «total contradição com os apelos de De Klerk à criação de um clima propício ao começo de negociações com a maioria negra».

De salientar que com estas execuções aumentou para 39 o número de pessoas enforcadas este ano na África do Sul. Destas, 29 eram negras, oito mestiças e duas brancas.

Entretanto, outras 291 pessoas continuam a aguardar nos «corredores da morte» a execução.



O apartheid continua a matar os patriotas sul-africanos

Internacional

ANGOLA

Observadores condenam apoio dos EUA à Unita

Randall Robinson, presidente da «Transafrica», criticou a semana passada, no Huambo, o facto de ser a administração norte-americana o principal responsável pela difícil situação que se vive em Angola, na sequência do seu apoio à Unita.

Garantindo que no seu regresso aos EUA desenvolverá todos os esforços para conseguir que Washington cesse o apoio à organização de Jonas Savimbi, Randall mostrou-se convicto de que só assim o povo de Angola poderá recuperar da melhor maneira as infra-estruturas destruídas durante a guerra.

Segundo nos afirmou, Randall Robinson propõe-se encetar contactos nos EUA para conseguir que uma delegação de parlamentares norte-americanos se desloque a Angola, a fim de constatar «in loco» as consequências das acções da Unita.

Também a vice-chefe da delegação da Associação dos Parlamentares Nacionais da Europa Ocidental de Acção contra o Apartheid (AWEPPA), Josefina Versversbageet, se afirmou «chocada» com os vestígios da guerra em Angola, após uma visita a mutilados, órfãos e viúvas e infra-estruturas destruídas.

Falando numa sessão especial da Assembleia Popular Provincial de Benguela, a semana passada, a parlamentar holandesa anunciou

a realização em Novembro próximo, em Paris, de uma Conferência para discussão de «propostas aos governos (da AWEPPA) para uma maior ajuda a Angola».

Na opinião daquela parlamentar, é uma tarefa da AWEPPA convencer e dissuadir os Estados Unidos da América da ajuda que prestam à Unita porque, disse, «partilham parte das culpas pelas mortes, destruições e outras consequências das acções da Unita».

Entretanto, e apesar das contradições e complexidades do processo de paz em Angola e das dúbias posições que suscita a nível internacional, cabe registar que, até Março deste ano, a comunidade internacional prestou uma assistência de 10 milhões de dólares ao programa de emergência de Angola.

A informação foi dada recentemente em Luanda pelo ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dunem «Loy», no final da conferência de doadores.

Apesar de considerar que o referido montante, bem como as promessas feitas, não reflectem plenamente as necessidades do governo, o ministro salientou que estão em curso vários projectos avaliados em 30 milhões de dólares, na sequência das respostas dos doadores internacionais à solicitação angolana sobre as necessidades de emergência causadas pelas calamidades naturais e consequências da guerra.

As dificuldades angolanas, nos mais diversos domínios, exigem no entanto um maior esforço por parte da comunidade internacional. Ainda há dias o ministro angolano da Saúde, Flávio Fernandes, apelou a um maior apoio ao programa operacional contra o surto de cólera que se faz sentir no país, orçado em seis milhões de dólares.

Recorda-se que a epidemia provocou já a morte de mais de três mil das cinco mil pessoas afectadas, e que o programa operacional con-

tra a cólera tem, como «acções pertinentes e inadiáveis, a educação sanitária, a melhoria do abastecimento de água potável, das condições sanitárias, tratamento das pessoas afectadas e apoio logístico», como lembrou o ministro da Saúde.

De acordo com aquele responsável, a implementação do programa, segundo o relatório sobre as necessidades de emergência para 1988/89, continua a ser severamente constringido devido a problemas de ordem material e financeira, pelo que «é necessário um apoio urgente e substancial da comunidade internacional, por forma a aliviar os problemas mais prementes através de financiamentos ao referido programa contra a cólera».

Um apoio que não poderá deixar de contemplar igualmente os esforços de paz desenvolvidos por Angola e recentemente reforçados na cimeira de oito chefes de Estado africanos no Zaire, com o objectivo de reafirmar e consolidar os acordos de Gbadolite e as decisões de Harare, e sem a concretização dos quais não será viável a paz e o desenvolvimento de Angola.

Repatriamento de refugiados angolanos e zairenses

Quatrocentos dos vinte e dois mil e quinhentos refugiados angolanos, recenseados no Shaba (2500) e no Baixo-Zaire (20 mil), foram já repatriados voluntariamente este ano, no âmbito de uma operação organizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Segundo o delegado regional adjunto daquela organização, Hekki Keto, outros mil e duzentos refugiados angolanos recenseados no Baixo-Zaire deverão ser repatriados em breve; numa operação de três semanas. Informou, por outro lado, que dos dois mil e quinhentos refugiados zairenses envolvidos nesta operação de repatriamento voluntário, iniciada em 209 de Setembro, foram já repatriados 271 de Angola para o Zaire. Este processo de repatriamento deve estar concluído no final do próximo mês de Novembro.

Congresso da ZANU-FP será em Dezembro

O vice-presidente do Zimbabué, Simon Muzenda, anunciou a semana passada em Harare que o Congresso do Partido Unificado ZANU-FP terá lugar em Dezembro deste ano.

Falando numa conferência de imprensa, Muzenda informou que o Congresso será antecedido pelas Conferências da Liga da Juventude, marcada para os dias 21 e 22 deste mês, e da Liga das Mulheres do Zimbabué, a realizar de 28 a 29 de Outubro.

Embora ainda não tenha sido divulgada a data precisa do Congresso, admite-se que venha a coincidir com o 22 de Dezembro, data da assinatura, há dois anos, do acordo histórico de unificação dos dois partidos (a ZANU-FP e a ZAPU-FP) pelos respectivos líderes, Robert Mugabe e Joshua Nkomo.

No encontro com os jornalistas, a que assistiram membros da comissão de integração dos dois partidos, Simon Muzenda expressou a sua satisfação pelos progressos registados até ao momento, em todas as províncias, no processo de unificação das duas organizações num único partido.

«A Unificação das estruturas dos dois partidos — disse — atingiu níveis aceitáveis e os progressos satisfatórios registados no exercício de integração levam-nos a pensar que a maioria do povo zimbabueano aderiu ao novo partido unido ZANU-FP.»

Antes das Conferências das organizações da Juventude e das Mulheres realizam-se eleições provinciais, a 14 e 15 de Outubro, para substituir os lugares deixados vagos pelos três ministros demitidos devido ao seu envolvimento no escândalo sobre a venda de carros a preços especulativos e não permitidos por lei.

Acordo de dissolução dos «contras» decorre segundo o calendário

Segundo o Presidente das Honduras, José Ascona, o acordo sobre a dissolução dos «contras» nicaraguenses, firmado pelos presidentes dos cinco países centro-americanos em Tela, está a ser implementado de acordo com o calendário previsto.

Em entrevista ao jornal mexicano «Uno Mas Uno», José Ascona, referindo-se à recusa dos líderes somozistas em dissolver as suas unidades dentro do prazo estabelecido, afirmou não estar interessado no que dizem os dirigentes dos contras, pois «não têm o direito de voto quanto à dissolução das unidades armadas instaladas no território da Honduras».

Entretanto, um grupo de 700 observadores da ONU deverá chegar às Honduras até ao dia 8 de Dezembro, data estabelecida pelo acordo, para ajudar a Comissão Internacional de Fiscalização da dissolução das bases dos «contras».

Registo de candidatos completo na Nicarágua

Terminou no final de Setembro o prazo para o registo oficial no Supremo Conselho Eleitoral de candidatos à presidência da Nicarágua. As eleições presidenciais estão marcadas para 25 de Fevereiro próximo e os principais candidatos são o actual presidente Daniel Ortega, pela Frente Sandinista, e Violeta Barrios de Chamorro, pela aliança de 14 partidos da «União Nacional de Oposição».

O registo oficial dos eleitores decorrerá de 1 a 22 de Outubro; segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística e Recenseamento, têm direito de voto 1,9 milhões de nicaraguenses. Entretanto foram já criados 4394 postos de votação e nove conselhos eleitorais regionais, estando garantida, como forma de impedir manipulações na votação, a representação dos partidos nas assembleias de voto.

Possibilidade de diálogo não abranda violência nos territórios ocupados

Após um recente encontro com o presidente egípcio, Hosni Mubarak, o líder da Organização para a Libertação da Palestina, Yasser Arafat, declarou que aceitava a proposta egípcia para conversações de paz entre Israel e a OLP. Este encontro decorreu no Cairo, onde poucos dias antes o ministro da Defesa israelita Yitzhak Rabin, tinha mantido conversações com o dirigente egípcio.

Foi na altura divulgado que houve «amplo acordo» sobre a participação do Egipto numa reunião entre delegações israelitas e palestinianas. Em questão deveriam estar num tal encontro as eleições propostas para a margem ocidental da Faixa de Gaza, de forma a que representantes palestinianos negociem com Israel uma solução para os territórios ocupados.

A disponibilidade manifestada por Arafat para dialogar sem quaisquer condições prévias com o fim de alcançar uma «paz justa» vem na continuação das iniciativas de paz da OLP apresentadas em Dezembro passado em Genebra e em que se reco-

nhencia o direito a Israel de existir. Contudo, Yasser Arafat fez questão em deixar claro que o diálogo não deve ser encarado como uma alternativa à exigência palestinianiana de uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente.

Este último passo do dirigente da OLP destinou-se a quebrar o impasse em que se encontra o controverso plano de paz israelita que prevê eleições nos territórios ocupados da margem ocidental do Jordão e da Faixa de Gaza.

Recorde-se que este plano, apresentado no passado mês de Maio por Israel, foi rejeitado pela maioria dos palestinianos. O presidente Mubarak foi então solicitado para pedir um esclarecimento de Israel, o que gerou uma lista de questões que ficou conhecida como a sua «iniciativa de 0 pontos» e incluiu a questão da disponibilidade israelita para cessar as suas acções nos territórios ocupados, deixando que os palestinianos da parte oriental de Jerusalém participem nas eleições e a aceitação por Israel do princípio da troca de terra pela paz.

O plano de Mubarak tem, segundo o seu autor, como objectivos conseguir que «os dois lados se sentem para dialogar e concordem quanto às eleições». Apesar disto, a sua aceitação não parece ser um dado consumado por ambas as partes.

Em Israel o primeiro-ministro afirmou que o diálogo com os palestinianos residentes fora dos territórios ocupados abriria a porta para o envolvimento da OLP, considerada aqui como uma organização terrorista com a qual consequentemente não pode haver possibilidades de diálogo.

Por outro lado, muitos palestinianos expressaram oposição ao plano de Mubarak por considerarem que não vai suficientemente longe. Em comunicado difundido no passado domingo em Beirute, a Organização Jihad Islâmica apelava aos habitantes dos territórios árabes ocupados para intensificarem o levantamento e observarem uma greve geral entre os dias 6 e 12 do corrente mês. Esta organização islâmica «rejeita categoricamente» o projecto do presidente egípcio, Hosni Mubarak, sobre a realização de eleições naqueles territórios qualificando-o de «versão dulcificada» do plano do primeiro-ministro israelita Yitzhak Shamir.

Entretanto, apesar de nos meios diplomáticos se continuar a discutir as vias para a paz, a lista de palestinianos abatidos por soldados israelitas aumentou no passado fim-de-semana com mais seis vítimas, tendo sido feridos neste período 24 pessoas. Esta escalada das acções repressivas pelo exército israelita tem lugar num momento em que em entrevista ao jornal «Davar», o ministro da Defesa, Isaac Rabin, admite que Israel não terá outra alternativa que não seja negociar com os palestinianos. Estranha-se assim que a par de constatações deste tipo os israelitas não abrandem a violência contra os palestinianos, devendo-se reconhecer também aqui a grande confusão que reina actualmente no governo de Israel.



Seis mortos e vinte e quatro feridos foi o saldo dos confrontos ocorridos no passado fim-de-semana entre palestinianos e soldados israelitas

Internacional

REPUBLICA POPULAR DA CHINA

40 anos, um grande salto e múltiplos problemas

Dia 1 de Outubro, na Praça Tian An Men, em Pequim, um grande espectáculo culminou as comemorações do 40.º aniversário da República Popular da China.

Importantes comemorações que se desenvolvem num quadro complexo, ainda particularmente marcado pelos dramáticos acontecimentos de 4 de Junho. Aliás, essa complexidade, e o peso desses tão recentes acontecimentos, ressalta das próprias intervenções, avançadas nestes dias de comemoração, pelos dirigentes chineses.

Em encontro com a Imprensa, realizado nos últimos dias de Setembro, Jiang Zemin, actual secretário-geral do Partido Comunista da China, afirmou, nomeadamente, que «o clima internacional e interno tornaram esse acontecimento (o protesto estudantil, e os trágicos confrontos que se lhe seguiram) inevitável, embora pudesse não ter atingido as proporções que atingiu se não houvesse divisões no interior do partido, se o camarada Zhao não tivesse apoiado esse movimento».

No dia das comemorações, na praça Tian An Men, o primeiro-ministro Li Peng identificava a «corrupção, a má repartição dos bens sociais e a inflação» como as «principais razões do descontentamento no seio da população».

Difícilmente se poderá entretanto isolar factos e razões dos acontecimentos de 4 de Junho como todo um difícil processo de reformas em que a China socialista está empenhada — de questões como a componente política dessas reformas.

No relatório do XII Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1982, diz-se concretamente: «A democracia socialista deverá estender-se a todos os domínios da vida política, económica, cultural e social, a fim de desenvolver a gestão democrática das empresas e de promover a autogestão das massas populares na vida social, na sua base». E em Novembro de 1986, Deng Xio Ping, ao lançar um debate sobre a democracia socialista, afirmava: «a reforma em que nos empenhamos é uma reforma global, incluindo a economia, a cultura, as ciências e o ensino. Mas o mais importante é que esta reforma se estende à estrutura política».

Assim se afirma não só o carácter interligado das reformas (que não só na China) e

os de todos nós — é fundamental conhecer um pouco da sua realidade.

E conhecer em particular os dados concretos do que significaram estes 40 anos para o povo chinês.

Referimos aqui a curta e esclarecedora síntese inserida em editorial do «Beijing in-

produção industrial aumentou de 20,7%, o produto nacional bruto (PNB), de 11,4%.

Tal desenvolvimento é entretanto acompanhado de problemas sérios. A taxa de inflação, por exemplo, chegou a ser superior aos 20%.

A reforma rural, com a instauração de um sistema de

dicações do XIII Congresso: «manter a orientação no sentido de um enriquecimento comum e, estimulando os melhores resultados, preservar a preocupação de justiça social».

Neste quadro de um grande país socialista, com uma história e uma realidade so-



Um mercado chinês. Uma pequena amostra dos avanços e dos problemas do País

no fundo a participação de massas como um dado fundamental.

A vida entretanto testemunha de que não se trata de caminhos fáceis nem lineares. A história pesa. Como os velhos estereótipos. As dificuldades que se prendem a qualquer grande processo de transformação. E naturalmente o contexto internacional.

A história da China tem sido particularmente difícil e atormentada. E são muitas as vítimas que ficaram pelo caminho.

40 anos

Para compreender este grande país, que detém um quarto da população mundial, e que só por isso assumiu particular importância nos destinos do planeta, que são

formation» de Setembro.

«No decurso dos 40 anos decorridos depois da fundação da nova China, a China obteve sucessos notáveis no seu desenvolvimento económico, muito embora tenha cometido faltas e mesmo graves erros. Entre 1950 e 1988, o produto nacional bruto cresceu de 7,1% ao ano; a China conseguiu alimentar um bilião de habitantes e responder às suas necessidades fundamentais; a esperança de vida passou de 35 para 69 anos».

Nestes mesmos 40 anos, não foram poucos também os problemas acumulados. Mas é inegável o enorme salto que foi dado, de um terrível ponto de partida — o país das grandes fomes.

Já há mais de dez anos, o país vive sob o impulso de importantes reformas, que abarcam em particular o domínio económico. Reformas que deram grande impulso ao desenvolvimento económico do país, em particular no campo, e que no seu caminho foram simultaneamente gerando novas contradições.

Hoje a China considera-se — de acordo com o novo conceito adoptado pelo partido comunista no «estádio primário do socialismo», e aposta numa longa etapa de «economia planificada de mercado».

O desenvolvimento económico é extremamente rápido. O ano passado, o valor da

contratos com as famílias camponesas, que beneficiam de facto do usufruto da terra, levou a um aumento espectacular do rendimento dos camponeses. Mas simultaneamente levou ao aparecimento de uma grande massa de desempregados, mão de obra excedentária calculada em cerca de 180 milhões de pessoas.

Neste quadro de desenvolvimento, a insuficiência de formação e qualificação impede uma maior produtividade. Entretanto, a importação dos esquemas do capitalismo americano, nomeadamente através dos estudantes que se foram formar nos EUA, tem naturalmente efeitos perversos no quadro de uma economia socialista.

Uma nova realidade

No Outono passado, foram tomadas medidas no sentido de atacar prioritariamente os desequilíbrios da economia. No plano do ensino e da investigação, registou-se sensível acréscimo das verbas atribuídas pelo governo.

Reflexo da grandeza de problemas sociopolíticos, também avançados nas manifestações estudantis da Primavera passada, revela-se na particular preocupação na luta contra um mal maior — a corrupção.

A questão da justa repartição de bens e da justiça social mantém toda a sua acuidade, sublinhando-se as in-

ciopolítica actual bem complexa, e hoje finalmente outra vez inserida na comunidade socialista internacional, tal como no movimento comunista — importa salientar que, 40 anos passados, a China é a mesma e é outra.

Nos tempos de Mao, o sonho de cada um, em termos de quotidiano, era uma bicicleta, um relógio, e uma máquina de cozer. Hoje, é um sistema de aparelhagem hi-fi, uma televisão a cores e uma máquina de lavar. O salto económico foi imenso, mas não dá para corresponder a estas (aliás naturais) exigências.

Outro dado particularmente importante, pois se refere à própria estrutura da população. Há 30 anos a população urbana representava 10% da população do país. Hoje abarca cerca de 25%.

Havia então 4 a 5 milhões de operários numa população total de 500 milhões de chineses. Hoje são 60 milhões de operários e 100 milhões de trabalhadores urbanos, numa população de um bilião e 100 mil.

Dados muitos gerais, mas que são pistas necessárias tanto para melhor compreender o salto dado, como os problemas de hoje.

Problemas cuja solução implicará, necessariamente, a mais ampla participação de massas. Como exigência própria da construção do socialismo.

UNO DE LUTA Nº 173 - AGOSTO DE 1982 - 1100
Proibido de toda a parte UNO VCS

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A combatividade e a vontade de luta das massas populares levou de vencida a violência repressiva com que o governo quis impedir as comemorações do 5 de Outubro. Notícias de vários pontos do País vêm avolumar a importância desta jornada de luta, em que o povo se manifestou corajosamente, não se deixando intimidar pelas forças da PIDE, GNR, PSP e Legião que, armadas até aos dentes, puseram todas as cidades e localidades mais importantes do País num verdadeiro estado de sítio.

Além das notícias que já demos, destacamos mais as seguintes:

Em Alpiarça o povo manifestou-se de forma imponente, paralisando todas as actividades, a quase totalidade de assalariados agrícolas, e centenas de empregados, comerciantes e proprietários abandonaram o trabalho e concentraram-se na vila. Apesar da chuva, 800 pessoas tomaram parte na romagem ao cemitério, onde discutaram vários democratas.

Em Alcanena o presidente da Câmara tentou impedir a festa local, mas teve de recuar, dada a pressão das massas. Houve também uma romagem até à porta do cemitério, que estava fechado, pois os fascistas roubaram a chave.

Em Torres Vedras, além do jantar de confraternização que já noticiámos, houve romagem ao cemitério, com deposição de flores nas campas dos republicanos. A polícia e a Legião procuraram dispersar e intimidar o povo.

Na Romeira, Ribeira de Santarém, Montelavar, Pero Pinheiro, Sacavém, muitos trabalhadores faltaram ao trabalho e houve festejos, com lançamentos de foguetes e morteiros.»

(«Ainda o 5 de Outubro» — «Avante!», VI série, n.º 308, Outubro de 1961)

AVANTE! MILETANOSI DE TODOS OS MEFESIONOS

«O movimento dos soldados contra a guerra colonial aumentou dia a dia de envergadura. A luta dos soldados contra a partida para as colónias vêm somar-se novas valiosíssimas acções dos filhos do povo fardados que se recusam a matar os seus irmãos angolanos. Corajoso exemplo de luta, digno de ser seguido por todos os soldados portugueses, foi o que se passou durante os combates da «Pedra Verde», em que um batalhão de infantaria se recusou a prosseguir no combate e se manteve inactivo alguns dias.

Pelas mais variadas formas os soldados lutam contra a guerra, criando toda a espécie de obstáculos à política do governo. Assim, no regimento de Cavalaria 8, Castelo Branco, uma caserna de 58 homens chamados de novo às fileiras, manifestou descontentamento contra a mobilização não deixando entrar lá os oficiais e sargentos. Consta que um oficial foi soado.

Na primeira semana de Outubro, 800 dos 840 soldados do curso de sargentos milicianos de Tavira assinaram uma exposição ao comandante pedindo férias.

No campo de Santa Margarida têm continuado a aparecer muitas tarjetas apelando para que os soldados lutem contra a guerra. Estas tarjetas têm sido lidas e discutidas por muitos soldados.»

(«Os soldados lutam contra a guerra» — «Avante!», VI série, n.º 308, Outubro de 1961)

Telegrama ao PC da China

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da China, o telegrama que transcrevemos:

Prezados Camaradas

Por motivo do 40.º aniversário da fundação da República Popular da China, acontecimento de extraordinário significado revolucionário para o povo da China e a evolução da sociedade humana, transmitimo-vos as calorosas saudações dos comunistas portugueses e os votos de grandes sucessos do prosseguimento da edificação do socialismo.



XII Conferência comprova: Reforma Agrária é peça fundamental para o desenvolvimento da agricultura

A pesar da sua complexa e difícil situação, em resultado de uma brutal ofensiva que a golpeou incessantemente ao longo dos últimos 14 anos, a Reforma Agrária continua a revelar-se como a única alternativa capaz de conduzir nos campos do Alentejo e Ribatejo a agricultura na senda do progresso e do desenvolvimento. Esta, porventura, a mais importante conclusão a retirar dos trabalhos da XII Conferência da Reforma Agrária que no passado fim-de-semana reuniram em Évora cerca de dois mil delegados e 500 convidados, sob o lema «**Aprofundar a Democracia, Desenvolver a Agricultura, Enfrentar o Mercado Único**».

Alicerçada num conjunto de provas e valores irrefutáveis, esta conclusão de ano para ano renovada voltou a registar uma nova e eloquente achega com a aprovação por unanimidade de um documento no qual se definem as linhas mestras do que deverá ser o desenvolvimento da agricultura do sul do Ribatejo e do Alentejo.

A sua simples elaboração, fruto de um exaustivo e sério estudo ao longo de meses, representa só por si, com efeito, a inequívoca demonstração de que a Reforma Agrária tem propostas válidas e construtivas visando o desenvolvimento global do Alentejo e do Ribatejo e o progresso do País.

Palavra chave nesta Conferência, o desenvolvimento foi considerado de resto como uma questão fundamental por todos os participantes, empenhados ao longo das mais de dez horas de debate em proceder a um balanço da actual situação da Reforma Agrária, em definirem as medidas para a sua defesa e em encontrarem propostas válidas visando o progresso da agricultura da região.

Um progresso que como ficou patente nos trabalhos da Conferência tem sido teimosamente contrariado pela acção

destruidora de sucessivos governos contra a Reforma Agrária e designadamente pelo actual chefiado por Cavaco Silva, e pela sua incapacidade em preparar a agricultura portuguesa para o embate comunitário sobretudo a partir da entrada em vigor do Mercado Único.

Daí também a acrescida importância que assumem as conclusões e documentos aprovados pela XII Conferência, muito especialmente a Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo e do Alentejo, documento onde é sobejamente comprovada a existência de recursos e capacidades no plano da agricultura que só a incúria, incompetência ou falta de vontade política governamental têm impedido de aproveitar.

Mas se os trabalhos da XII Conferência evidenciaram que a Reforma Agrária continua a ser uma peça fundamental para enfrentar as consequências da integração comunitária eles não deixaram de comprovar simultaneamente que sem esta transformação de ordem económica e social que mudou há 14 anos radicalmente a face dos campos do Sul não é possível falar em desenvolvimento da agricultura.

Isto porque, como ficou amplamente demonstrado pelas intervenções de numerosos oradores e pelos principais documentos aprovados na Conferência, a Reforma Agrária corresponde à vontade dos trabalhadores e às condições sociais e agro-ecológicas da região.

A atestá-lo, conforme foi insistentemente salientado, está o facto de muito embora os ataques ocorridos terem sido responsáveis pela perda de 80 por cento da área inicial, pela destruição de 60 por cento das UCPs/Cooperativas e pela liquidação de 83 por cento dos postos de trabalho, ainda assim, sublinhe-se, depois de uma década de resistência e de luta, os 12 500 trabalhadores da Reforma Agrária continuarem organizados em 216 cooperativas, explorando uma área de cerca de 225 mil hectares.

Não deixa aliás de ser significativo que com quatro por cento da área total das explorações agrícolas do Continente, as UCPs/Cooperativas contribuam com 8 por cento para a produção nacional de trigo, 12 por cento na cevada, 18

por cento na aveia, 13 por cento no arroz e 21 por cento no tabaco.

Por todas estas razões não é de estranhar, pois, pese a difícil e complexa situação actual, que o ambiente que se viveu durante dois dias nos pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora, tenha sido marcado por uma enorme confiança no futuro, só comparável com a determinação dos presentes em prosseguir o caminho de luta e resistência apontado pela XII Conferência.

«Apesar das tremendas e difíceis condições em que as UCPs/Cooperativas têm sido obrigadas a viver — como frisou Manuel Vitorino, da Comissão Organizadora no início de encerramento em que também interveio na qualidade de convidado o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal —, ao contrário das afirmações de Barreto e Cavaco a Reforma Agrária não é um assunto do passado. É uma realidade do presente e uma necessidade do futuro!»



«Cooperativas continuam de pé lutam e resistem»

Tendo como lema o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento da agricultura em ordem a enfrentar o Mercado Único, a XII Conferência da Reforma Agrária desenvolveu os seus trabalhos ao longo de cinco sessões que se centraram em torno de dois temas. O primeiro, introduzido por Lino de Carvalho, da comissão organizadora e vice-presidente da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, teve como referência a contra-Reforma Agrária e as suas consequências para a agricultura, para o Alentejo e Ribatejo, para os trabalhadores agrícolas e os pequenos agricultores.

Como segundo tema a polarizar a atenção dos participantes esteve a Reforma Agrária enquanto factor de desenvolvimento da agricultura no quadro da integração comunitária e do Mercado Único e a definição do modelo de agricultura capaz de responder aos desafios do momento presente e às necessidades da região e do País.

Aberto com uma intervenção de Rogério de Brito, o debate sobre este tema proporcionou uma interessante abordagem à volta de matérias de reconhecida importância para o desenvolvimento agrícola, como sejam a política florestal a sul do Tejo, os recursos hídricos e o seu aproveitamento, as consequências da reconstituição do latifúndio no Alentejo e a gestão e organização nas UCP's/Cooperativas.

Na sua intervenção, Rogério de Brito esmiuçou sobretudo o conteúdo da «Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo», pondo o acento tónico nomeadamente no seu carácter aberto à participação diversificada e à procura de renovadas «soluções e caminhos de progresso» e à sua

aposta na «mobilização e conjugação dos recursos e capacidades» de todos aqueles que estão empenhados no desenvolvimento económico social daquela região e do País.

Enunciando os objectivos que presidiram à elaboração daquele documento que constitui sem dúvida um dos mais sérios contributos para o desenvolvimento da agricultura, Rogério de Brito sintetizou-os pondo em relevo designadamente o aumento das produções agrícola, pecuária e florestal e das produtividades da terra e do trabalho e a orientação dos sistemas económicos-produtivos em função da racional gestão dos recursos e da viabilização de soluções que garantam a melhoria substancial do nosso grau de auto-aprovisionamento em bens agro-alimentares e da correspondente balança comercial.

Objecto de tratamento minucioso na feitura da proposta agora aprovada pela XII Conferência, conforme lembrou Rogério de Brito, estiveram ainda o crescimento e a modernização das agro-indústrias e a dinamização do sector de prestação de



serviços, bem como o aumento do emprego e da sua estabilidade e a melhoria da qualificação técnico-profissional dos assalariados e agricultores e da remuneração do trabalho.

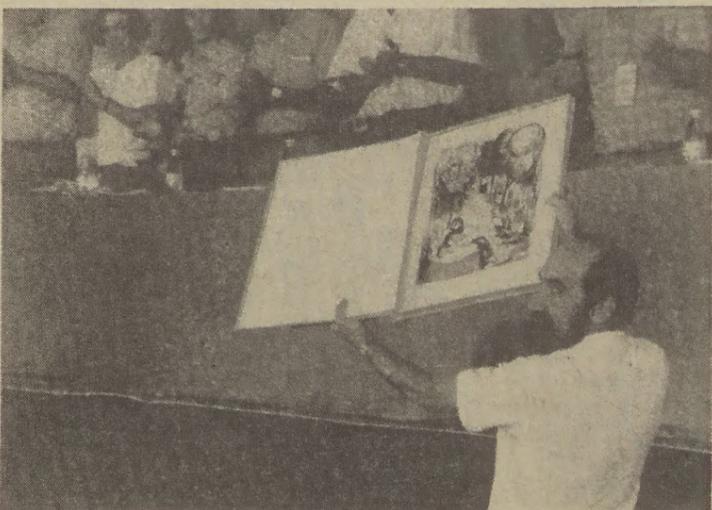
Governo fora-da-lei

Antes porém do debate em torno destas questões que ocuparam parte do dia de sábado e a manhã de

domingo foi tempo para proceder a um balanço da actual situação da Reforma Agrária. Coube a Lino de Carvalho proceder a esse exaustivo apanhado na intervenção que proferiu na abertura da XII Conferência e no decorrer da qual pôs em destaque questões como a lei de reconstituição do latifúndio, os resultados da Reforma Agrária e as dificuldades criadas às UCP's/Cooperativas, e o comportamento fora-da-lei do MAP e do Governo.

Este último aspecto seria aliás um dos mais intensamente analisados pelos delegados que subiram à tribuna, unânimes na crítica à actualização governamental e na exigência simultânea de que seja posto fim à ofensiva contra a Reforma Agrária e termo a todas as ilegalidades e arbitrariedades cometidas nos últimos anos.

Partindo da análise à situação actual da Reforma Agrária — momento que caracterizou como de «transição e de inovação» — Lino de Carvalho ocupou depois grande par-



te da sua intervenção enunciando as principais linhas de orientação quanto ao trabalho futuro das UCP's/Cooperativas tendo em vista nomeadamente a sua defesa e o seu contributo para do desenvolvimento agrícola regional.

Esta questão voltaria a ser desenvolvidamente tratada por Mário Silva, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura do Sul, na intervenção que assinalou o encerramento dos trabalhos e no decorrer da qual foi afirmado que a Reforma Agrária «é fundamental e é o sector mais dinâmico para enfrentar a integração na CEE».

Fundamentando o seu ponto de vista, aquele dirigente sindical lembrou a propósito a ininterrupta ofensiva que tem sido levada a cabo contra a Reforma Agrária, com o seu cortejo de ilegalidades e onde não têm faltado toda a espécie de cercos, espancamentos e mesmo assassínios. Apesar disso, sublinhou, 225 UCP's e Cooperativas com os seus 12 500 trabalhadores «continuam de pé, lutam e resistem» e nem mesmo o roubo das melhores terras, gado e explorações as impediu de nas terras da Reforma Agrária continuarem a obter a melhor produtividade e a proceder a mais investimentos. ■



Presenças solidárias

Nos trabalhos da XII Conferência da Reforma Agrária participaram representantes das UCP's/Cooperativas e do sector privado e bem assim agricultores e técnicos em número que ultrapassou os dois mil delegados.

Aos trabalhos que se estenderam pelo fim-de-semana assistiram também na qualidade de convidados 136 delegações do movimento sindical com destaque para a CGTP-IN cuja representação foi encabeçada pelo seu coordenador, Manuel Carvalho da Silva.

Presentes ainda doze delegações do movimento camponês e a sua Confederação Nacional da Agricultura — CNA —, dezenas de delegações do movimento operário, delegações de estruturas populares e de organizações, forças e partidos democráticos e grupos parlamentares, entre os quais da Comissão Nacional de Justiça e Paz, bem como do PCP, do Partido Ecologista «Os Verdes», do MDP, da JCP e do PRD.

Para lá dos 64 órgãos de Poder Local democrático que fizeram questão em estar presentes, a exemplo do que sucedeu com um elevado número de destacados democratas da vida política, científica, agrícola, cultural e religiosa, levaram ainda a sua voz fraterna e solidária ao Rossio de S. Brás representantes do movimento sindical, cooperativo e de solidariedade internacional de países como a Bulgária, a Checoslováquia, a China, Espanha, França, Grécia, Holanda, RDA e S. Tomé e Príncipe. ■

Uma aposta no progresso



Resultado de um aturado trabalho que se prolongou por vários meses a Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo e do Alentejo constitui sem dúvida um dos mais importantes documentos saídos da XII Conferência por nela se inscreverem não apenas as orientações para as cooperativas e as medidas necessárias ao desenvolvimento agrícola e agro-industrial como também pelas acções nela preconizadas para a defesa dos trabalhadores agrícolas.

Como condições para atingir estes objectivos a Proposta aponta a necessidade de erradicação do latifúndio e do absentismo e o apoio ao desenvolvimento das UCP's/Cooperativas

Agrícolas da Reforma Agrária, tendo em conta a sua particular vocação para a produção de produtos estratégicos em que o País é deficitário, bem como o apoio a outras estruturas produtivas do sector privado e o aproveitamento integral e racional dos recursos naturais, sobretudo da água com a utilização plena dos perímetros de rega e a realização do Plano de Rega do Alentejo com a construção do Alqueva.

De acordo com os seus autores, a aplicação da Proposta resultará num acréscimo da produção vegetal superior a mais de 56,5 milhões de contos, num acréscimo do potencial produtivo pecuário equivalente ao triplo dos actuais efectivos, o que

em números atingiria qualquer coisa como cerca de 65 milhões de contos e numa redução em cerca de 28 milhões de contos do actual défice agro-alimentar como consequência da diminuição das importações de trigo (menos 34 por cento), arroz (menos 47 por cento), girassol (menos 84 por cento), milho (menos 45 por cento) e bagaço de soja (menos 51 por cento).

Entre outros impactos previstos há a acrescentar a produção e industrialização de 400 mil toneladas de beterraba sacarina equivalente à produção de 60 mil toneladas de açúcar e ainda criação de mais de 30 mil empregos directos a curto e médio prazo. ■

Seminário Internacional

A realização em Évora no decorrer do próximo ano de um Seminário Internacional sobre a Agricultura no Sul da Europa no quadro da integração comunitária constituiu uma das decisões aprovada pelos delegados à XII Conferência da Reforma Agrária.

Na base desta proposta, segundo os seus promotores, está a consideração de que a CEE nos coloca condicionais e limitações sérias relativamente aos quais a política agrícola nacional pode no entanto, conforme os casos, contribuir para agravar ou atenuar.

A abertura de um largo debate sobre o futuro da agricultura na região que possa concorrer para a formação de um forte movimento de opinião em defesa do desenvolvimento agrícola do Alentejo e Ribatejo constituiu por sua vez outra das propostas aprovada por unanimidade pelos participantes na Conferência que decidiram sugerir ainda um debate público na televisão com o Governo em torno da «Proposta para o Desenvolvimento da Agricultura do Sul do Ribatejo e do Alentejo».



Concelho de Almada

«Cada vez mais bonito mais nosso e mais qualificado»

No passado domingo foi inaugurada a escola primária de Barrocas, na Freguesia do Laranjeiro, Concelho de Almada, mas não foi nessa altura que o excelente e moderno edifício escolar de 12 salas de aula deu sinal de si: dias antes havia já sido objecto de visita especial organizada pela autarquia para apresentação à Comunicação Social quer do novo equipamento agora ao dispor das crianças das Barrocas, quer dum balanço informal sobre o esforço entretanto desenvolvido pelo município de Almada no sentido de apetrechar convenientemente o Concelho para um bom começo do ano escolar. E aqui vai o primeiro dado: a Câmara Municipal de Almada dispendeu, só este ano, qualquer coisa como 260 000 contos para assegurar o bom funcionamento do parque escolar do Concelho. Trata-se, sem dúvida, de um grande esforço financeiro, que ganha particular relevo quando recordamos que o Poder Central continua sem dar as necessárias contrapartidas às autarquias para a construção e conservação de escolas.

O encontro com a Imprensa fez-se no moderno ginásio da nova escola das Barrocas e no quadro de uma visita que integrou eleitos autárquicos técnicos da Câmara e responsáveis escolares do Concelho.

Situada numa ampla plataforma que se debruça, desafogadamente, para os terrenos do futuro parque municipal, a nova escola primária das Barrocas surge, em primeiro lugar, como uma respiração na final da paisagem urbana. Mesmo sem os arranjos exteriores que lhe afeiçoarão os contornos e lhe arborizarão os espaços, o edifício já é uma singularidade para o visitante que ali chega através do labirinto das ruas, percorrendo uma malha urbana que vem da parte velha da cidade e termina em urbanizações mais recentes.

O edifício tem dois pisos, formando dois blocos ligados por uma espécie de «hall» interior: dum lado estão as 12 salas de aula (seis por cada piso) e do outro o ginásio, o refeitório, a cozinha, áreas para professores e pessoal auxiliar e balneários, já preparados para também poderem ser utilizados por associações e colectividades que ainda não possuem ginásio.

No que toca às salas de aula, há que dar nota de excelente racionalização com que foram concebidas; organizadas em núcleos de três (dois no rés-do-chão e os outros exactamente por cima, no primeiro andar) e dispondo cada núcleo de uma outra sala comum para actividades plásticas e balneários, as 12 salas de aula são amplas, confortáveis, elegantes e banhadas de luz. Não é por acaso que esta escola é a única no Concelho com as áreas consideradas correctas pelo Ministério da Educação.

No outro bloco do edifício (ligado ao primeiro, como já dissemos, por uma espécie de «hall» interior, espaço introduzido pelo arquitecto no projecto-tipo inicial para dotar o edifício de uma área de circulação interior) deparamos com o refeitório e o ginásio não apenas contíguos mas prolongando-se um ao outro, numa curiosa solução de continuidade que permitirá, quando necessário, otimizar o vasto espaço comum de que dispõem. É aí que estão as áreas reservadas a professores e pessoal auxiliar, a biblioteca, o gabinete médico e os



Maria Emília, presidente da Câmara Municipal de Almada e de novo candidata pela CDU nas eleições de Dezembro próximo, num momento da sua intervenção nesta visita à escola das Barrocas



Câmara Municipal de Almada. O seu concelho está cada vez mais bonito

balneários do ginásio que, refira-se, já está devidamente equipado. Uma referência ainda para o facto de esta escola estar adaptada para também ser utilizada por deficientes motores.

Quanto ao espaço envolvente, tem áreas de terra e calçadas, parque de jogos e jardins. Um mimo!

Facto consumado

Terminada a visita às instalações e equipamentos (guiada pelo arquitecto Piano, responsável pela obra), os visitantes reuniram-se no ginásio para um encontro com os responsáveis autárquicos e os representantes dos professores.

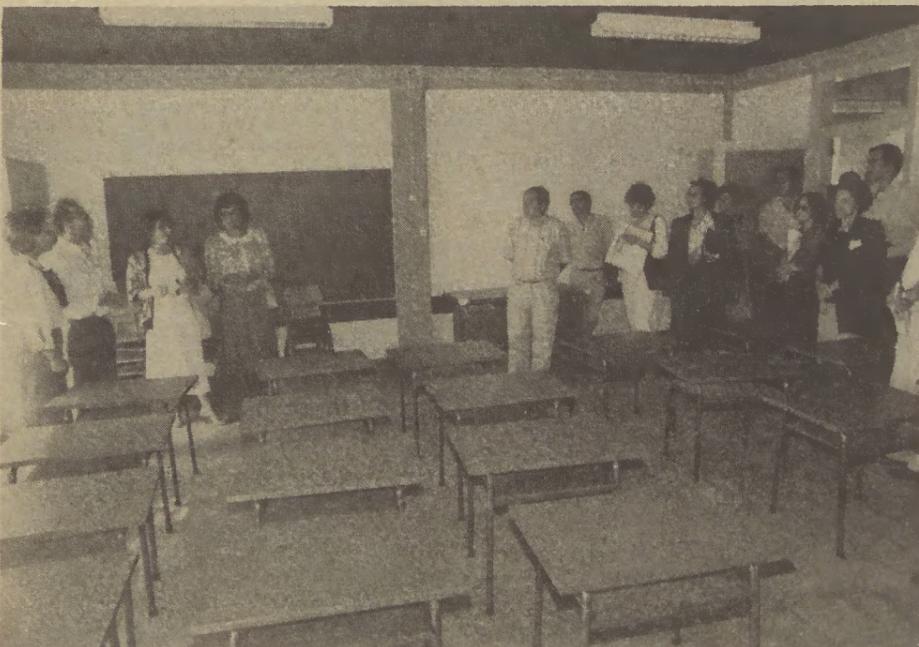
Na mesa estavam Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Roque, directora da nova escola, P. Oleiro,

delegado escolar, Diamantino Silva, presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro, e os vereadores Sérgio Taipas e Henrique Carreiras.

Maria Roqué, directora da nova escola, o professor Oleiro, delegado escolar, e Diamantino Silva, presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro, produziram as primeiras intervenções, todas no sentido de sublinhar a importância e a qualidade do novo equipamento posto à disposição das crianças de Barrocas, bem como o esforço da Câmara Municipal para concretizar a obra. O vereador Sérgio Taipas e a presidente da Câmara, Maria Emília de Sousa, esclareceram depois algumas questões.

Uma delas foi a dos custos da escola da Barroca. Construída no prazo de um ano, nela se gastaram 103 000 contos, constituindo apenas

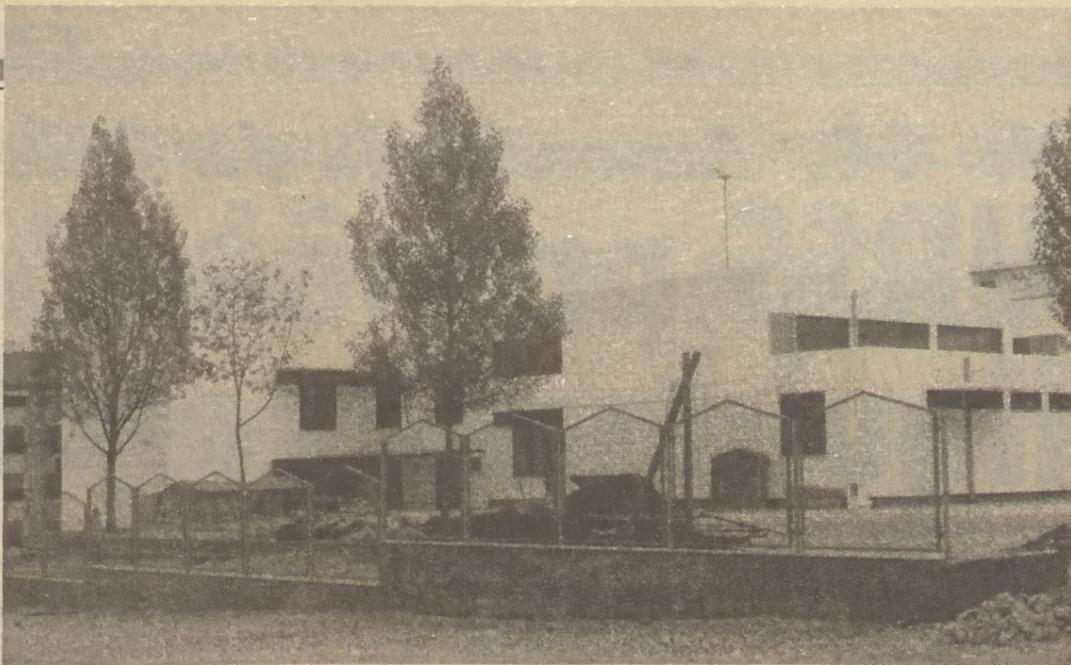
parte do esforço da autarquia no sentido de apetrechar convenientemente o parque escolar do Concelho, o que levou a «uma definição muito rigorosa de descentralização de verbas», como sublinhou o vereador Taipas, que recordou a atitude do Poder Central de deixar de construir escolas desde 1979 (como era da sua responsabilidade), atribuindo mais tarde (1984) às autarquias essa competência, sem contudo descentralizar verbas para o efeito. À semelhança do que aconteceu na generalidade dos municípios do País, a Câmara Municipal de Almada tomou posição contra tal imposição, mas a necessidade de evitar a rotura acabou por impor à autarquia a construção de novos edifícios e a conservação dos existentes como um facto consumado.



Uma das 12 salas de aula da novíssima escola das Barrocas



Este átrio foi acrescentado ao projecto-tipo inicial, dividindo o edifício em dois blocos servidos por uma zona de circulação interior comum



A escola das Barrocas, num registo da própria Câmara tempos antes da sua inauguração

Por isso o esforço da autarquia não se ficou pela construção da agora inaugurada escola das Barrocas: nos Capuchos, um pavilhão com duas salas de aula no valor de 4600 contos veio libertar, com benefício para as crianças, as salas do convento para sede do Museu Municipal; dois novos pavilhões na Sobreda vieram substituir a antiga escola, completamente inadequada à actividade escolar, envolvendo um investimento de 4500 contos a que há a somar a verba dispendida nas obras do espaço envolvente, na construção de acessos (esquecidos pelo Poder Central ao localizar ali uma escola) e na substituição da vedação. Outra das prioridades da Câmara foi remodelar os espaços envolventes e conservar as escolas construídas pelo Poder Central no Concelho, além de apetrechar outras com vários tipos de equipamentos de que careciam. Para se fazer uma ideia dos investimentos necessários para estas acções, importa saber que a Câmara de Almada dispendeu cerca de 10 000 contos este ano só para pintura e outras obras de conservação em escolas do Ensino Básico...

Ordenar e desenvolver

«Estamos já no caminho do desenvolvimento integrado», considerou a presidente da Câmara, Maria Emília de Sousa, que enquadrou a questão do esforço para o bom funcionamento do parque escolar na intensa intervenção sociocultural desenvolvida pelo município. O relacionamento da escola com a vida e a resolução das grandes assimetrias ainda existentes no Concelho na área escolar são objectivos centrais da autarquia; o levantamento rigoroso dessas assimetrias e o estudo aturado das necessidades permite que «a um prazo de 30 anos saibamos exactamente do que precisamos», sublinhou Maria Emília, que considerou, a propósito, ser o Poder Local quem de facto está em con-

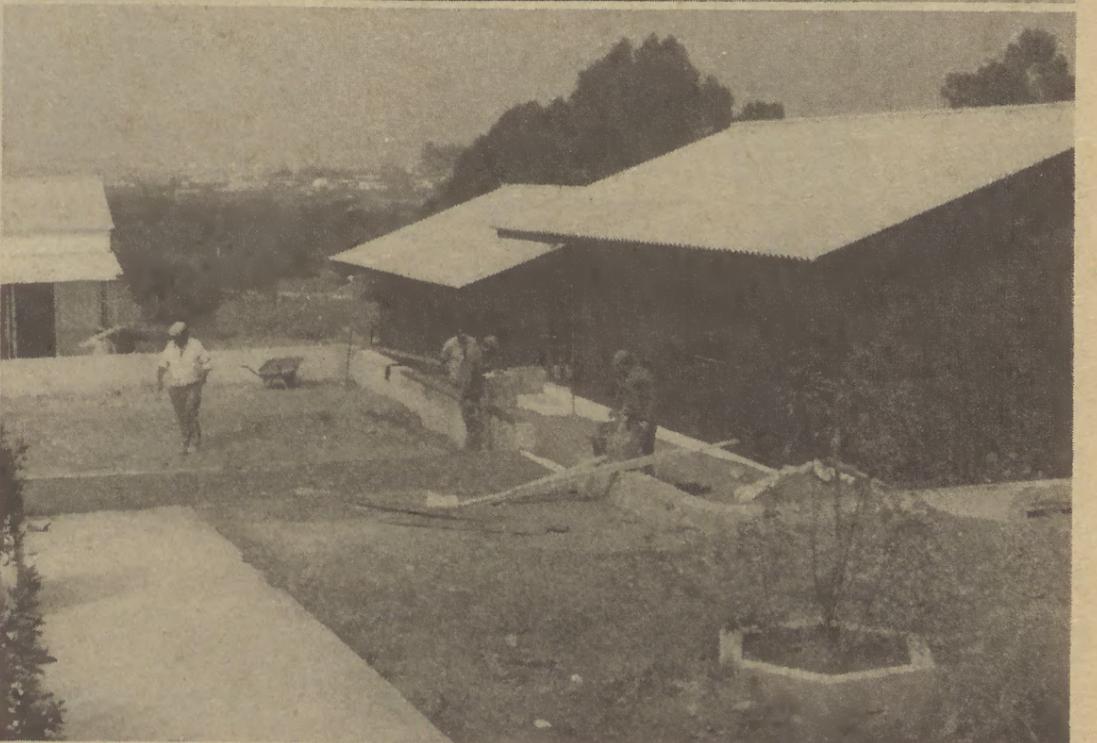
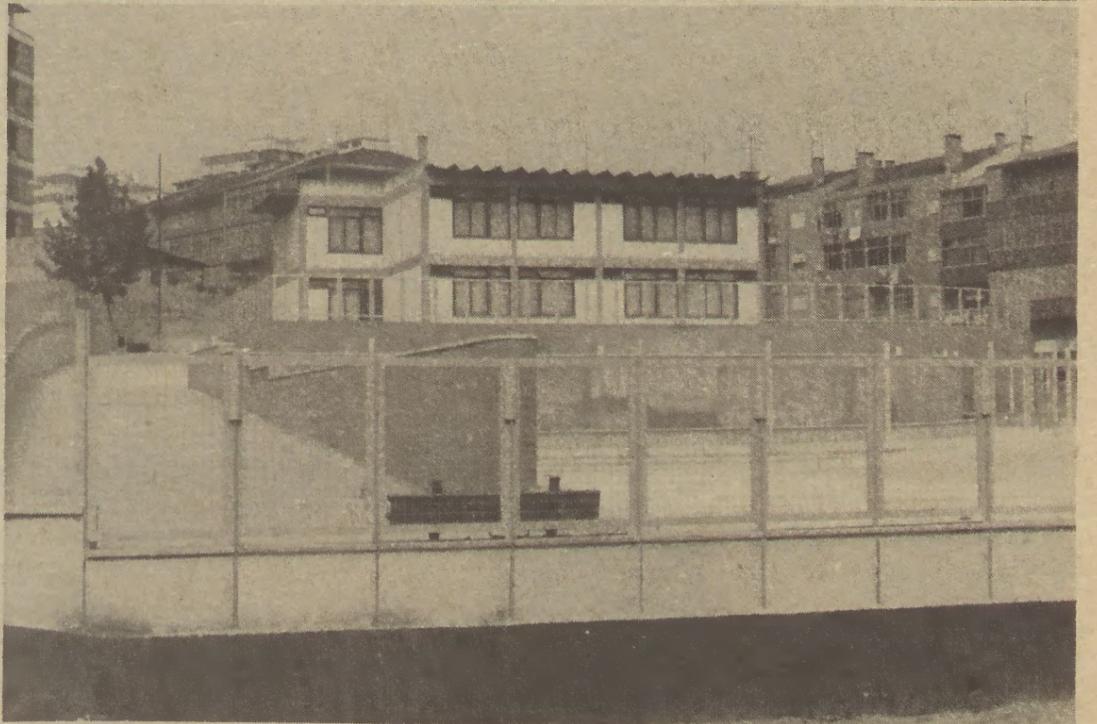
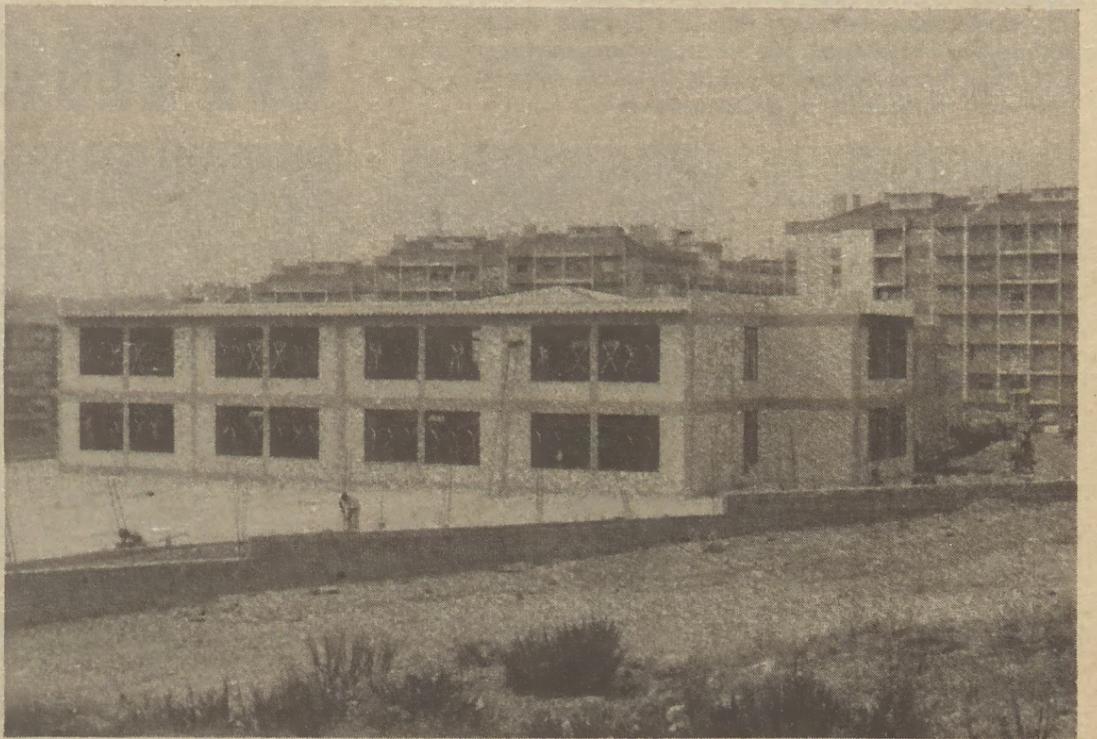
Escola N.º 3 do Laranjeiro, outro edifício construído pela edilidade para permitir um início de ano lectivo adequado

dições de melhor conhecer os problemas das populações, sendo os municípios muito sensíveis aos problemas da infância, juventude, ensino, etc, como bem se comprova pela atitude concertada de **todas as Câmaras do País** no sentido de se obter do Poder Central as verbas necessárias para a construção de escolas. O que levanta, de novo, a importância e a urgência da regionalização.

No tocante à relação escola-vida, «há que trazer a escola para fora e levar a comunidade para dentro» (como considerou o vereador Taipas), questão que tem merecido o empenho e a atenção da autarquia, como assinalamos em «caixa».

A presidente da Câmara Municipal de Almada recordou também, ainda que brevemente, que «estamos a tocar todas as áreas de desenvolvimento do Concelho», quer se fale de questões ambientais, do Plano Director Municipal, do Plano Integrado de Desenvolvimento do distrito de Setúbal, da criação do Parque de Ciência e Tecnologia ou das facilidades concedidas à instalação industrial, só para dar alguns exemplos maiores. São problemas vastos e complexos num Concelho que herdou, como outros nas proximidades de Lisboa, explosões urbanísticas desordenadas e uma extraordinária pressão populacional: Ordenar e desenvolver o Concelho é o objectivo perseguido pela Câmara. Por isso, segundo a expressão da sua presidente, «o Concelho de Almada é cada vez mais bonito, mais nosso e mais qualificado» ■

Escola N.º 5 de Almada (Caranguejais)



Pavilhões da Escola de Sobreda, que orçaram em mais de 4000 contos

A escola e o meio

Para além de todo o trabalho desenvolvido a nível da construção, remodelação e conservação das escolas, uma outra preocupação está presente no quotidiano da Câmara Municipal de Almada: a relação Escola/Meio. Neste sentido têm sido desenvolvidas várias iniciativas com as escolas: o Festival da Árvore, comemorando o Dia Mundial da Árvore, a Festa das Escolas, com exposições e espectáculos feitos pelos alunos para os alunos, um ponto de convívio que se estende a toda a população, o Dia Mundial da Criança, entre outras iniciativas.

Todos os anos a autarquia tem a preocupação de receber os novos professores que vão trabalhar para o concelho, com eles organiza visitas guiadas aos locais mais significativos na área do património, da indústria ou reservas naturais, facilitando a sua aproximação ao concelho.

Levar a música e o desporto às escolas é uma experiência adquirida, que está já a dar os seus frutos; em curso está o projecto «Musicalmente», um Seminário sobre Educação Musical nos fins do séc. XX, para professores, está agora a acontecer na Junta de Freguesia de Almada e vai prolongar-se em aulas práticas nas escolas cujas professoras nisso estejam interessadas. O projecto «Música em Diálogo» vai também levar os «Concertos para Jovens» a colectividades espalhadas pelo concelho.

Experiências na área do desporto estão também a ser levadas a cabo pelo Sector do Desporto da Câmara Municipal, com técnicos e meios ao dispor das escolas num esforço para promover o desporto junto das camadas mais jovens da população, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, com mais saúde.

Na 44.ª Assembleia da ONU URSS propõe liquidação total das armas químicas

A destruição global das armas químicas, como uma prioridade no domínio do desarmamento — surge agora reforçada com a posição assumida pela União Soviética, quer através da intervenção de Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, na ONU, quer nos recentes encontros Baker-Chevardnadze, em Jackson Hole, nos Estados Unidos. Afirmarões e encontros, que aliás simultaneamente enformam uma nova redinamização, por parte da URSS, dos vários caminhos e processos de desarmamento.



Em Nova York, na sua intervenção nestes primeiros dias da 44.ª Assembleia Geral da ONU, Chevardnadze afirmou estar a União Soviética pronta, «antes da conclusão de um tratado multilateral, a cessar a produção de armas químicas — o que já fizemos em relação às armas binárias —, a renunciar ao uso de armas químicas em todas as circunstâncias, a instituir verificações rigorosas sobre o fim da produção de agentes químicos destinados a armamentos.»

Da parte dos Estados Unidos não é o mesmo — manifestamente — o empenhamento. Bush fala, não de eliminação deste tipo de armas, mas da sua redução em 80%. Não há ainda declarações precisas no que respeita à paragem do fabrico, que Washington afirma ligar à adesão à convenção de todo e qualquer país que se considere capacitado para se dedicar a tal produção (e note-se que produtos destinados a armas químicas podem ser produzidos na indústria química civil). De qualquer forma, ainda em Jackson Hole, foi possível assinar uma declaração comum prevendo trocas de inspeção nas unidades de produção e de armazenamento dos dois países — memorando destinado a acelerar a adopção de uma convenção de interdição do fabrico de armas químicas. A própria reacção norte-americana ao discurso de Chevardnadze nas Nações Unidas, reflecte um quadro internacional e uma consciência colectiva, favoráveis a avanços no processo de desarmamento e no mínimo hostis a quaisquer afirmações ou práticas dos tempos da guerra-fria. Muito embora não se regista ainda uma viragem na cena política internacional.

E assim, o comentário da Casa Branca, refere «diferenças» entre as apreciações e posições dos dois países, para salientar entretanto que «estas diferenças não são hoje o importante. O importante é que os dois países decidiram começar a agir». E ainda — «parece que todos queremos chegar ao nível zero e eliminar as armas químicas. O ritmo em que isso será feito deverá ser estudado».

Uma política cheia de ambiguidades, sem dúvida, mas que não pode ignorar nem as realidades da nossa época, nem a exigência dos povos, nem a dinâmica da política de paz soviética. ■

Armas químicas, no limiar do absurdo

Cada vez mais «qualidade»

«O particular perigo que hoje representam as armas químicas — destaca-se no informe do secretário-geral da ONU sobre armas químicas e bacteriológicas e as consequências da sua eventual utilização, publicado em 1969 — deve-se à existência de combinações muito mais tóxicas que as que se conheciam há 50 anos atrás. O emprego de tais armas, dado o seu nível de desenvolvimento e envergadura, **poderia provocar baixas superiores a todas as que pode ocasionar uma guerra com armas convencionais**».

Isto foi afirmado há 20 anos. E naturalmente nada perdeu da sua actualidade. Pelo contrário. Bem se sabe que no domínio das armas os «progressos» são particularmente rápidos, e a concentração de capacidade de investigação, investimentos, a rápida passagem das descobertas científicas à prática tecnológica desproporcionadamente superiores em relação à ciência e à técnica no domínio civil.

Hoje, as armas químicas, bem diversificadas e «adaptadas» a todas as circunstâncias e meios, são uma verdadeira «bomba de neutrões» (matam os seres vivos sem provocar destruições nos edifícios e outras

construções). Uma «bomba de neutrões» barata.

Razões de sobra para acelerar o processo da sua liquidação. Naturalmente em simultâneo com os outros tipos de armas.

A capacidade de matar

Da capacidade de matar da arma química — justamente considerada hoje arma de extermínio em massa — fala-nos um pequeno exemplo.

Um quilograma de VX (um agressivo altamente tóxico, que os EUA começaram a produzir nas décadas de 50 e 60) é capaz de matar quase 4 milhões de pessoas.

Em fins dos anos 60, só os Estados Unidos tinham já reservas suficientes de armas químicas para exterminar várias vezes a humanidade.

As armas químicas são especialmente perigosas para a população civil. Segundo cálculos de especialistas na matéria, as armas químicas

são capazes de exterminar 20 a 30 vezes mais habitantes que soldados em campo de batalha. Em caso de ataque de surpresa a uma cidade com 80 mil habitantes, as estimativas apontam para que 40 mil ficariam afectados, e, desses, metade morreria.

Acréscimo que os efeitos sobre a natureza são particularmente destruidores e duráveis. Florestas vietnamitas destruídas por armas químicas americanas durante a guerra só daqui a um século deverão voltar ao seu estado original.

História

A utilização de armas químicas tem já uma longa e dramática história.

Foi pela primeira vez empregue em grande escala na primeira guerra mundial. Em 22 de Abril de 1915, as tropas do Kaiser da Alemanha lançaram sobre as tropas francesas uma nuvem de cloro. 15 mil soldados franceses ficaram afectados. Cinco mil morreram. Na primeira guerra mundial os agressivos químicos afectaram 1,3 milhões de pessoas, das quais mais de 100 mil morreram.

Este primeiro passo na morte química em grande escala é entretanto «insignificante», se comparado às actuais capacidades tóxicas dessas armas. Nos anos 60, o agressivo químico tipo VX era dez mil vezes mais «eficaz» do que os venenos mais utilizados na primeira guerra mundial. E a «toxina de botulismo» de que hoje dispõe o exército norte-americano é mil vezes mais «eficiente» do que o VX.

Para além da «eficácia», há a variedade. São de diferentes tipos as armas químicas hoje existentes. Pelo tipo da sua influência sobre o organismo humano dividem-se em nervosas, vesicantes, asfixiantes, tóxicas, lacrimogéneas e psicoquímicas. As mais nocivas e perigosas são os agressivos nervosos que penetram no organismo humano através da pele e dos órgãos respiratórios. Exercem uma pernicioso influência no sistema nervoso, deterioram as funções vitais do organismo e paralisam o sistema muscular. A paralisção dos órgãos respiratórios provoca a morte.

Do Vietnam a Bhopal

Dois milhões de vietnamitas mortos é o saldo da guerra química dos EUA no Vietnam (utilização em massa de desfolhantes). Dois milhões a que teremos que somar os muitos vivos afectados e as terríveis consequências genéticas, com o nascimento de múltiplas crianças terrivelmente deformadas.

Já depois, a guerra química continuou a ser realidade, em particular na guerra Irão-Iraque.

Um facto bem recente dá-nos a dimensão dos perigos que as armas químicas comportam.

Em Novembro de 1984, na cidade de Bhopal, na Índia, uma fuga de uma substância química altamente tóxica, numa fábrica da multinacional norte-americana «Union Carbide», provocou a morte de mais de 2 mil pessoas e dezenas de milhares ficaram gravemente intoxicadas — com repercussões para o futuro que na prática se desconhece.

Naturalmente que a tragédia de Bhopal tem a ver com a lógica exclusiva do lucro, a falta de interesse e preocupação pelas vidas humanas, a exportação de indústrias perigosas para o terceiro-mundo.

Tem a ver também com as grandes exigências que a própria indústria moderna comporta.

Mas para além de tudo isso, é um exemplo claro do que seriam (ou são) as consequências de uma deliberada utilização de substâncias químicas para matar gente.

No limiar do absurdo — que se manifesta de forma particular quando é de armas nucleares que se trata — a única via possível é travar tal processo suicida.

E encetar os caminhos da vida, que são os caminhos do desarmamento. ■





Resolver tudo

Independentemente — ou talvez não — das campanhas de promoção de alguns filmes, através das quais não ficamos apenas a saber das suas qualidades intrínsecas, se as houver ou mesmo quando as não há, mas também da vida do autor, dos seus casamentos e descasamentos, dos custos de produção e de algum anedotário, há filmes que parecem desde logo fadados para subirem aos «tops» e caírem no gotto de miúdos e graúdos.

Agora está aí o **Batman**. Um jornal diário entrevistou um punhado de crianças. Que disseram das suas esperanças depositadas no Batman. Que gostam dele porque resolve tudo. Um fantasma empenhado na luta contra o mal e os males diversos.

Há adultos, ao que parece, dispostos a embarcar na ilusão.

E sobretudo muitos outros dispostos a fazerem os outros embarcar nisso. E alguns candidatos a Batman.

Não estamos desta vez a falar de Marcelo Rebelo de Sousa, um «batmanzinho» à

medida da aldeia que, acredita ele, Lisboa seria. Falamos de Cavaco. O tal sem dúvidas. Que resolve tudo. Inflação, desemprego e etc. Até há quem o acredite. Mas é tudo fita...

Amizades

Em texto não assinado, o «Independente» de 29 de Setembro, na sua última página, dizia assim: «**A República da África do Sul é um país amigo, tanto no passado como no presente (...)** É um país cujo desenvolvimento é um exemplo para todo o continente africano. Merece ser tratado com um pouco mais de respeito e compreensão. Sobretudo por Portugal...». Umas linhas atrás, o destacado artigo do «Independente» já deixava escapar um dramático protesto: «**Portugal, quando se trata de criticar e ostracizar a África do Sul, segue fielmente o rebanho internacional...**»

Com amizades destas, com elogios deste calibre ao país do *apartheid* e do terror contra a maioria negra, com ofensas indirectas à ONU e a

Pontos Cardeais



outras instâncias da comunidade internacional, o semanário de Miguel Esteves Cardoso e de Paulo Portas não estará, possivelmente, longe de vir a «mostrar» que, afinal, o Chile de Pinochet não é nada do que para aí dizem... e que Lisboa até se deveria orgulhar de receber por cá o carneiro-chefe da Junta Militar...

Maçãs

E ainda a propósito da África do Sul e das amizades do **Independente**, quem não vai contar com a simpatia daquele semanário são os agricultores da zona Oeste, que no domingo, a partir do Bombarral, vão dirigir-se para Lisboa, utilizando tractores e máquinas agrícolas. Recorde-se que no passado mês de Julho os agricultores destruíram e despejaram na Estrada Nacional n.º 8, interrompendo a via, cerca de 110 toneladas de maçãs (desnecessariamente) importadas da África do Sul... um «país amigo», ainda por cima!

E prestava?

A política — deles — é assim. Quando alguém deixa de servir é porque já não presta. E, se não presta, nunca prestou. Parece que esta é a lição a tirar da desgraça de Abecasis, que caiu da empena para baixo — ou para cima?

O CDS já não o quer. Freitas «esmagou-o», no dizer de alguns jornais.

O PSD também já o não queria. No dizer, pelo menos, de Marcelo, o seu afilhado. Nesta política — a deles — não é de admirar. Já César se queixaria da traição se lhe tivessem dado tempo. Mas reza a crónica que apenas lhe deixaram balbucinar mais uma frase célebre, aquela do «Também tu, Brutus?»... Claro que Abecasis não é César. Apesar de andar ainda por aí afirmando que um milhão de lisboetas correm atrás de si. Só se for para lhe pedirem contas.

Porque os lisboetas — a maioria — sabem que não é de agora a sua falta de préstimo.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Estão a ver

Um nome badalado
fez de ouro o seu caminho.
Entrevistado
no país vizinho
disse, cheio de acções e dinheiro,
(chorudo banqueirante!)
disse que o patriotismo
em negócios não é cousa importante...

Estão a ver, não estão?
É tudo «a bem da Nação»...

A «cassete» deles...

À sombra do poder
o escândalo acontece.
A aranha tece, tece,
o que é que uma aranha há-de fazer...

Caem as frutas podres dos seus ramos
e depois, afinal,
a verdade é que estamos
na época do audiovisual...

A herança de

Uns foram buscar o Sousa
com o amén de Abecasis.
Diz este, após feita a cousa,
que não foi assim que quis...

O Freitas dará uns murros
manda o Abecasis calar
e este grita, em ais e urros,
que tem muito pra contar...

Chateado, bate com a porta
e o Horta, vendo o que vai,
declara que não se importa
mas que lá sair, não sai...

Abecasis não repousa
novo ataque amadurece
e a todos mostra que o Sousa
brinca com o CDS...

Há banzé na chafarica
tramóias, ódios, chalaça
enquanto o Sousa pratica
para ser chofer de praça...

O Krus não entende a cousa
denso fantasma entre as talas.
Para fazer jeito ao Sousa
devia fazer as malas...

Mas não. E sopra a fogueira.
Aux flambeaux segue a dança
e por mais que o Sousa queira
não se livra da herança...

Fábula

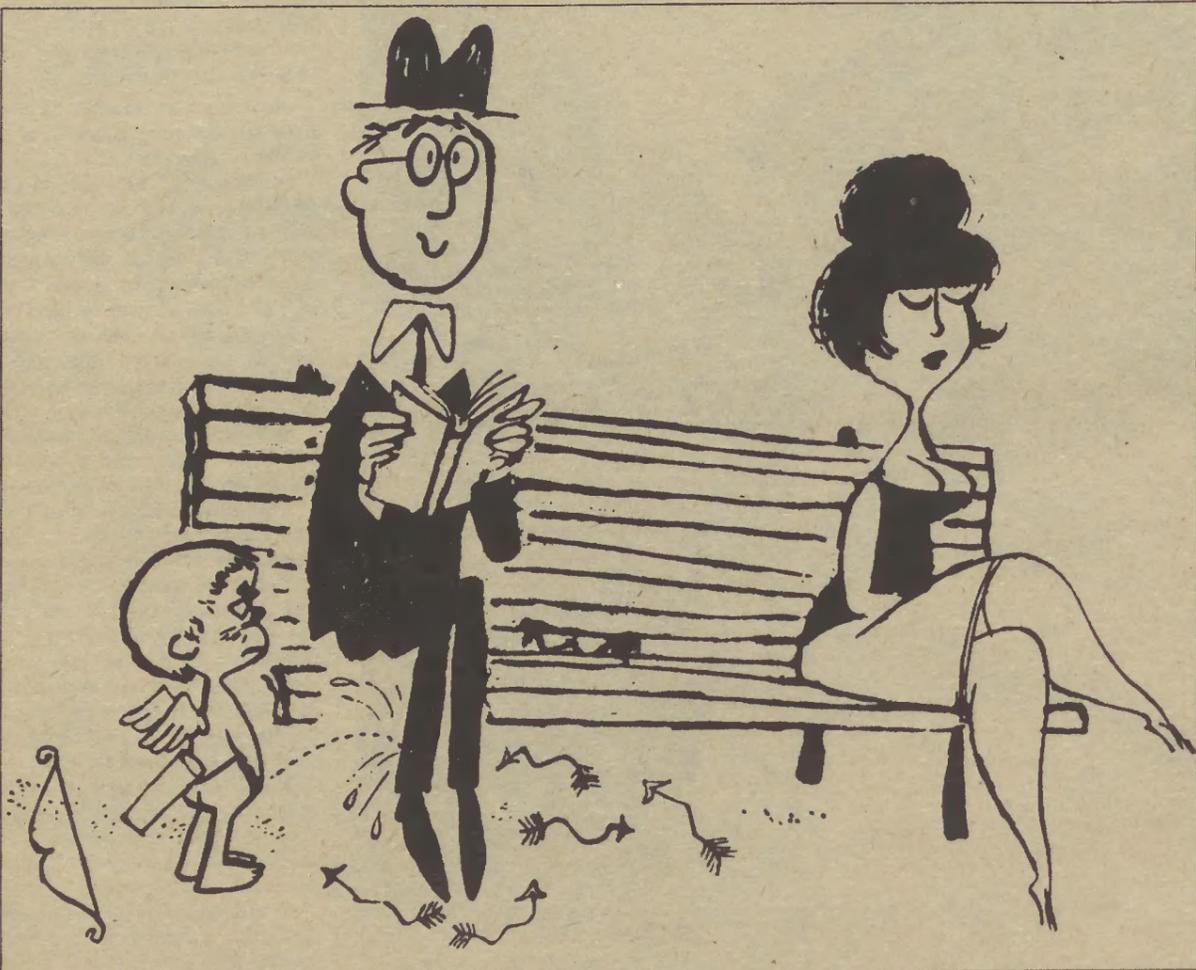
Vendo o lobo
Num arroubo
inteligente
que ser lobo incomoda muita gente
vestiu cores berrantes
pôs mais zarcão e carregou no traço.
Após breves instantes
já não era mais lobo: era palhaço...

Desceu da serra nua
com os seus fingimentos de alegria.
Passeou na rua.
O povo ria...

Um Fiel sabido coça a carapuça
e diz para os seus iguais:
Olhem bem, olhem bem para a dentuça...

E já ninguém riu mais.

As fábulas têm sempre uma lição
e esta, garanto eu, não é uma excepção.



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 823

4 de Outubro e 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Domingo, em Lisboa

Encontro Nacional do PCP sobre eleições autárquicas



Com início às 10 horas, realiza-se no próximo domingo, dia 8 de Outubro, no Hotel Altis (Rua Castilho, 11), em Lisboa, o Encontro Nacional do Partido sobre eleições autárquicas.

Para as 17.30 — informou o Gabinete de Imprensa do PCP está prevista uma intervenção do secretário-geral do Partido.

No Encontro — cujos trabalhos são abertos à comunicação social — participarão cerca de 700 camaradas (dirigentes, eleitos nos órgãos autárquicos e candidatos às próximas eleições, especialistas em vários domínios da intervenção autárquica).

No Encontro serão debatidas questões como a formação de listas, a política de alianças, a intervenção (e a campanha eleitoral) do PCP no quadro da CDU — Coligação Democrática Unitária e das outras coligações em que participa.

Quarta

• COIMBRA

Reuniões para preparação das eleições autárquicas em **Ribeira de Frades, Santa Cruz** (CT da rua da Sofia), e **Santa Clara**, todas com início às 21.30.

Quinta

• CASCAIS

Debate público da Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) às 14.30, na colectividade 1.º de Maio, em Tires, sobre bairros ilegais no concelho de Cascais.

• MONTIJO

Porta-a-porta, durante todo o dia, no Montijo e em Sarilhos Grandes.

Sexta

• AVEIRO

Plenário de militantes no concelho, para discutir as eleições autárquicas e a intervenção do Partido. No CT de Aveiro, a partir das 21.30, com a participação de **Sérgio Teixeira**, suplente da Comissão Política do CC.

• COIMBRA

Reuniões para preparação das eleições

autárquicas em **Souselas e Antuzede**, ambas com início às 21.30.

• LISBOA

Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia de **Alcântara**, a partir das 21.30, com a participação de **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP.

Sábado

• ALCABIDECHE

Plenário de militantes na freguesia, às 16.30, no CT de Alcabideche.

Domingo

• LISBOA

Encontro Nacional do PCP sobre eleições autárquicas. A partir das 10 horas, no hotel Altis (rua Castilho, 11), com a participação de **Álvaro Cunhal**.

• MONTIJO

Convívio da CDU (PCP-PEV) a partir das 21 horas, em Jardim, no café Miranda.

• S. DOMINGOS DE RANA

Plenário de militantes na freguesia, às 21.30, no CT de Tires.

MANUEL TIAGO

até amanhã, camaradas

5.ª edição



A humanidade profunda na austeridade de quem entrega a sua vida à causa da libertação de um povo merece todo o fluir da narração, as reacções de muitas das figuras. Se é certo que o campo e os camponeses pobres e explorados, os pinhais de névoa, a desconfiança dos humildes, a bravura dos operários nas suas greves aqui aparecem, o tema central é a vida do Partido, as ligações, as casas de apoio, os contactos e precauções; por fim à prisão, a tortura, a morte. No presente um romance histórico, a diversos títulos: como obra de arte que é; como testemunho de alcance sociológico e político; como exercício moral (não confundir com moralizante, no estrito sentido apologético). Em resumo, um grande livro, inesperado e onde os sentimentos mais fortes e puros do homem encontram a simplicidade e o rigor transparente da expressão.

Urbano Tavares Rodrigues

41.001/366 pp./1100\$00

COLEÇÃO "RESISTÊNCIA"

edições
Avante!

CDU a distribuição

TÍTULO DE COMPARTICIPAÇÃO

N.º _____ Série A

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, com sede na Rua Soeiro
Perreira Gomes, em Lisboa, outorga a _____

o presente Título pela sua oferta de

Esc. 1000\$00

(Mil escudos)

destinada à aquisição pelo PCP do terreno para a Festa de

O Secretário



Em todas as organizações do Partido — e, concretamente, nos Centros de Trabalho — estão ao dispor (e à espera!) dos camaradas e amigos os **Títulos de Comparticipação** da campanha dos 150 000 contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Se quiserem contribuir de outro modo, também poderão utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

TV Programa

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga (49.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Colt em Acção (16.º epis.)
- 14.15 - Chuva na Areia (25.º e 26.º epis.)
- 15.10 - Sociedade Protectora das Aves (8.º epis.)
- 15.45 - Ponto por ponto
- 16.40 - Hospital Central (13.º epis.)
- 17.25 - Brinca brincando
- 18.20 - Guilherme Tell
- 18.50 - Jogo de Cartas (10.ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.15 - Sassaricando (141.º epis.)
- 21.05 - Vamos jogar no totobola
- 21.25 - Lotação esgotada: Curta metragem de desenhos animados «Sete Dias em Maio»
- 23.35 - 24 horas
- 00.05 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (317.º epis.)
- 15.25 - Agora, escolha
- 16.55 - Os Campbells (3.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.50 - Sinhá Moça (160.º epis.)
- 18.30 - Aventura da Vida (3.º epis.)
- 19.30 - Especial Desporto - Rugby, França-«Lions» Britânicos
- 21.30 - Jornal das Nove
- 22.05 - Dona Beija (3.º epis.)
- 23.35 - O Som da Surpresa

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga (50.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Feriados Nacionais, 5 de Outubro - Implantação da República
- 13.45 - Um Anjo na Terra (13.º epis.)
- 14.30 - Chuva na Areia (27.º e 28.º epis.)
- 15.35 - Sociedade Protectora das Aves (9.º epis.)
- 16.05 - Ponto por Ponto
- 17.00 - Hospital Central (14.º epis.)
- 17.55 - Brinca Brincando
- 18.35 - Guilherme Tell (14.º epis.)
- 18.55 - Jogo de Cartas (concurso, 11.ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando (142.º epis.)
- 21.05 - Onasis
- 22.00 - Presidentes da República Portuguesa
- 23.00 - 24 Horas
- 23.35 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (318.º epis.)
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.30 - Especial Râguebi - Torneio Internacional de Lisboa
- 18.00 - Sinhá Moça (160.º epis.)
- 18.40 - A Guerra de Katrine (6.º epis.)
- 19.35 - O Reverso da Medalha (7.º epis.)
- 20.30 - Magazine Musical
- 20.45 - Obras Primas da Pintura
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (127.º epis.)
- 22.00 - Sinais do Tempo
- 23.00 - Hitchcock Apresenta... (35.º epis.)

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga (17.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (17.º epis.)
- 14.15 - Chuva na Areia (29.º e 30.º epis.)
- 15.10 - Sociedade Protectora das Aves 10.º epis.)
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.40 - Hospital Central (15.º epis.)
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Guilherme Tell (15.º epis.)
- 18.50 - Espectacular Records Guinness
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando (143.º epis.)
- 21.05 - Nova Missão Impossível (3.º epis.)
- 22.05 - Telemundo
- 22.35 - Chefe, mas pouco (12.º epis.)
- 23.05 - 24 Horas
- 23.35 - Remate



23.45 - Pela Noite Dentro - «O Espelho Retrovisor»

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - 3, 2, 1 Contact (3.º epis.)
- 17.25 - Trinta Minutos Com...
- 17.55 - Sinhá Moça (162.º epis.)
- 18.35 - Haja música
- 19.30 - O Reverso da Medalha (8.º epis.)
- 20.30 - As Cidades e as Terras
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Um Golpe Bem à Inglesa (3.º e últ. epis.)

- 22.25 - Acerto de Contas
- 23.00 - A Era Nuclear (3.º epis.)
- 24.00 - Rotações

Sábado

RTP1

- 9.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Retratos Sinfónicos (3.º prog.)
- 13.00 - Notícias



- 13.10 - Oito e Basta! (3.º epis.)
- 14.05 - Parlamento
- 14.30 - Crime, Disse Ela (15.º epis.)
- 15.30 - Cousteau - a redescoberta do planeta (3.º epis.)
- 16.30 - Sessão da Tarde - «Espumante de Cieneto»
- 18.00 - Vivamúsica
- 18.45 - O ser e o não ser (3.º epis.)
- 19.15 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.15 - Boletim meteorológico



- 21.30 - Fados («A Última Viagem», de Jaime Campos)
- 22.40 - Pisca, pisca (3.º programa)
- 23.35 - Cinema da meia-noite: «A Primavera em Roma de Mrs. Stone»

RTP2

- 9.00 - Via rápida
- 10.00 - TV 101 (3.º epis.)
- 10.50 - A aventura do impossível (4.º epis.)
- 12.00 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Music Box Especial
- 20.10 - Fanny e Alexandre (3.º epis.)
- 21.15 - Estádio

Domingo

RTP1

- 9.00 - Juventude e Família
- 10.15 - TV Rural
- 10.45 - 70x7
- 11.15 - Missa
- 12.00 - Juventude e Família
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Tigres e Elefantes da Índia (2.º epis.)



- 14.05 - Shane
- 16.05 - Primeira Matinée - «Onde Fica a Guerra»
- 17.45 - Ricardino e Marta (3.º epis.)
- 18.50 - McGyver
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Querido John (3.º epis.)
- 21.05 - Depois da Guerra
- 22.05 - Domingo Desportivo

RTP2

- 9.00 - Music Box especial
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Veterinário da Província (5.º epis.)
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Sobrevivência (6.º epis.)
- 17.55 - Quem Sai Aos Seus (13.º epis.)
- 18.20 - Imagem e Imagens
- 18.45 - Café Central (3.º prog.)
- 19.45 - Os Trintões (3.º epis.)
- 20.45 - Artes e Letras: «Forever James Dean
- 21.50 - Cineclub «Fúria de Viver»

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.35 - Sociedade Protectora das Aves
- 15.15 - Ponto por Ponto
- 16.45 - Hospital Central
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Guilherme Tell
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Magnata - a história de uma mulher (4.º epis.)
- 23.05 - 24 Horas
- 23.35 - Remate

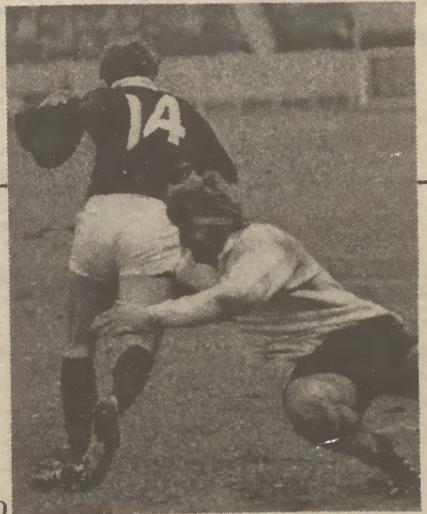
RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Os Cinco
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Sinhá Moça
- 18.40 - A Menina Perfeita (telefilme)
- 19.30 - O Reverso da Medalha
- 20.30 - A Ilha do Tesouro
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Ópera: «Tarare»

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Amor com Amor se Paga
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Chuva na Areia
- 15.15 - Sociedade Protectora das Aves
- 15.45 - Ponto por Ponto
- 16.45 - Hospital Central
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - Guilherme Tell
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.10 - Descobrir os Descobrimientos
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Primeira Página



Desporto

- Especial Râguebi - Torneio Internacional de Lisboa - RTP-2, 5.ª, 16.30
- Remate - RTP-1, 5.ª (23.30), 6.ª (23.35), 2.ª (23.35), 3.ª (23.35) e 4.ª (23.40).
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 24.00
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.15
- Troféu - RTP-2, dom. 10.00 e 15.00
- Domingo desportivo - RTP-1, 22.05

Filmes

- «O Espelho Retrovisor», real. Lou Antonio (EUA/1984, 96 min.) - 6.ª, 23.45, RTP-1
- «Espumante de Cieneto», real. Robert Lewis (EUA/1983, 96 min.) - sáb., 16.30, RTP-1
- «A Primavera em Roma de Mrs. Stone», real. José Quiteria (Grã-Bretanha/1961, 100 min.) - sáb., 16.30, RTP-1
- «Shane», real. George Stevens (EUA/1953, 118 min.) - dom., 14.05, RTP-1
- «Onde Fica a Guerra», real. Jerry Lewis (EUA/1970, 93 min.) - dom., 16.05, RTP-1
- «Fúria de Viver», real. Nicholas Ray (EUA/1955, 106 min.) - dom. 21.50, RTP-2
- «Malpertuis», real. Harry Krümel (Bélgica-França/1971, 120 min.)
- «Amantes», real. John Cassavetes (EUA/1984, 135 min.) - 4.ª, 21.20, RTP-1

Música

- Quinta
- 20.30, RTP-2: Magazine Musical
- Sexta
- 18.35, RTP-2: Haja música
- Sábado
- 12.00, RTP-1 Retratos Sinfónicos
- 16.00, RTP-2: Music Box Especial
- 18.00, RTP-1: Vivamúsica
- Domingo
- 09.00, RTP-2: Music Box Especial
- Segunda
- 21.30, RTP-1: Tarare (ópera)
- Terça
- 19.00, RTP-2 Music Box «Via Rápida»
- Quarta
- 22.00, RTP-2: O Som da surpresa

- 22.05 - Crónica do Crime
- 23.05 - 24 horas
- 23.35 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora escolha
- 16.55 - Os Filhos dos Filinstones
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Sinhá Moça
- 19.00 - Music Box «Via rápida»
- 19.30 - O Reverso da Medalha
- 20.30 - Cinemazine
- 21.00 - Jornal das nove
- 21.30 - Cinemadols: «Malpertuis», real. Harry Krümel (Bélgica-França/1971, 120 min.)

- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.10 - Descobrir os Descobrimientos
- 20.15 - Sassaricando
- 21.05 - Vamos jogar no Totobola
- 21.20 - Lotação esgotada: «Amantes», real. John Cassavetes (EUA/1984, 135 min.)
- 23.10 - 24 horas
- 23.40 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, escolha
- 16.55 - Os Campbells
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Sinhá Moça
- 19.00 - A Aventura da Vida
- 19.30 - O Reverso da Medalha
- 20.30 - Lusitânia Expresso
- 21.00 - Jornal das Nove



21.30 - Dona Beija

22.00 - Som da surpresa

Teatro

LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24, De 3.ª a dom., às 22.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, de Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala 1-De 3.ª a dom., às 21.30. **Como É Diferente o Amor em Portugal**, de Fernando Gomes a partir de Júlio Dantas, enc. Fernando Gomes (até 30/9). **Calé-Teatro**, 6.ª e sáb. às 23.30. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Fundação Gulbenkian - Sala Polivalen-

te, Rua Nicolau Bettencourt, Dias 28, 29 e 30 às 21.30, dias 1 e 3 às 15.00, dia 4 às 15 e 21.30. **A Ilha do Oriente**, de Mário Cláudio, dir. de Filipe La Féria (até 8/10).

Teatro ABC, Parque Mayer, De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo de Oliveira.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raúl Cascais, 1-A, De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Céu de Papel**, montagem de textos de Pirandello e

Beckett, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11, De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O Filho do Ar**, pelo Grupo de Teatro Hoje, Até dia 29.

Teatro Politeama, R. Portas de Santo António, De 3.ª a dom. às 19 h. **O Menino de Sua Mãe**, adaptação de textos de Fernando Pessoa por Maria do Céu Guerra.

Teatro Variedades, Parque Mayer, De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos**

Números Novos, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

Para Crianças

LISBOA

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1, Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e encenação de Carlos Correia.

Teatro Maizum, Casa dos Tabuenses (S. Bento), Sáb e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Boto.

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.

| | | David Lopes | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|---|-------------|-----------|--------------|--------------|
| A | Pedro o Louco | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★ |
| B | Ambição de Glória | ★★★ | — | — | ★★★ |
| C | Indiana Jones e a Grande Cruzada | ★★★ | ★★★ | ★★★ | ★★★★★ |
| D | Fuga Sem Fim | ★★★★ | ★★★ | — | ★★★ |
| E | Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos | ★★★ | ★★★★ | ★★★ | ★★★ |
| F | Não Dês Bronca | ★★★★ | — | — | ★★★★ |
| G | 007 - Licença para Matar | — | ★ | — | ★ |

Classificação de ★ a ★★★★★

- A—Real. Jean Luc Godard — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 22.00, 24.00; 6.ª e sáb. às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24.00).
- B—Real. Harold Becker — Fonte Nova (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C—Real. Steven Spielberg — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), — Amoreiras/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Berna (15.15, 18.00, 21.30), Eden (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Império (15.30, 18.30, 21.30), Las Vegas (15.15, 18.30, 21.30), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). Lisboa
- D—Real. Sydney Lumet — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa
- E—Real. Pedro Almodovar Estúdio (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.45; 6.ª e sáb. 14.30, 16.30, 18.30, 20.30, 22.30, 00.30) Lisboa
- F—Real. Spike Lee — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15; 21.45, 00.15), Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — Lisboa.
- G—Real. John Glen Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/3 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), S. Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Artesanato em Vila Franca

Com a participação de uma centena de artesãos portugueses e estrangeiros, decorre até dia 8 (domingo), o IX Salão de Artesanato de Vila Franca de Xira.

4 anos da Charneca

Assinalando o 4.º aniversário da autarquia, a Junta de Freguesia de Charneca da Caparica realiza hoje, a partir das 21.30, no Clube Recreativo Charnequense, uma sessão solene seguida de espectáculo (com Maria Guiñot e outros artistas).

Amadora

Chegam ao fim as comemorações do 10.º aniversário do Município da Amadora. Hoje, às 21.30, actua na Damaia (sala D. João V) a Orquestra Sinfónica da RDP.

Amanhã à tarde (15.00) realiza-se no centro da cidade o desfile do município; de manhã, tal como todos os dias até domingo, decorre o torneio de andebol «Cidade da Amadora» (no Polidesportivo do Parque Central e no pavilhão Bairro Janeiro). Sexta-feira à noite (21.30) actua no parque Delfim Guimarães o Sexteto de Jazz de Lisboa. Sábado às 21.30 inicia-se, no Polidesportivo do Parque Central, o VI Festival de Música Moderna, e na Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora — um festival de coros polifónicos.



Barreiro

No Barreiro conclui-se a 4.ª Semana da Cultura Alentejana e prossegue o ciclo de concertos «A cidade e a música». Amanhã, depois de um desfile (15.00) da rua Dr. Manuel Pacheco Nobre até ao Concelho de Moradores, realiza-se aqui um espectáculo com uma dezena de grupos corais e uma

banda filarmónica. Sábado às 21.30 actua no auditório da biblioteca o quarteto de jazz de Carlos Martins; domingo, à mesma hora e no mesmo local, estará o quarteto de flautas de bisel «Canora Turba».

Música Antiga

Até dia 9 (segunda-feira) decorrem as X Jornadas de Música Antiga da Fundação Calouste Gulbenkian.

Exposições

LISBOA

Amália Rodrigues — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).

Ana Clérigo — pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª, das 14 às 20, sáb. das 15 às 19. De 6 (18.30) a 27/10.

Artefactos Melanésios — Reflexões Pós-Modernistas — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).

Artist's Prints — aspectos da arte contemporânea dos Países Baixos. Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16. Das 10 às 18, até fim de Outubro.

Bonecas do Japão — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria dos Congressos. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Bonecas com Traje da Índia — Museu do Traje, Parque do Monteiro Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14 às 17.30.

Carlos Leitão — Pintura. Forum Picoas, de 2.ª a 6.ª, das 11 às 13.30 e das



Júlio Resende

14.30 às 19. Até dia 13.

Colectiva de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto). Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª, das 10 às 19, sáb. até às 13.

Colectiva de pintura (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

De Manet a Chagall — Pintura (Braque, Bonnard, Cezanne, Chagall, Degas,

Dufy, Modigliani, Lachaise, Manet, Matisse, Monet, Picasso, Seurat, Soutine, Utrillo, Van Gogh, entre outros). Fundação Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 17.30 (até 29/10).

Fernando Alvim — Pintura. Gal. Novo Século, Rua de «O Século», 23-A/B. De sexta-feira (22 h) até dia 27, 3.ª a sáb., das 14 às 20.

Goya — Gravuras (das séries «Caprichos», «Desastres da Guerra», «Tauromaquia», «Disparates»,

«Provérbios»). Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda.

J. Seward Johnson — Esculturas em bronze. Jardins da Fundação Gulbenkian (até 30/9).

José Luis Tinoco — Pintura. Gal. Triângulo 48, R. D/Vasco da Gama, 48-A

Judite dos Santos — «Trabalho e lazer» (instalação e fotomurais). Fundação Gulbenkian.

Júlio Resende — Fotografia. Biblioteca Nacional (Campo

Grande, 83). Até dia 20 (encerra dom.).

Luiz Abadia — Pintura. Galeria Restauração. De 2.ª a 6.ª, das 9.30 às 13, sáb. das 9.30 às 13. Até 25/9.

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Paulo Neves — Escultura. Galeria de Arte Moderna da Sociedade Nacional de Belas-Artes, Rua Barata Salgueiro. De 3.ª a dom. das 14 às 20. (Até 8/10).

Paiva Raposo — Gravura. Galeria Sotip, Rua D. Estefânia (ao Arco do Cego). De 2.ª a 6.ª, das 9.30 às 20, sáb. da 9.30 às 13. Até 20/10.

Pedro Proença — Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten, Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. (fecha no feriado) das 15 às 20.

Rever Lisboa — Fotografias da colecção da Câmara Municipal de Lisboa. Monumento das Descobertas (Belém). Das 9 às 19; à 2.ª das 14 às 19.

Roger Raveel (Bélgica) — Desenhos e guaches. Fundação Gulbenkian (piso 01).

Tapeçarias do Séc. XVI. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

PORTO

Alfredo Nogueira — Pintura. Galeria Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 8/10).

VI Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», até dia 8, no Palácio de Cristal.

OUTRAS LOCALIDADES

Escultura Contemporânea Magiar. Das 14 às 20, Palácio Anjos, ALGÉS.

Graciete Rosa Rosa — tapeçaria e escultura. De 3.ª a dom., das 14 às 17.30, na Galeria dos Patudos, ALPIARÇA.

Colectiva de pintura (portuguesa) de homenagem a Jean Cocteau. Galeria de Arte Chris-Shop, C.C. Girassolium. Das 10.30 às 22.30, COIMBRA.

Rui Anahory e outros (pintura, desenho e escultura) e **Teixeira Bernardes** («O Bambino», pintura). De 3.ª a dom. das 14.30 às 20, na Galeria Múltiplo, C.C. Somar, ESPINHO.

China, Passado e Presente (fotografia e escultura). Até dia 8, das 15 às 24, no Espaço 2, Casino do ESTORIL.

Azulejos do Concelho de Loures (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 LOURES.

Arqueologia Industrial — A Indústria Conserveira e a industrialização do concelho de Matosinhos. Cave dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 18 (até Novembro), MATOSINHOS.

Maria Gabriel — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL.



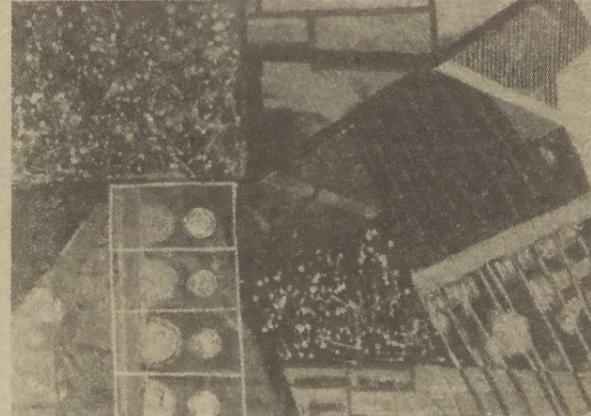
Roger Raveel

Pintura Portuguesa Contemporânea — 200 obras do espólio do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Até 31/3, de 4.ª a 2.ª, das 10 às 13 e das 14 às 17, Gal. de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de QUELUZ.

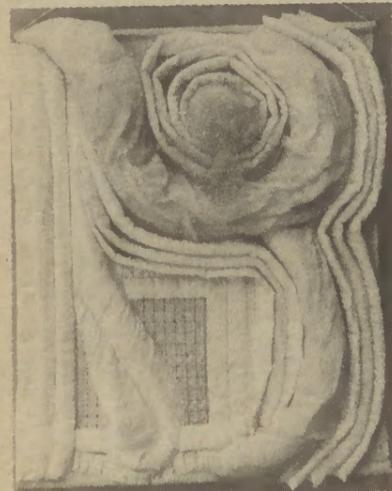
Colectiva de Fotografia (Alvaro Rosendo, Celina Morais, Hervé Dangla, Helder Lage, Victor Ferreira). De 2.ª a 6.ª das 10 às 19 e das 20.30 às 23, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 20.30 às 23. Centro Cultural Emmerico Nunes. SINES.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Petra R. Gruenh — Pintura. Das 10 às 13 e das 15 às 19, Posto de Turismo de VIANA DO ALENTEJO.



Ana Clérigo



Graciete Rosa Rosa



Luísa Costa Dias

Tempo Fim de Semana



Períodos de céu muito nublado, vento moderado de Norte, possibilidades de aguaceiros nas regiões Norte. Pequena descida de temperatura.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

aTV

A arma é o dinheiro

Alentejo. O que sabemos nós a seu respeito através da televisão? A verdade é que sobre esta terra portuguesa (à qual a nacionalidade tanto deve, bastando lembrar que a grande maioria dos soldados de Aljubarrota eram alentejanos!) há anos que desceu, na RTP, a mais pesada e a mais cruel das cortinas: a do silêncio. Silêncio tantas e tantas vezes matizado de mentiras, de distorções, de calúnias...

Só lá de quando em quando (e mesmo assim só quando acontecem outros assuntos...) é que o Alentejo vem à balha.

Como naquela reportagem em que se mostrava o avanço do capital estrangeiro no nosso país. E a coisa não vai já nos domínios da Bolsa, da compra de empresas, de invasão em sectores tão importantes como o Turismo, a Construção Civil, etc.; cada vez mais, e diante da passividade criminosa do Governo, os estrangeiros compram terra portuguesa com as temíveis consequências, aliás apontadas na reportagem: descaracterização cultural, prática de costumes estranhos, pauperização, desemprego, etc.

No Alentejo, assiste-se a um processo insólito: o Governo rouba as terras aos trabalhadores portugueses — e por outro lado vende-as aos estrangeiros! Só no concelho de Odemira, situação denunciada pelo seu presidente, Justino dos Santos, já são milhares os hectares vendidos.

Não exagera o dr. Justino dos Santos quando protesta e afirma que é a própria independência nacional que está em perigo.

De facto, antigamente tomavam-se os países pela força das armas. Pelos vistos agora, basta a força do dinheiro.

À RTP não lhe basta enunciar o teorema. Tem de estar em cima dele, com o máximo rigor.

As flores e o gatilho

Foi uma das imagens mais impressionantes a que já me foi dado assistir na televisão portuguesa. Imagens que nenhuns olhos jamais poderão esquecer. Conta-se depressa.

O comandante de uma esquadra americana estacionada em portos japoneses e que nessa altura se encontrava defronte de Nagasaki, teve uma ideia brilhante. Cumpriam-se, nesse dia, 44 anos depois da destruição da cidade pela bomba atómica. De que se havia de lembrar o ingénuo comandante?

Aperaltou-se todo e foi depor uma coroa de flores no monumento às vítimas do holocausto. Fardas brancas, galões dourados, passo lento, máxima solenidade...

Só que o povo de Nagasaki não gostou nada daquilo, organizou uma poderosa manifestação, o comandante ouviu das boas. Lia-se num cartaz: «Não aceitamos as vossas flores. Vocês trazem flores numa mão e o dedo da outra no gatilho das armas nucleares».

Resultado: os americanos regressaram ao bote a toda a velocidade e a coroa de flores acabou desfeita pelos pés da multidão.

Estas imagens passaram no **Jornal da Tarde**. Telegenial ignorou-as. Pois, a embaixada americana podia não gostar...

Eu bem sei onde lhes dói...

A RTP praticamente ignorou a Festa do **«Avante!»**, apesar de lhe chamar **grande**, o que aliás só honra o seu perfeito domínio dos adjectivos.

Agora, a propósito do inquérito solicitado pelo PSD à Câmara de Loures, dedica-lhe mais tempo do que todos os tempos anteriores juntos!

Jornal de Sábado colocou frente a frente Severiano Falcão, presidente da Câmara, e Pacheco Pereira, que por acaso, só por acaso, é candidato do PSD à Câmara de Loures...

Severiano Falcão mostrou, sem deixar dúvidas a ninguém, que a sua Câmara não fez por uma iniciativa do PCP nada que não esteja disposta a fazer por qualquer outra força. Mostrou, por outro lado, que a sua Câmara não podia alhear-se de um acontecimento de tal envergadura e no qual devia intervir, sob pena de mais tarde vir a ser acusada de (virando as circunstâncias para o torto) não ter feito o que em sua mão estava para receber condignamente centenas de milhar de visitantes.

Pacheco Pereira limitou-se a repetir «cassettes» e a sacudir a água do seu capote quando a invocada «corrupção institucional» se volta contra o seu partido. «Isso é outro assunto...» diz ele.

Sugiro a apresentação por aquele deputado de uma proposta de inquérito às colossais verbas gastas pela RTP-EP para cobrir as actividades do PSD, quando o seu chefe se apresenta travestido de Primeiro-Ministro.

Eia!, homem, se é a legalidade democrática que o move não perca tempo.

Dar-lhe-ei todos os testemunhos de que necessitar.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Oh!

Ele há com cada uma! Repare só, leitor, como os jornais são capazes de surpreender. Os jornais — e certas pessoas que falam para eles... Oh!

Mortos... e feridos no CDS

«O Nuno Abecasis morreu para mim». Esta frase foi atribuída a Freitas do Amaral em relato feito ao Expresso por um dos participantes no último Conselho Nacional do CDS e está muito longe de ter sido a expressão mais dura usada pelo presidente dos centristas contra Abecasis. Freitas do Amaral terá chegado ao insulto, em pleno Conselho Nacional, ao qualificar a atitude do actual presidente da Câmara, com quem cortou relações no decurso de um telefonema «violentíssimo» a meio da reunião.

«Conheço o professor Freitas do Amaral há muitos anos e não o imaginava capaz de tão grande agressividade nem de usar em público uma linguagem tão violenta», disse ao Expresso um conselheiro «não freitista». A mesma fonte atribui ao presidente do CDS a seguinte declaração a respeito de Abecasis: «Esta noite vai acabar a carreira política dele».

A reacção de Freitas terá sido ainda mais violenta por pensar que Abecasis o atraíra. Na verdade, nas vésperas da reunião, o líder centrista terá proposto um almoço a Abecasis, para resolverem eventuais problemas pendentes, tendo o presidente da Câmara respondido que Freitas do Amaral poderia partir tranquilo para a Hungria (aonde foi, integrado na comitiva do Presidente da República), visto não haver, em sua opinião, qualquer problema urgente a resolver. Em pleno Conselho, porém, seria lida uma violenta carta de Abecasis enviada sem prévio conhecimento do presidente e da quase totalidade dos conselheiros.

O Conselho Nacional do CDS reuniu-se ao princípio da noite de quarta-feira num clima de tensão que cedo se tornaria verdadeiramente «explosivo». Um dos conselheiros afirmou ao Expresso ter chegado a recear que o CDS «acabasse naquela noite», tão extremadas se apresentavam as posições sobre a carta que haviam recebido de Nuno Abecasis.

Em determinado momento da reunião, Freitas do Amaral terá mesmo sugerido a ameaça de demissão, no caso de os conselheiros não rejeitarem formalmente, um por um e através do voto, os cinco pontos da carta do presidente da Câmara. «Cada linha desta carta é uma mentira», afirmaria o presidente do CDS. Dois outros participantes na reunião igualmente ouvidos pelo Expresso consideram, porém,

que o debate não atingiu tal dramatismo, embora reconheçam que Freitas do Amaral foi «excepcionalmente duro» com Nuno Abecasis.

Quando o presidente da JC, Manuel Monteiro, sugeriu a Freitas que conversasse com Abecasis para restabelecerem relações e chegarem a um entendimento, o presidente do CDS terá dado um murro na mesa, afirmando «Estou farto das garotices do Nuno e não voltarei a falar com ele.»

(«Expresso», 30 de Setembro)

Churrasco só para brancos

«O Restaurante «Bonjardim», na Baixa de Lisboa, não serve pretos na sua sala principal. Na passada terça-feira, dois repórteres do «T & Q» convidaram um advogado guineense a ir lá almoçar e testemunharam: clientes de cor, só no primeiro andar, sem ar condicionado e em ambiente proletário. Cá em baixo, logo à entrada, na sala «fina» do rés-do-chão, só comem brancos. Nem mais! Até parecia que estávamos na África do Sul, com brancos para um lado e pretos para outro! Mas não, estávamos no coração de Lisboa e num restaurante famoso pelos seus frangos de churrasco...

Já há algum tempo que a história andava de boca em boca, sobretudo entre a comunidade africana radicada na capital portuguesa: operário ou doutor, pé descalço ou engratado, todos eram tratados sem discriminação e corridos, discretamente ou bem às claras, para o tal primeiro andar do restaurante, a pretexto de todas as mesas cá de baixo estarem «reservadas». Mais se contava: quando algum cliente preto insistia em esperar o tempo que fosse preciso até uma mesa vagar, a resposta dos empregados vinha pronta: «Não servimos mais ninguém!»

(«Tal & Qual», 29 de Setembro)

A visão de Cadilhe

«O ministro português das Finanças, Miguel Cadilhe, afirmou em Washington que «não há desemprego entre as famílias portuguesas e que os salários reais e o poder de compra aumentaram nos últimos quatro anos».

Miguel Cadilhe, que participa nas reuniões anuais do FMI e do Bando Mundial afirmou ser «indiscutível» que a situação das famílias portuguesas «é hoje muito melhor» do que há cinco anos atrás. «Bastará

percorrer o país, observar o poder de compra das famílias portuguesas e, para quem não tiver memória curta, lembrar-se-á do que era em 1985» — acrescentou o ministro.

Salientando que o desemprego é importante para o bem-estar das famílias, Miguel Cadilhe afirmou que «hoje em dia podemos dizer que estamos em pleno emprego de recursos humanos na economia portuguesa».

O ministro descreveu esta situação no mercado de trabalho como «impar em toda a CEE, excluindo o Luxemburgo». Recordando que a taxa de desemprego em Espanha é de 19 por cento, a mais elevada da Comunidade Europeia. «É, pois, «evidente» que isso «implicaria mau-estar nas famílias espanholas», sublinhou Cadilhe.»

(«Jornal de O Dia», 30 de Setembro)

Pois...

«O Governo português deixou «fugir» um investimento de cerca de 10 milhões de contos e mil novos postos de trabalho na região de Setúbal. Trata-se da Indústria Internacional Têxtil, SA, uma empresa de João Rocha e do grupo brasileiro Hering, que após 16 meses de espera acabou por ir para Espanha. E dois meses bastaram para pôr a empresa a funcionar.

Trata-se, de facto, de um caso original e, segundo O Independente conseguiu apurar, ainda poderá fazer correr muita tinta. A história, essa conta-se depressa.

Tudo começou há cerca de 16 meses, quando o empresário João Rocha decidiu formar uma empresa têxtil com o grupo brasileiro Hering. Depois de constituída a sociedade, os proprietários da empresa resolveram adquirir um terreno perto de Setúbal. Tudo estava então pronto para pôr o projecto de pé. Faltava apenas que as autoridades portuguesas desse luz verde. E aí começaram os problemas.

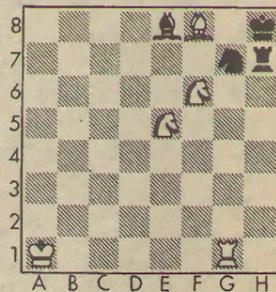
Segundo João Rocha revelou a O Independente, «a burocracia foi a principal culpada». O empresário esperou então mais de um ano, altura em que, devido «a compromissos assinados com os clientes para a entrega da mercadoria», mais concretamente na Primavera de 1981, não pôde adiar por mais tempo. E decidiu instalar a empresa em Espanha, junto à fronteira de Caia, a poucos metros de Portugal.

«Dois meses foi o tempo suficiente para os acordos que permitiram a constituição da sociedade, compra de terreno, acerto dos investimentos e arranque do adiestramento do pessoal de chefia, já a trabalhar na zona posta à disposição pela edilidade local», revelou João Rocha.»

(«O Independente», 29 de Setembro)

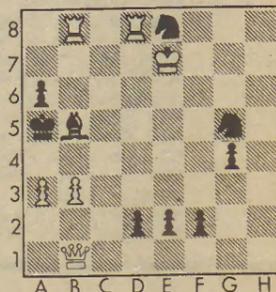
Xadrez

CCXXII — 4 de Outubro de 1989
Proposição N.º 222/A
Por: Adolf Anderssen
«Leipziger Illustrierte Zeitung», 1848
Pr.: [4]: Cg7-B68-Th7-Rh8
Br.: [5]: Cs. e5, f6-Bf8-Tg1-Ra1



Mate em 3 lances

Proposição N.º 222/B
Por: Adolf Anderssen
«Illustrated London News» January, 1846
Pr.: [9]: Ps. a6, d2, e2, f2, g4-Cs. e8, g5-Bb5-Ra5
Br.: [6]: Ps. a3, b3-Ts b8, d8-Db1-R67



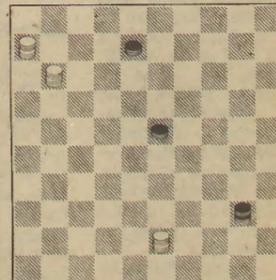
Mate em 5 lances

Soluções do N.º CCXXII
N.º 222/A (A.A.): 1. Rb1, Bh5: 2. Tg6, B: g6; 3. C: g6++
N.º 222/B (A.A.): 1. Dé1, d:é1=D; 2. Td4 e3. Ta4+, B:a4; 4. b4+, Db4; 5. a:b4++

A. de M.M.

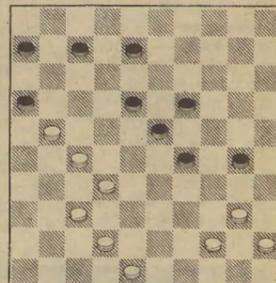
Damas

CCXXII
4 de Outubro de 1989
Proposição N.º 222
Por: K. Chaljietski
«Chaski», Julho/1978 (N.º 2280)
Pr.: [3]: 8-23-(40)
Br.: [3]: (5)-(11)-(43)



Brancas jogam e ganham

Golpe N.º 222
Por: Henri Chiland
Secrets et merveilles du jeu de
Damas, 1986
Pr.: [9]: 6-7-8-16-18-19-23-29-30
Br.: [9]: 21-27-32-37-40-42-44-45-48



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXXII
N.º 222 (K. C.): 11-16, (23-29) [A, B]; 43,49, (40-35) [C]; 6-39, (8-13) [D]; 16-2, (13-19): 2-38, (35-19): 39-28+
A: (40-35); 6-44 (35x32); 16x43; Se: (23-28) 43-38 (8-12) 38-20 (28-32); 20-3 (12-18) 3-9 e 9-20+
Se: (23-29); 43-39 (8-13); 39-11 (13-19); 11-2 e 2-7+
B: (40-45); 43-34 (45x29); 6-28 e 16x2+
C: (40-45); 49-40 (45x34); 6-33+
D: (29-33); 39-3 (35-19) 3-8 (19x2); 49-35+
Golpe N.º 222 (H. C.): 32-28 e 42-37 e 27x38 e 38-32 e 48-43 e 40-35 e 35x11 e 45x21+
A. de M.M.